O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 2 de MAIO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46948
estadão.com.br

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Novo hábito Consumidor busca roupa por quilo para economizar

Com a disparada da inflação, as roupas ficaram, em média, 16% mais caras no varejo. Para fugir dos preços altos, consumidores como Adriana Vidal (foto) agora fazem suas compras em lojas de São Paulo que vendem peças de vestuário por quilo. __B8

1º de Maio __A10

Bolsonaro dá aval a atos contra STF e mantém crise entre Poderes

__ Para aliados, presidente quer conter conflito, apesar de apoio a protestos

O presidente Jair Bolsonaro deu o seu aval ontem a atos contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e em defesa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Em Brasília, apesar de não ter discursado no carro de som, ele circulou entre manifestantes, mantendo o clima de confronto com o Judiciário. Após participar do ato, que teve baixa adesão, Bolsonaro afirmou em transmissão nas redes sociais que a manifestação era "pacífica e em defesa da Constituição, da democracia e da liberdade". Em São Paulo, apareceu ao vivo num telão na Avenida Paulista, onde os manifestantes se concentraram, também em baixo número, reforçando o mesmo discurso. Segundo aliados, embora tenha endossado os atos, Bolsonaro fez um "aceno" ao STF para tentar conter a crise gerada pela condenação de Silveira e pelo perdão concedido a ele pelo presidente.

> *"Manifestação pacífica em defesa da democracia e da liberdade"*
> **Presidente Jair Bolsonaro**

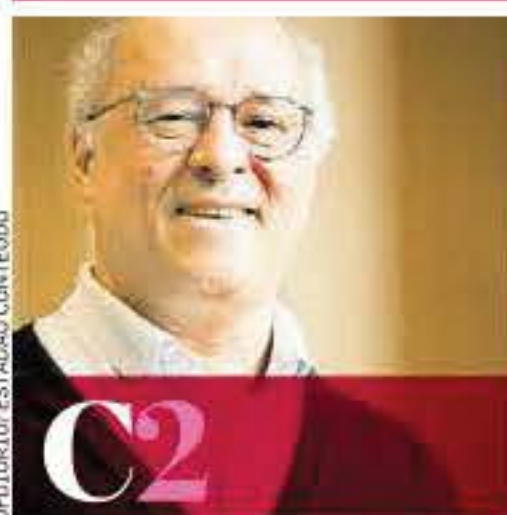
Em evento, Lula pede desculpas a policiais por declaração

O ex-presidente Lula abriu seu discurso no 1º de Maio pedindo desculpas aos policiais. Ele havia dito que Bolsonaro "não gosta de gente, gosta de policial". __A10

A fundo __A22 e A23

Ansiedade em adolescentes e crianças é desafio para escolas

Falta de ar, tremores e problemas intestinais são sintomas relatados por crianças e adolescentes vítimas de crises de ansiedade nas escolas. Pesquisa na rede estadual paulista mostra que 69% dos alunos relataram sintomas de depressão ou ansiedade. Educadores alertam para as rotinas alteradas pela pandemia.

JF DIORIO/ ESTADÃO CONTEÚDO

Música __C1

Jovens ouvem o mestre do violoncelo

A convite do **Estadão**, alunos entrevistam Antonio Meneses (foto), referência no instrumento

E&N Contas públicas __B1

'Pacotes de bondades' deixam conta de R$ 82 bi para sucessor

Medidas econômicas com viés eleitoral ampliam despesas, cortam tributos e dificultam a manutenção da política de teto de gastos a partir do ano que vem.

R$ 27,4 bilhões
é quanto o governo vai deixar de arrecadar com a redução do IPI

Eleições 2022 __A8

Terceira Via tem baixo engajamento nas redes sociais, mostra estudo

Estadão lança o blog *Timeline: eleições 2022* para cobrir as discussões sobre política nas mídias digitais.

Entrega de comida __A14

Movimento das 'dark kitchens' cresce e perturba áreas residenciais

Cozinhas dedicadas ao serviço de delivery ocupam galpões, lotam calçadas e provocam reclamações de vizinhos.

Notas e Informações __A3

O papel do Supremo na democracia

Coluna do Estadão __A2

PT e PSB querem Alckmin mais ao centro

Carlos Pereira __A9

Presidencialismo ficou refém?

Moisés Naím __A13

Vladimir Putin e Elon Musk são parecidos?

A Guerra de Putin __A12

Na Ucrânia, Pelosi promete apoio dos EUA contra Rússia

E&N Mercado automotivo __B6

Carro vem de fábrica até com barraca e cinto para animais

Tempo em SP
15° Mín. 23° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

PT e PSB veem Alckmin à esquerda e querem que ele retorne ao centro

Cresce dentro do PT e também no PSB a expectativa de que Geraldo Alckmin "retorne ao centro", em referência aos acenos à esquerda feitos pelo ex-governador paulista e atual vice na chapa de Lula. O mais recente ocorreu na última quinta, quando Alckmin ouviu a Internacional Socialista no congresso do PSB, seu novo partido. A avaliação de aliados é a de que o ex-governador precisa ser o elo de Lula com três relevantes segmentos: agronegócio, evangélicos e mercado financeiro. E que para desempenhar bem esse papel "Alckmin tem que ser Alckmin". O ajuste de imagem do ex-governador já está em ação e deve ficar evidente no lançamento da pré-candidatura da dupla, em 7 de maio.

● **ARITMÉTICA.** A relevância do papel de Alckmin entre eleitores de centro reside na perspectiva, entre lulistas, de que Jair Bolsonaro deve abocanhar entre 5 e 10 pontos da vantagem que Lula tem sobre ele hoje no Nordeste, graças ao Auxílio Brasil. Alckmin teria então que ajudar a ganhar "eleitores no campo bolsonarista" para compensar.

● **FUMAÇA...** Outros que estão preocupados com o eleitor de centro são os bolsonaristas. O deputado Sanderson (PL-RS), que participou da manifestação pró-governo em Brasília, diz que o presidente foi aconselhado e deseja "virar a página" da crise com o STF para governar.

● **...E FOGO.** "Não se ganha a eleição apenas com o bolsonarista raiz. Este elege deputado, senador. Mas para eleger presidente precisa, não de 15 milhões de eleitores, mas de 55 milhões", diz Sanderson. Para ele, a chave é melhorar a economia.

● **COMPRAS.** A Força Aérea aumentou o pacote de compras do novo caça F-39 Gripen, sueco, contratado em 2014 por US$ 5,4 bilhões. Além dos 36 aviões de combate da encomenda original, a FAB receberá mais quatro unidades. O custo adicional é estimado em US$ 260 milhões.

● **FUTURO.** O Alto Comando da FAB estuda a aquisição de um segundo lote de 30 caças Gripen, investimento da ordem de US$ 2 bilhões. Os jatos seriam produzidos no Brasil, com até 40% de conteúdo nacional, na fábrica da Embraer Defesa e Segurança.

● **MICROFONE.** A volta dos trabalhos das comissões na Câmara vai motivar uma explosão de pedidos de convocação de ministros. Com a proximidade da eleição, a oposição usa do expediente para desgastar o governo. Na mira estão Paulo Guedes e Paulo Sérgio de Oliveira, sobre a compra de Viagra pelo Exército.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Geraldo Alckmin, ex-governador de SP (PSB)

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República (PT)

● **COR.** A oposição no Senado quer votar um projeto que obriga informar a cor de candidatos em formulários de emprego - hoje é opcional. O tema está na Comissão de Assuntos Sociais.

● **COR 2.** Empresários veem a discussão como uma tentativa indireta de emplacar cotas raciais no mercado de trabalho, o que demandaria emenda constitucional. A oposição sugere incluir apenas um dispositivo na Lei Geral de Proteção de Dados.

COM CAMILA TURTELLI, MATHEUS LARA E GUSTAVO CÔRTES, COLABOROU ROBERTO GODOY

PRONTO, FALEI!

Magno Karl
Diretor-executivo do Livres

"Nosso sistema tributário é caro, complicado, e penaliza o brasileiro que deseja fazer o certo. O Executivo e o Legislativo têm responsabilidade nisso."

CLICK

DIVULGAÇÃO

João Doria
Pré-candidato (PSDB)

Em Belém do Pará, onde buscou apoio para a sua pré-candidatura, o ex-governador amarrou uma fitinha com votos para Nossa Senhora de Nazaré.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O papel do Supremo na democracia

STF está sob ataque. Os cidadãos precisam entender o que está em jogo quando isso acontece e por que defender a instituição é o mesmo que defender a liberdade e a paz social

O Supremo Tribunal Federal (STF) está sob ataque. Real e simbólico. Não há outra forma de descrever as ações hostis e o desrespeito a decisões da Corte por parte do presidente Jair Bolsonaro e de parlamentares e lideranças do Congresso. O momento é gravíssimo. O País não assistia a uma afronta tão desabrida à instância máxima do Poder Judiciário desde o conflituoso mandato do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). O "Marechal de Ferro" não era um democrata e fazia pouco-caso da tripartição dos Poderes da República e do sistema de freios e contrapesos. Assim como Bolsonaro.

Os cidadãos precisam ter em conta o que está em jogo quando o Supremo é atacado, seja por meio de ameaças explícitas ou veladas a seus ministros, servidores e familiares, depredações de suas dependências físicas ou pelo descumprimento puro e simples de suas decisões. Em outras palavras: é preciso entender qual é o papel de uma Corte Suprema na democracia e por que defender a instituição é o mesmo que defender a manutenção das liberdades civis e da paz social.

A Constituição, em seu artigo 102, delega sua guarda ao Supremo. Do ponto de vista prático, "guardar" a Constituição significa interpretar o seu texto e ter a palavra final diante de conflitos em torno de nosso pacto social. Quando o Supremo é desqualificado como última instância com poder para dirimir esses conflitos e pacificar a sociedade, rui a própria ideia da Justiça como um avanço civilizatório. A partir daí, vale tudo, não há mais limites. Comandos legais correm o risco de perder valor. Em casos extremos, cidadãos podem olhar para esse processo de deslegitimização do Supremo – liderado por altas autoridades da República, que deveriam servir como modelos de cidadania e respeito às leis – como uma espécie de autorização tácita para resolver suas contendas particulares da forma que bem entenderem, inclusive pela imposição da força bruta.

Nas noites em que consegue dormir, Jair Bolsonaro decerto sonha com esse ambiente caótico, beirando a distopia, em que a força até mesmo das armas prevalece sobre o diálogo e as leis. Uma sociedade conflagrada, sem um "árbitro" reconhecido por todos como a autoridade apta a "guardar" as regras do jogo, é tudo o que o presidente da República quer para exercitar seus delírios de poder.

Não se pode perder de vista que a campanha de difamação do Supremo capitaneada por Bolsonaro mira a desqualificação do Poder Judiciário, especificamente do Tribunal Superior Eleitoral, como garantidor do resultado das eleições de 2022, que Bolsonaro não reconhecerá caso seja derrotado. O presidente teve a audácia de pugnar até por uma "apuração paralela" do resultado das urnas pelas Forças Armadas. Isso não é autorizado pela Constituição nem tampouco é atribuição dos militares. Logo, ao atacar o guardião da Constituição, Bolsonaro pavimenta o caminho para impor as "leis" que lhe derem na veneta.

Para Bolsonaro, o arranjo institucional ideal seria o modelo pré-Revolução Americana, quando o Judiciário, antes do advento da *Supreme Court*, era uma espécie de anexo do Executivo. Mas nem é preciso ir tão longe no tempo. Bolsonaro já se contentaria em ver no Brasil a mesma submissão de juízes ao chefe de governo que é vista hoje em países como a Hungria e a Venezuela.

Por sua vez, o Congresso, que deveria cerrar fileiras em defesa do Estado Democrático de Direito, toma parte no conflito com o Supremo por ver no Judiciário, tal qual Bolsonaro, um anteparo às suas investidas sobre o Orçamento da União. Jamais os parlamentares se refestelaram tanto com recursos públicos como agora. Cobrados pelo Supremo a dar transparência às emendas de relator, base do "orçamento secreto", os presidentes das duas Casas Legislativas ignoraram olimpicamente a decisão emanada do outro lado da Praça dos Três Poderes.

A sociedade brasileira precisa se erguer contra esses ataques à autoridade do Supremo. Errando ou acertando em suas decisões, um STF íntegro do ponto de vista institucional é o último refúgio antes da barbárie.●

Novo extremismo de direita veio para ficar

O populismo de direita é retroalimentado pelo extremismo à esquerda. Se quiserem retomar o protagonismo, os liberais precisam ser intransigentes com o autoritarismo

A eleição do centrista Emmanuel Macron na França foi experimentada pelos liberais menos como um triunfo do que como um suspiro de alívio – e pode ser o último. O radicalismo está em ascensão – no primeiro turno, quase dois em três franceses votaram em extremistas – e o tempo está a seu favor: fossem contados só os eleitores abaixo dos 60 anos, o segundo turno seria disputado pelos radicais Jean-Luc Mélenchon, à esquerda, e Marine Le Pen, à direita, com vantagem para a última. A Reunião (antiga Frente) Nacional de Le Pen saltou de 18% dos votos no segundo turno de 2002 para 41% em 2022.

A tração do populismo de direita é comum à Europa e aos EUA. Donald Trump ainda é o republicano favorito para o pleito de 2024. No final dos anos 80, eurocéticos e nacionalistas respondiam por 9% do Parlamento europeu. Hoje são quase 20%. Aos poucos eles sugaram votos à direita: nos anos 70, democratas cristãos e conservadores tinham mais de 40% das cadeiras; hoje, têm menos de 25%

Como em todo populismo, seu conceito nuclear é a traição do "povo puro" pelas "elites corruptas". Sua marca distintiva é o nativismo e seu autoritarismo se reveste do respeito "à lei e à ordem". Os votos nos extremistas, especialmente à direita, crescem nas crises. O choque financeiro de 2008, a crise migratória de 2015 e a pandemia explicam muita coisa.

Mas há causas estruturais. Nos anos 50, os mais ricos e educados apoiavam partidos de direita; os pobres e menos educados, de esquerda. Dos anos 60 em diante, os eleitores mais educados aderiram cada vez mais à "nova" esquerda.

O progressismo identitário – majoritário em universidades, mídia ou classe artística –, com suas táticas autoritárias de cancelamento e intimidação e sua obsessão por desconstruir "estruturas" em favor de uma justiça restaurativa para novas castas de vítimas, funciona como uma nêmesis que retroalimenta os traços mais extremos à direita: a xenofobia, a intolerância com as minorias, as teorias conspiratórias.

"A seus modos, ambos os extremos sobrepõem o poder sobre o processo, os fins sobre os meios e os interesses de grupo sobre a liberdade do indivíduo", diagnosticou a revista *The Economist*. "Quando populistas põem o partidarismo acima da verdade, sabotam o bom governo. Quando progressistas dividem as pessoas em castas em disputa, voltam a nação contra si mesma. Ambos diminuem as instituições que resolvem o conflito social. Logo, frequentemente apelam à coerção, por mais que gostem de falar de justiça."

As conquistas do liberalismo – da extraordinária melhora no padrão de vida à expansão dos direitos humanos, sociais e civis por meio do compromisso com a dignidade individual, o livre mercado, limites aos governos e fé no progresso humano – não serão apagadas do dia para a noite. Mas, para não serem pilhadas pelas tribos extremistas, os liberais precisarão empregar suas principais ferramentas, o debate e a reforma, contra sua própria negligência e complacência.

As elites políticas precisam ser intolerantes com a corrupção e os privilégios. Mas o maior desafio é combinar convincentemente a intransigência com o autoritarismo das lideranças populistas com a empatia por seus eleitores. À esquerda, isso significa o compromisso com a igualdade de condições para que todos possam prosperar, seja qual for sua raça, gênero ou sexualidade. À direita, longe de esnobar o nacionalismo, devem reclamar para si o genuíno patriotismo, com suas próprias ideias sobre um orgulho cívico inclusivo. Isso implica descentralizar o poder e distribuí-lo às comunidades regionais, e garantir àqueles que se veem legitimamente "deixados para trás" serviços básicos de saúde, educação, transporte e segurança.

Em resumo, para vencer a batalha contra os extremos, o verdadeiro liberalismo precisará ser conservador e progressista. Ou seja, provar, a um tempo, o seu compromisso com valores universais e as instituições que os conservam e com a progressiva materialização desses valores por meio de um vigoroso reformismo rumo a uma sociedade mais livre, justa e próspera.●

ESPAÇO ABERTO

S.O.S. democracia do Brasil

Roberto Livianu

Em todos os governos, inclusive no atual, há corrupção. E sempre haverá. Ela é inextinguível. Mas deve ser (e não está sendo) controlada – verdade nua e crua, que as marquetagens tentam encobrir. Nas eleições de 2020, bom termômetro destes tempos, um ex-prefeito de Cocal (PI) se autoproclamou honestíssimo, por roubar menos que o atual, indicando, pelo caráter amplo e geral da análise, que há algo de podre no reino da República Federativa do Brasil, parafraseando Shakespeare.

Domamos a inflação e lidamos com os traumas de dois impeachments e diversas crises econômicas. Mas temos sofrido com as fissuras das dilacerantes desigualdade e injustiça sociais, com o egoísmo fornecido pela cultura de um compadrio secular nepotista, pela fome cega por cargos de confiança e espaços de poder.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), que neste mês completa dez anos, representou marco divisor de águas em matéria de direitos civis, instalando luz do sol como desinfetante universal. Para que as trevas não pudessem ser usadas como escudo covarde. Para que não mais houvesse o uso abusivo do sigilo dos tempos sombrios da ditadura, das salas escuras de tortura, com ratos e até cobras – verdade histórica notória, só não admitida pelos ignorantes, ignóbeis e insensíveis.

Mas, passados dez anos, os detentores do poder, em geral, não oferecem a transparência que deveriam. Isso ficou nítido por ocasião da pandemia – os sites dos governos estaduais e municipais, que deveriam prestar contas das contratações emergenciais, não foram criados de forma natural. Precisamos de um consórcio de veículos de comunicação para lidar com o apagão federal de dados. Tivemos o bloqueio à informação sobre o número de encontros entre os pastores com o presidente, integrantes eles do gabinete oculto do Ministério da Educação. O uso abusivo do sigilo pelo presidente da República chega a ponto de responder a um cidadão "fique aí, esperando por cem anos por informação...".

Foram 45 os encontros dos pastores com o presidente, e o ministro da Educação já havia revelado que Bolsonaro dera ordens para atender prioritariamente aos pleitos da dupla. Que tipo? Os pastores são lobistas – os prefeitos os procuravam para conseguir liberar verbas devidas, e a moeda indevidamente exigida variava, podendo, inclusive, ser ouro.

> *Qualquer caminho político precisa passar, necessariamente, pela recuperação da terra arrasada no campo anticorrupção*

O escândalo derrubou o ministro, pastor Milton Ribeiro, assumindo em seu lugar o quinto em pouco mais de três anos, para ter ideia da pouca relevância da política pública da educação hoje. Registre-se que os desmandos neste campo estão sendo devidamente investigados pelo Ministério Público Federal (MPF) em diversos procedimentos. Deve-se distinguir o papel do MP como instituição daqueles atinentes ao procurador-geral da República (PGR), que não tem vislumbrado violações pelo presidente, que nomeou e reconduziu ao cargo dois anos depois quem o fiscalizaria, nos termos da Constituição, lembrando que o escolhido não era integrante da lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Corrupção sempre houve e continua existindo; inédito é o processo de enfraquecimento das instituições que vem sendo orquestrado nos últimos três anos e quatro meses. As leis anticorrupção foram literalmente esmagadas pelo Congresso, com patrocínio do governo federal; são sucessivas as trocas da direção-geral da Polícia Federal, até se encontrar o grau de subserviência pretendido, em amigo pessoal do filho do presidente. Pesquisa recente publicada pelo Estado de Minas com o termo corrupção o conecta mais a Bolsonaro pela primeira vez.

A grande imprensa, à exceção da bajuladora, é humilhada, deslegitimada e desacreditada diariamente, para turvar o fluxo informacional, inclusive com espancamento de jornalistas. Quem ousa querer cumprir seu papel, como o delegado Alexandre Saraiva, é sumariamente exonerado, por investigar o ex-ministro Ricardo Salles; o ministro André Mendonça foi alvo de execração pública por votar pela condenação de Daniel Silveira, sendo tratado como traidor, desrespeitado em sua independência jurisdicional, como se devesse algo ao nomeante.

Além de abusivamente conceder o presidente indulto ao parlamentar, afrontando o Supremo Tribunal Federal (STF), ao arrepio da impessoalidade e da separação dos Poderes, consagrada na Constituição, recebe Daniel, com a tornozeleira eletrônica desligada há semanas, como prêmio partidário por pregar a volta da ditadura, com embalagem *fake* de exercício de liberdade de expressão, a vice-presidência da Comissão de Segurança e a condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Por trás de *Sem corrupção e com Deus no coração*, no estilo Goebbels, existe a dura realidade do esmagamento dos cânones republicanos e democráticos, em nível superlativo, nos exatos moldes desenhados por Ziblatt e Levitsky, professores de Harvard, em *Como as Democracias Morrem*. Cumpriu-se com precisão o roteiro.

Arruinados estamos e por isso precisaremos, como nunca, de maturidade e resiliência. Juntar cacos, dar as mãos e reconstruir nossa democracia. Qualquer caminho político precisa necessariamente passar pela premissa primeira e imprescindível do compromisso democrático, do respeito à dignidade humana, do renascimento das instituições e da recuperação da terra arrasada no campo anticorrupção. ●

PROCURADOR DE JUSTIÇA NO MPSP, DOUTOR EM DIREITO PELA USP, ESCRITOR, PROFESSOR, PALESTRANTE, É IDEALIZADOR E PRESIDENTE DO INSTITUTO 'NÃO ACEITO CORRUPÇÃO'

FÓRUM DOS LEITORES

Governo Bolsonaro

Obras paradas

O brasileiro tem que se conscientizar de que falta de planejamento e obras abandonadas e inacabadas são tão graves quanto corrupção. É dinheiro que sai do caixa do governo sem nenhum retorno à população.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com
Jacareí

Inflação

Brasil com fome

No país que alimenta mais de um bilhão de pessoas mundo afora como o maior produtor de proteína animal, a população menos favorecida contra a crescente inflação está comendo ovos, pés de galinha, uma colher de arroz e outra de feijão. Muitos dizem que jantam o que sobra do almoço. Pobre Brasil.

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

Eleições 2022

Renovação política

A grande falha que assola o sistema político-partidário brasileiro é a falta de reforma e renovação. Os candidatos são lançados não de baixo para cima, como em países desenvolvidos nos quais há um plebiscito e escolha de apenas dois nomes. Aqui, vários entram na disputa para queimar o filme. O individualismo prevalece junto com a ambição pessoal desmedida de caciques que jamais abrirão mão do poder pessoal em prol da sociedade.

Carlos Henrique Abrão
abraoc@uol.com.br
São Paulo

País do futuro

Os principais candidatos à eleição de 2022 são homens convictos de suas visões de mundo e firmes em seus princípios. Mas, se caem nas pesquisas, alteram rapidamente as primeiras e substituem tranquilamente os últimos. Parece que mais uma vez o Brasil será o país do futuro... adiado.

Ely Weinstein
elyw@terra.com.br
São Paulo

Indústria automotiva

Semicondutores nacionais

No final da década de 1980, o grande visionário Olavo Setubal construiu uma empresa para produzir semicondutores no Brasil, a Itaucom. Grupos de jovens engenheiros eram enviados aos EUA para se especializarem na área e centenas de milhões de dólares foram reservados para a ampliação da fábrica. Infelizmente, em 1990, o novo governante inviabilizou grandes investimentos e enterrou o nascente mercado de semicondutores. Ler agora notícias de que a indústria automotiva brasileira defende a produção de chips no Brasil (**Estado**, 29/4, B29) traz à memória esta história que se junta a muitas outras no depósito das grandes oportunidades perdidas de nossa, talvez um dia, grande nação.

Radoico Câmara Guimarães
radoico@gmail.com
São Paulo

Construção civil

'Caçadores de lotes'

São Paulo passa por um processo de amadurecimento do mercado imobiliário. Ávidos por lançamentos, corretores buscam áreas com elevado potencial construtivo e capacidade de geração de valor geral de vendas (1/5, B2). Entretanto, esta busca nem sempre se preocupa com a cidade. Bons projetos precisam pensar a urbe a longo prazo. Bons "caçadores de lotes" deveriam possuir habilidades que vão muito além da interpretação do Plano Diretor e negociação com donos de terrenos, como urbanismo, filosofia e psicologia. Há boas experiências em São Paulo, sobretudo nos nichos populares no centro e de alto padrão em bairros nobres. Uma pena saber que grande massa ainda busca condomínios-clube desconectados com o entorno. É um tiro no pé!

Andre Ferrazzo
alo.ferrazzo@gmail.com
São Paulo

Segurança pública

Coletes para motociclistas

Diante de tantos crimes cometidos por falsos entregadores em motocicletas, uma sugestão. Na Colômbia, os motociclistas e seus passageiros são obrigados a vestir um colete fluorescente com as letras e números da placa da moto. Por que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) não institui a medida na Terra Brasilis? Até a faxineira do prédio onde resido foi vítima de assaltantes em plena hora de almoço, há duas semanas. Quantas pessoas mais terão de morrer como o jovem executado no Jabaquara?

Renato Amaral Camargo
natuscamargo@yahoo.com.br
São Paulo

Segurança garantida por decreto

Rota 2030 prevê veículos mais seguros e menos mortes no trânsito, graças à tecnologia

Hairton Ponciano Voz

Uma das metas do Programa Rota 2030, instituído por meio do Decreto 9.557, é aumentar a segurança dos automóveis com a introdução de novas tecnologias. O decreto é de novembro de 2018 (embora tenha entrado em vigor em outubro de 2021), e estabelece prazos para que os veículos recebam dispositivos que melhorem a segurança de ocupantes e pedestres. O objetivo é evitar colisões ou reduzir ferimentos e mortes – caso o impacto seja inevitável.

Para isso, o programa estabelece níveis mínimos de desempenho estrutural da carroceria (como resistência a impactos laterais) e a inclusão de dispositivos eletrônicos voltados à segurança e à assistência aos motoristas. A cada ano, a partir de 2022, o fabricante tem de incorporar alguns itens de segurança, que foram divididos em três grupos (*veja quadro à direita*).

Neste ano, fabricantes e importadores precisam adotar, no mínimo, 65% dos dispositivos do Grupo A em seus automóveis, porcentual que sobe para 75% em 2023. A partir daí, o aumento é de 5 pontos porcentuais a cada ano, até 2026. Fazem parte desse grupo itens como aviso de não afivelamento de cinto de segurança e faróis de rodagem diurnos, por exemplo.

Veículos que, de série, forem equipados com 100% dos itens do Grupo A e, ao menos, seis do Grupo B ou C poderão obter 1 ponto porcentual de redução no IPI, desde que atinjam a meta de eficiência energética e redução de consumo (também prevista no programa). Nesse caso, os dispositivos são mais complexos, a exemplo de controle de cruzeiro adaptativo e frenagem automática.

De acordo com artigo publicado pelo consultor Cassio Pagliarini, da Bright Consulting, algumas empresas se habilitaram antecipadamente ao cumprimento das exigências, durante o ano passado, e passarão a contar com a utilização dos benefícios fiscais com um ano de antecedência, caso de Ford, Mercedes-Benz e Toyota, entre outras.

Paralelamente ao programa, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabeleceu que todos os lançamentos, a partir de 2023, deverão ter de série o controle eletrônico de estabilidade (ESC, na sigla em inglês). A exigência alcançará todos os automóveis a partir de 2024.

Divulgação Honda

Honda City é um dos poucos automóveis produzidos no Brasil com pacote de assistência ao motorista, que inclui frenagem automática, alerta de mudança de faixa e controle de cruzeiro adaptativo

PADRONIZAÇÃO ENTRE PAÍSES

Além de reduzir acidentes, um dos objetivos adicionais do programa com a introdução de tecnologias voltadas à segurança é diminuir ou eliminar a diferença existente em termos de regulamentação, em relação a outros países, especialmente aos da América do Sul.

Com a adoção escalonada desses dispositivos, as empresas têm maior previsibilidade e conseguem sincronizar com as filiais das nações vizinhas a adoção conjunta de sistemas, o que gera ganho de escala na produção e maior intercambialidade de produtos entre os países.

Da forma como é hoje, a linha de produção tem de montar produtos específicos (e com algumas diferenças) de acordo com o país a que se destina, elevando custos.

De acordo com Henry Joseph Junior, diretor técnico da Anfavea (associação que reúne as montadoras), essa não era uma ideia original do Rota 2030, mas foi um "efeito colateral positivo, e serve para melhorar a capacidade de exportação", por permitir troca mais fácil de produtos.

DISPOSITIVOS FORAM DIVIDIDOS EM TRÊS GRUPOS

Grupo A

- Sistema de controle de estabilidade (ESC)
- Indicador de direção na lateral do veículo
- Farol de rodagem diurno (DLR)
- Aviso de não afivelamento do cinto do motorista
- Indicador de frenagem de emergência
- Sistema de alerta ou visibilidade traseiro (câmera ou aviso sonoro)
- Teste de impacto lateral

Grupo B

- Sistema de frenagem automático de emergência – obstáculo móvel
- Sistema de frenagem automático de emergência – obstáculo fixo
- Aviso de saída de faixa de rodagem (LDWS)
- Impacto lateral (poste)
- Proteção para pedestres
- Impacto frontal (picapes e utilitários)

Grupo C

- Sistema de frenagem automático de emergência – pedestres
- Sistema de frenagem automático de emergência – ciclistas
- Assistente de permanência em faixa de rodagem (LKAS)
- Monitor de sonolência ou distração ao volante
- Controle de cruzeiro adaptativo

Fonte: Programa Rota 2030

Para acessar outros conteúdos sobre mobilidade, aponte a câmera do celular para este QR Code:

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

ESPAÇO ABERTO

Cracolândia, a história sem fim

Carlos Alberto Di Franco

Domingo, 21 de maio de 2017. Começa uma megaoperação da polícia na cracolândia, na zona central de São Paulo. Gritaria, corre-corre, bombas de gás lacrimogêneo. Centenas de policiais fazem uma varredura na região e, ao lado de funcionários da Prefeitura e de máquinas retroescavadeiras, desmantelam o cenário de morte e autodestruição humana que, vergonhosamente, convive com a cidade mais rica do País.

O então prefeito, João Doria, gravou um vídeo para as redes sociais. Foi enfático: "A cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá nem o governo do Estado. A partir de hoje, isso é passado". Foi precipitado. Não acabou. Com a dispersão dos usuários, uma nova cracolândia surgiu a menos de 400 metros da antiga, na Praça Princesa Isabel. O tráfico e o uso de crack continuaram. Outras cracolândias brotaram, do Minhocão à Avenida Paulista. Passados cinco anos e alguns prefeitos, muitas promessas e poucos fatos, a coisa só piorou.

Não é possível conviver com uma cidade assustadora: edifícios pichados, prédios invadidos, gente sofrida e abandonada, prostituição a céu aberto, zumbis afundados no crack, uma cidade sem alma e desfigurada pelas cicatrizes da ausência criminosa do poder público. Impõe-se uma ação articulada com todos os atores: governo, Judiciário, sociedade.

A cidade de São Paulo foi demitida por seus governantes. A capital mais rica do País e um dos maiores orçamentos públicos tem sido um retrato de corpo inteiro da ineficiência do Estado. E nós, jornalistas, precisamos mostrar a realidade.

Voltemos ao tema das drogas. A dependência química tem muitas frentes: questões sociais, humanitárias, de saúde, combate ao crime, fortalecimento das entidades de recuperação de adictos, batalhas jurídicas e enfrentamento dos dogmas ideológicos. Basta pensar, amigo leitor, na gritaria contra as internações compulsórias. Sem decisão livre, por óbvio, não há recuperação consistente. O dependente precisa querer. Mas, para exercer a liberdade, é preciso ter um mínimo de capacidade de discernimento. A internação compulsória, não indiscriminada e feita com aval psiquiátrico, pode representar a ruptura das algemas que aprisionam o dependente num círculo infernal.

SP e o Brasil precisam encarar a realidade, ou corremos o risco de sermos engolidos pelos horrores de um progressivo narcoestado

A política transformou-se num espetáculo. A discussão das ideias e dos planos de governo sucumbiu às interdições da ditadura politicamente correta e às regras ditadas pela produção de um show. Temas relevantes para o futuro da sociedade primam pela ausência. Não se discute um projeto sério para a segurança pública, não obstante a surpreendente desenvoltura das facções criminosas. Enquanto isso, caro leitor, a violência avança impune e seu principal estopim, o mercado das drogas, continua fora da agenda pública.

Multiplicam-se, paradoxalmente, declarações otimistas a respeito das estratégias de redução de danos. O essencial, imaginam os defensores da nova política, não é a interrupção imediata do uso de drogas pelo dependente, mas que ele tenha uma melhora em suas condições gerais. A opção pela redução de danos pode ser justificada em determinadas situações, mas não deve ser guindada à condição de política pública.

Mas os "vanguardistas" não desistem. Eles têm voz e voto dentro do Supremo Tribunal Federal. Defendem, irresponsavelmente, a criação de locais especiais de "uso seguro" das drogas para dependentes graves. Nesses espaços não haveria repressão ao consumo. Os viciados seriam estimulados a substituir drogas pesadas por outras supostamente leves, como a maconha. A pretensa inocuidade da maconha termina, muitas vezes, no sequestro da esperança e do futuro.

Observa-se, na contramão da realidade que grita nas trágicas esquinas das cracolândias, um crescente movimento a favor da descriminalização das drogas, sobretudo da maconha. Bandeira frequentemente agitada em certos setores do entretenimento e em alguns redutos de profissionais da saúde pública, a descriminalização não ajudará nada. Ao contrário. Agravará, e muito, o drama das pessoas e da cidade.

A verdade precisa ser dita. Não se pode sucumbir à síndrome de avestruz quando o que está em jogo é a vida das pessoas. O hediondo mercado das drogas está dizimando a juventude. Ele avança e vai ceifando vidas nas cracolândias, nos barracos da periferia abandonada e no auê dos bares e boates frequentados pela juventude bem-nascida. Movimenta muito dinheiro. Seu poder corruptor anula, na prática, estratégias meramente repressivas. A prevenção e a recuperação, as únicas armas eficazes em médio e longo prazos, reclamam apoio mais efetivo do governo e da iniciativa privada às instituições sérias que lutam pela reabilitação de dependentes. É sempre melhor apoiar o que já funciona do que cair na tentação de criar novas estruturas.

São Paulo e o Brasil precisam encarar a realidade, ou corremos o risco de sermos engolidos pelos horrores de um progressivo narcoestado. ●

JORNALISTA
E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

TEMA DO DIA

RENATO VASCONCELOS/ESTADÃO

1º de maio

Em São Paulo, bolsonaristas pedem o impeachment de ministros do STF

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro se reuniram na tarde deste domingo, 1.º, na Avenida Paulista, em um ato convocado contra o Supremo Tribunal Federal e em defesa do deputado Daniel Silveira, condenado pela Corte. ●

1.954 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "O cenário do trabalhador é o pior em décadas: quase 12 milhões de desempregados."
LUCIANA SANCHES

● "Não seria o caso de tomar as ruas pela retomada do crescimento econômico?"
PAULO RIBEIRO

● "Se um político, eleito democraticamente, pode sofrer impedimento, por que alguém indicado por um político não pode?"
EUGÊNIO VIEIRA

● "Aplausos aos ministros, que minimizam um pouco os desmandos do governo."
OSVALDO OLIVEIRA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DAMIR SPANIC/UNSPLASH.COM

The New York Times

Melatonina não é pílula para dormir; entenda. ●
www.estadao.com.br/e/melatonina

E-Investidor

Por que o endividamento está batendo recorde. ●
www.estadao.com.br/e/dividas

Podcast

Estadão Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
www.estadao.com.br/e/podcast

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Oficina Mobilidade, o canal para te ajudar nas dúvidas e nos cuidados com seu carro: https://mobilidade.estadao.com.br/oficina-mobilidade

O que devo observar na hora de comprar um pneu?

Mudanças no diâmetro, por exemplo, podem provocar distorções na leitura do velocímetro, além de prejudicar o desempenho do carro

Foto: Getty Images

Os pneus do veículo são componentes que se desgastam naturalmente, e, por isso, devem ser substituídos ao final de sua vida útil ou quando apresentar algum problema (dano estrutural, corte ou furo irreparável, por exemplo).

As fabricantes, geralmente, oferecem garantia de cinco anos, contados a partir da compra (no caso de pneus comprados em lojas) ou da fabricação do pneu (para quem adquiriu um carro novo).

"Somente no caso de superesportivos, é que a gente indica um prazo para troca dos pneus, já que, nesses veículos, o desempenho está muito relacionado com o estado desses pneus", explica Fabio Magliano, gerente de produto Car & Motorsport, da Pirelli para a América Latina.

Na hora de trocá-los, contudo, é preciso ficar atento a alguns pontos.

A principal observação diz respeito às medidas (195/16, por exemplo), pois isso garante que o desempenho do veículo não seja alterado. Mudanças no diâmetro dos pneus – ou das rodas – podem provocar distorções na leitura do velocímetro, além de prejudicar o desempenho do carro.

As indicações de carga e de velocidade, que também constam nos pneus, devem ser seguidas à risca, conforme as especificações da montadora. "Alguns modelos superesportivos e de alto luxo têm a recomendação expressa de utilizar somente a marca e o modelo específicos de pneu original (com o qual o carro foi desenvolvido), a fim de garantir o melhor desempenho", afirma o especialista.

Aponte a câmera do celular para este QR Code e assista à entrevista com Fabio Magliano, da Pirelli para a América Latina

Eleições 2022

Engajamento da terceira via patina em ambiente polarizado nas redes

Desarticulado e sem bandeiras próprias, grupo que se coloca como alternativa a Lula e Bolsonaro tem dificuldade de gerar interação nas mídias digitais, aponta levantamento

LEVY TELES

A desarticulação político-partidária e a dificuldade dos pré-candidatos da chamada terceira via de alcançar protagonismo na disputa presidencial também são uma realidade nas redes sociais. Sem a definição até agora de um nome capaz de confrontar a polarização Lula-Bolsonaro – líderes nas pesquisas de intenção de votos –, políticos de centro penam para produzir engajamento e mobilizar discussões em torno de suas pautas na internet.

A presença apagada nas mídias sociais e no ambiente digital reduz o alcance de uma mensagem de impacto das candidaturas alternativas ao petismo e ao bolsonarismo. Levantamento do Observatório Democracia em Xeque feito por Marcelo Alves, professor do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, mostra, por exemplo, que as publicações de direita têm alcance seis vezes maior do que as de centro no YouTube.

O monitoramento foi feito com base em uma análise de alcance de publicações de influenciadores e políticos. A pesquisa acompanhou as postagens de cada espectro político com o maior número de interações – curtidas, visualizações e comentários – por dia, de 1.º de janeiro a 26 de abril deste ano. Foram observadas as redes sociais Facebook, Instagram e YouTube.

No Facebook, a direita gerou 273 milhões de interações entre as publicações mais virais. A esquerda, por sua vez, fez 113 milhões; o centro não passou dos 23 milhões. No Instagram, foram 400 milhões de impressões da direita ante 320 milhões da esquerda. O centro segue atrás, com 21 milhões de interações na rede.

De acordo com Alves, o insucesso da terceira via se dá por dois motivos. O primeiro é o fato de as redes sociais estimularem antagonismos. O segundo deve-se à indefinição de quem será o representante do grupo na eleição, e o tempo é curto. "A terceira via ainda não tem nem um candidato. Não é de abril até a eleição, em outubro, que haverá a possibilidade de se construir uma rede de comunicação ampla que cruze as plataformas", afirmou Alves.

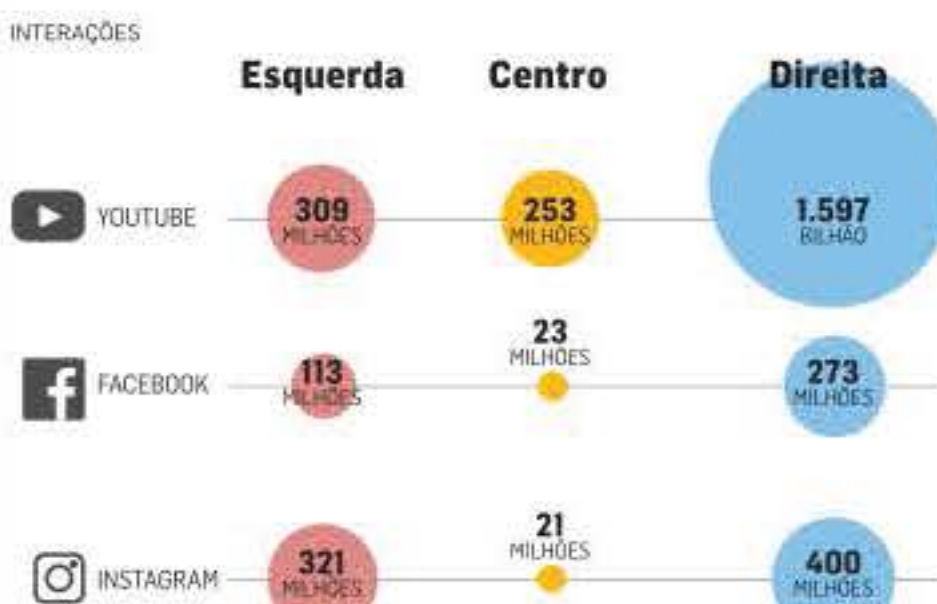
Líderes de União Brasil, MDB, PSDB e Cidadania já anunciaram que iriam formalizar a pré-candidatura única da terceira via no dia 18 de maio. No entanto, interesses pessoais e disputas internas minam a possibilidade de uma candidatura unificada.

O União Brasil, que tem como pré-candidato o deputado federal Luciano Bivar (PE), presidente da legenda, já desembarcou da construção de um projeto único ao Palácio do Planalto. A senadora Simone Tebet (MDB-MS) e o ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB) seguem no páreo.

PROFISSIONALIZAÇÃO. Sem um nome, a terceira via carece de uma estrutura capaz de mobilizar no mundo digital. "Ter bons canais de rede com visibilidade é um processo que exige um alto nível de profissionalização e organização, e isso não acontece de um dia para o outro", disse Alves. "A rede, como o próprio nome diz, demanda coletividade. Um erro comum de estratégia, de marketing digital, é construir um canal do Doria, Lula. É claro que são canais, mas não funciona."

Nesse sentido, a rede bolsonarista, de acordo com o pesquisador, obtém resultados promissores por agregar "um conjunto muito significativo de centenas de canais, de página, organização entre diversas plataformas para disseminar a mensagem do candidato".

CENTRO NÃO ENGAJA NAS REDES SOCIAIS

Monitoramento de mídias sociais mostra dificuldades da chamada terceira via em produzir engajamento

FONTE: RELATÓRIO DEMOCRACIA EM XEQUE; DADOS DE 1.º/JAN/2022 A 26/ABR/2022 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

> ***"Ter bons canais de rede com visibilidade é um processo que exige um alto nível de profissionalização e organização, e isso não acontece de um dia para o outro."***
> **Marcelo Alves**
> **Professor da PUC-Rio e membro do Observatório Democracia em Xeque**

> ***"Quais são as promessas que a terceira via faz? Hoje, ela aposta em uma única tese: 'Nem Lula nem Bolsonaro'. Mas o que isso quer dizer com a terceira via?"***
> **Lucas Prado**
> **Sócio da agência Ative, que atua no setor político**

Só no YouTube, a direita produziu cerca de 1,6 bilhão de visualizações se reunidos os vídeos mais visualizados de cada dia deste ano – a esquerda gerou 309 milhões. O centro soma 253 milhões.

Na semana passada, com discussões políticas impulsionadas pelo perdão dado por Bolsonaro ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por incitar agressões contra ministros e atacar a democracia, a terceira via teve participação ainda mais reduzida em comparação com o chefe do Executivo e Lula e seus seguidores.

No Instagram, por exemplo, enquanto a terceira via gerou cerca de 544 mil interações por influenciadores e políticos do centro democrático, tanto a direita como a esquerda produziram quatro vezes mais. Bolsonaro chegou a ter 250 mil visualizações em seu vídeo mais acessado no YouTube. Representante da terceira via, Doria registrou apenas 437 visualizações na publicação.

Na avaliação de Lucas Prado, sócio da agência de publicidade Ative, que atua no setor político, o baixo engajamento da terceira via é ainda consequência da falta de materialização de ideias, de um projeto. "Quais são as promessas que a terceira via faz? Hoje, ela aposta em uma única tese: 'Nem Lula nem Bolsonaro'. Mas o que isso quer dizer com a terceira via?", questionou.

AGRESSIVIDADE. Responsável pelas redes de Doria, Daniel Braga apresentou outra explicação para esses dados. De acordo com ele, monitoramento de sua equipe aponta que a maior parte do engajamento nas redes, à direita ou à esquerda, é de robôs e militantes. "Quem fala de política agora é militante, é robô, é MAV (*sigla para Militante em Ambientes Virtuais*)".

A razão para o afastamento do eleitor dos debates políticos neste momento, disse Braga, é a agressividade nas redes. "Cada perfil, quando é da direita ou da esquerda, chega a falar dez vezes do mesmo assunto. Quando é um discurso menos raivoso e propositivo, no caso do João, as pessoas falam em média duas vezes."

De acordo com o marqueteiro, 40% dos eleitores ainda não conhecem o tucano. "Agora as pessoas não querem consumir o assunto. Estamos rodando o Brasil, mostrando tudo o que ele fez de gestão, mostrando as propostas ao Brasil. Isso gera um repositório. Quando as pessoas tiverem interesse, elas vão ser impactadas pela nossa comunicação e vão entrar na rede", disse. ●

'Estadão' lança blog sobre impacto eleitoral na internet

Com o objetivo de medir o alcance das redes sociais e dos aplicativos de troca de mensagens nas disputas eleitorais deste ano, o **Estadão** lança o blog *Timeline: eleições 2022*.

Atualmente, as discussões sobre política já ocupam grande parte das tendências mais buscadas nas mídias digitais. Neste contexto, a temperatura das redes e sua influência no debate eleitoral serão os focos da cobertura dos jornalistas dedicados ao blog – que terá conteúdos produzidos a partir de apurações próprias e com base em análises de empresas especializadas na leitura deste universo.

A produção se dividirá em reportagens, análises de performance e repercussão de postagens de políticos e candidatos, entrevistas e artigos, além de conteúdos em vídeo. As notícias do *Timeline* poderão ser publicadas e veiculadas nos diversos canais do **Estadão**.

É consenso de que as redes sociais, ambiente fértil para ações de desinformação, terão papel singular na disputa eleitoral deste ano. "Queremos que o *Timeline* funcione como um radar das mídias sociais, com a nossa credibilidade e rapidez", disse Gabriel Pinheiro, editor de Redes Sociais. O endereço do blog é https://politica.estadao.com.br/blogs/timeline-eleicoes-2022. ●

Carlos Pereira carlos.pereira@fgv.br

Presidencialismo ficou refém?

Até que ponto o equilíbrio da Constituição de 1988 e do Plano Real, caracterizado pelo tripé inclusão social, responsabilidade macroeconômica e democracia, estaria ameaçado?

Meu colega Marcos Mendes, um dos maiores especialistas em contas públicas, acredita que existem problemas estruturais que estariam colocando em risco tal equilíbrio. Na sua coluna na *Folha de S. Paulo* (22/04/2022), Marcos vaticinou que, diante do enfraquecimento do Executivo na política orçamentária e do baixo crescimento econômico, as condições de governabilidade estariam se deteriorando e que problemas institucionais se avizinhariam.

Marcos tem razão ao expressar preocupação com a perda de discricionariedade do presidente no orçamento. Hallerberg e Marier já haviam demonstrado que um Executivo forte, via centralização do processo orçamentário, é a chave para reduzir déficit público e gerar políticas públicas universais, especialmente em sistemas eleitorais proporcionais de lista aberta para o Legislativo que estimula paroquialismos, como é o brasileiro.

Eleições que resultam em derrota do incumbente é um fenômeno raro. De acordo com Przeworski, 4 em cada 5 incumbentes se reelegem. O fato de o presidente Jair Bolsonaro estar correndo sérios riscos de não ser reeleito é um sinal claro de que a crença de inclusão social responsável e sob democracia é um imperativo dominante e que gera perdas eleitorais para quem desvia.

> ***Boa gerência de coalizão cria condições para a sustentabilidade democrática***

Ineficiências nas relações Executivo-Legislativo têm sido consequência da sucessão de péssimos gerentes do presidencialismo multipartidário brasileiro e não de problemas estruturais de seu desenho institucional.

A saída encontrada por Bolsonaro via "orçamento secreto" para lidar com a impositividade da execução das emendas foi predatória porque escolheu se aliar ao Centrão em condições de extrema vulnerabilidade política e, portanto, com baixo poder de barganha para estabelecer os termos de negociação.

Se souber como o presidencialismo multipartidário opera, nada impede que um novo presidente eleito possa se valer da sua legitimidade e popularidade para reverter o quadro e montar e gerenciar de forma virtuosa e eficiente uma coalizão majoritária alinhada às crenças de inclusão social responsável e democracia. Não será difícil convencer parlamentares que o jogo orçamentário coordenado pelo presidente gera menos incertezas para os próprios legisladores. ●

CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR TITULAR DA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (FGV EBAPE)

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Alagoas

Fux suspende eleição para governador tampão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, suspendeu ontem a eleição indireta que ocorreria hoje na Assembleia Legislativa de Alagoas para a escolha de um governador tampão. O cargo está vago desde que Renan Filho (MDB) renunciou para concorrer a uma vaga no Senado nas eleições de outubro. O vice, Luciano Barbosa (MDB), já havia deixado a função, depois de eleger-se prefeito de Arapiraca, em 2020.

A decisão de Fux atendeu a um pedido do PSB de Alagoas, que questionou o edital da Assembleia por prever uma eleição aberta, o que, segundo a legenda, violaria o direito à confidencialidade do voto. O PSB também não concorda que se escolha governador e vice em pleitos distintos. Com o impasse, a decisão caberá ao ministro Gilmar Mendes, relator do caso. ● **RUBENS ANATER**

1º de Maio

Bolsonaro mantém clima de confronto ao endossar atos contra o STF

Presidente participa de protestos em que manifestantes pediram destituição de ministros da Corte, mas evita discursar

O presidente Jair Bolsonaro endossou ontem protestos em que manifestantes estenderam faixas e fizeram discursos com pedidos de destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e em defesa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Com isso, apesar de ter evitado citar nominalmente os ministros da Corte, o presidente mantém o clima de confronto com o Judiciário.

Presidente do Senado
Rodrigo Pacheco condenou o que chamou de 'manifestações antidemocráticas'

Em Brasília, Bolsonaro circulou entre os apoiadores, mas evitou discursar no carro de som estacionado na Praça dos Três Poderes. "Vim cumprimentar o pessoal que está aqui numa manifestação pacífica e em defesa da Constituição, da democracia e da liberdade", disse ele, em transmissão ao vivo em redes sociais.

Em São Paulo, apareceu em um vídeo ao vivo exibido em telão instalado na Avenida Paulista, onde manifestantes se aglomeravam. Na mensagem, Bolsonaro cumprimentou os manifestantes e voltou a citar que os atos eram em defesa "da liberdade".

A preocupação até entre aliados do governo era que o presidente repetisse o tom beligerante de 7 de Setembro do ano passado, quando levantou suspeitas sobre a lisura das eleições e proferiu ofensas a ministros do Supremo. Os atos de ontem, no entanto, tiveram adesão notadamente menor que o 7 de Setembro e participação mais "tímida" do presidente.

Apesar do endosso aos atos, aliados disseram que Bolsonaro quis fazer um "aceno" ao Judiciário, na tentativa de diminuir a temperatura da crise provocada pela condenação de Silveira pelo Supremo – a 8 anos e 9 meses de prisão por ataques à democracia e por incitar violência física contra ministros da Corte – e posterior perdão concedido a ele pelo presidente. Recentes declarações de Bolsonaro provocaram reação nas cúpulas do Congresso, do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em defesa da democracia.

O que antes era apontado como um possível evento com discurso golpista pela cúpula do Congresso e do Poder Judiciário virou, nas palavras de interlocutores do presidente, uma "manifestação pacífica em defesa da democracia e da liberdade". "É hora de distensionar, isso é bom para a economia, é bom para o Brasil", afirmou o deputado Capitão Augusto (PL-SP), vice-presidente do partido de Bolsonaro.

Para o cientista político Ricardo Ribeiro, sócio da Ponteio Política, Bolsonaro mantém "seu tradicional vaivém nos ataques que faz às instituições". Ribeiro disse que o fato de o presidente ir ao ato em Brasília e participar por vídeo, na Paulista, dá "aval a mensagens golpistas". "Isso mantém a preocupação em relação ao ambiente político e institucional durante o período eleitoral", disse.

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), condenou ontem, no Twitter, o que chamou de manifestações "ilegítimas e antidemocráticas". "Além de pretenderem ofuscar a essência da data (Dia do Trabalhador), são anomalias graves que não cabem em tempo algum."

ERALDO PERES/AP
Bolsonaro cumprimenta manifestantes em Brasília; presidente evitou discursar, mas gravou vídeo

MARCELO CHELLO / ESTADÃO
Silveira posa para foto com apoiadores: 'Sempre vou estar armado'

ARMADO. Pivô do recente embate entre Bolsonaro e o Judiciário, Daniel Silveira esteve em dois atos no Rio e um em São Paulo, ignorando a decisão STF que o proibiu de participar de eventos públicos. A proibição foi decretada pelo ministro Alexandre de Moraes no final de março, na mesma decisão que mandou o deputado voltar a usar tornozeleira eletrônica, o que ele também descumpre.

Em clima de campanha, Silveira posou ao lado de Fabrício Queiroz – investigado no caso das "rachadinhas" no gabinete de Flávio Bolsonaro. Ao defender a "liberdade" em discurso em Copacabana, o parlamentar afirmou estar armado. "Estou armado e sempre vou estar armado. Quem aqui estiver armado, ninguém aqui é bandido não. Aqui todo mundo quer se proteger, quer ser livre", disse. Silveira foi ovacionado como candidato a senador. O deputado, no entanto, continua impedido de disputar as eleições em outubro, segundo Moraes. ● IANDER PORCELA, DANIEL WETERMAN, ANDRÉ SHALDERS, VINICIUS NEDER, RENATO VASCONCELOS E CRISTINA CANAS

Lula se desculpa com policiais; terceira via promete emprego

BEATRIZ BULLA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciou seu discurso no evento em comemoração ao Dia do Trabalhador ontem, em São Paulo, com um pedido de desculpas aos policiais. Em encontro com mulheres da zona norte da capital anteontem, Lula havia dito que o presidente Jair Bolsonaro "não gosta de gente, gosta de policial" – fala que o fez virar alvo nas redes sociais.

A líderes sindicais e trabalhadores, Lula afirmou que, na verdade, queria dizer que Bolsonaro gosta é "de milicianos" e "só governa para eles". Ao falar sobre os policiais, disse ontem que eles "muitas vezes cometem erros, mas muitas vezes salvam o povo trabalhador". "E nós temos que tratá-los como trabalhadores", disse, pedindo desculpas aos que se sentiram ofendidos.

Nos últimos meses, Lula cometeu gafes que têm sido vistas com preocupação por aliados. É o caso da fala sobre os policiais e também sobre a sugestão de mexer na legislação do aborto, ambos assuntos sensíveis aos bolsonaristas.

O petista chegou à Praça Charles Miller, no Pacaembu, com mais de três horas de atraso devido ao baixo quórum no horário marcado inicialmente para a sua participação. Organizadores resolveram postergar o discurso de Lula para o meio da tarde, próximo ao show da cantora Daniela Mercury, a fim de atrair mais público.

Público
Organizadores atrasaram discurso do petista para esperar quórum do evento das centrais aumentar

No ato em homenagem ao Dia do Trabalhador, os petistas preferiram concentrar os discursos na alta da inflação e nos números do desemprego. Lula falou em regulamentar a atividade dos motoristas de aplicativo e impedir a privatização da Eletrobras.

TERCEIRA VIA. A pauta econômica também marcou as falas dos pré-candidatos da chamada terceira via no 1º de Maio. Em Brasília, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) defendeu mais uma vez a revisão da reforma trabalhista como forma de combater a precarização do trabalho e a senadora Simone Tebet (MDB-MS) culpou o governo Bolsonaro por não proporcionar um ambiente político mais equilibrado e mais comprometido com os reais interesses do País.

Em vídeos, o ex-governador João Doria (PSDB) divulgou as ações que realizou à frente do governo paulista e Felipe D'Avila (Novo) criticou a carga tributária. ● COLABOROU NATÁLIA SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais uma burla ao sistema eleitoral

O governo tenta alterar ilegalmente a Lei Eleitoral para ampliar seus gastos com propaganda

A garantia da isonomia nas campanhas eleitorais, ou seja, da igualdade de oportunidades entre os candidatos, é uma das principais funções da Lei Eleitoral. Dois princípios se destacam: a proibição de campanhas antecipadas e o uso da máquina pública. Jair Bolsonaro não tem pudores de afrontar ambos.

Conforme o art. 37 da Constituição, "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social". Mas, contrariando a Carta, a publicidade e os eventos oficiais da Presidência estão coalhados de "símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal". Bolsonaro já acumula quase uma dezena de representações na Justiça Eleitoral por campanha antecipada. Cinco meses antes da data de início das eleições, ele utilizou o evento de sua filiação ao PL, financiado com recursos públicos do Fundo Partidário, para lançar oficialmente sua campanha.

Antes de deixarem seus cargos para concorrer às eleições, os ministros de Bolsonaro multiplicaram seus pronunciamentos oficiais e alguns são acusados pelo Ministério Público de utilizar os aviões da FAB para participar de eventos de natureza eleitoral. Funcionários da TV Brasil alertaram para a profusão de entrevistas com ministros e censuras internas a matérias críticas ao Planalto. "Não há mais como o telespectador diferenciar o que é comunicação pública", disseram em nota, "e a TV do governo, com conteúdo pago por contrato com a Secretaria de Comunicação."

Agora, o Planalto manobra para turbinar as verbas de propaganda oficial. Congressistas da base aliada tentam alterar, em um projeto de lei sobre regras de contratação de publicidade pelo Executivo, o teto dos gastos permitidos em ano de eleições, para garantir um aumento de 50% na verba. A ilegalidade é inequívoca. Modificações na legislação eleitoral só podem ocorrer até 12 meses antes da data das eleições – no caso, até outubro de 2021.

O projeto foi aprovado na Câmara em março. O governo tenta pautar a votação no Senado para os próximos dias. A oposição chegou a apresentar uma emenda estabelecendo que a regra só poderia entrar em vigência a partir de 2023, mas ela foi rejeitada pelo relator e líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (PL-TO), sob a alegação de que o projeto não trata exclusivamente da Lei Eleitoral e gastos com publicidade não dispõem sobre o processo eleitoral em si.

A desfaçatez é constrangedora. De fato, o projeto original não tinha relação com a legislação eleitoral. Mas a burla veio por meio de um "jabuti" inserido por deputados governistas que altera expressamente o artigo 73 da Lei Eleitoral (9.504/97). Se o quelônio segue livre, leve e solto sem maiores protestos, é porque a ampliação dos gastos favorece também os Executivos estaduais e municipais.

Mas, espera-se, ainda há juízes no Brasil. Se a aberração prosperar, restará à Justiça derrubar mais essa tentativa de Bolsonaro e sua clientela de distorcer as eleições com o dinheiro do contribuinte.●

ESTADÃOVERIFICA

Vídeos com áudios falsos circulam no TikTok

O recurso de dublagem da rede social TikTok tem sido usado para espalhar desinformação. A ferramenta, que permite que usuários reutilizem o áudio de vídeos anteriores, já foi usada para facilitar a produção de conteúdos enganosos, mostrou o **Estadão Verifica** em diferentes checagens.

Para verificar se um vídeo no TikTok usa o áudio verdadeiro ou o de outra postagem, observe a parte inferior da tela. Ali, aparece a frase "som original", e ao clicá-la é possível ver outros vídeos que usaram o mesmo áudio. ● ALESSANDRA MONNERAT

● A Guerra de Putin

Na Ucrânia, Pelosi promete 'apoio incondicional' dos EUA contra Rússia

Mais alta autoridade política americana a viajar a Kiev, presidente da Câmara fala em 'pacote' para financiar país; Rússia ataca depósito de armas doadas pelo Ocidente

KIEV

Em uma viagem surpreendente, a presidente da Câmara de Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, reuniu-se com o líder da Ucrânia, Volodmir Zelenski ontem, em Kiev. Trata-se da mais alta autoridade política americana a viajar para a nação invadida desde o início da guerra contra a Rússia. Ainda ontem, o Kremlin afirmou ter atacado depósitos de armas fornecidas por países ocidentais no sul da Ucrânia.

Pelosi afirmou ter realizado a visita "para enviar uma mensagem inequívoca e retumbante ao mundo: os EUA estão com a Ucrânia". Ela também prometeu "um apoio adicional americano". Os legisladores que acompanharam Pelosi, também prometeram "converter a demanda de financiamento do presidente Biden em um pacote legislativo".

A passagem por Kiev foi mantida em segredo até que a missão retornasse à Polônia, onde Pelosi e os parlamentares realizaram uma entrevista coletiva, prometendo apoiar a Ucrânia "até a vitória". A democrata também condenou a "invasão diabólica" liderada pelo líder russo, Vladimir Putin.

"Agradeço aos EUA por ajudarem a proteger a soberania e a integridade territorial do nosso Estado", escreveu Zelenski no Twitter, numa mensagem junto com um vídeo que mostra ele, cercado de guardas armados, recebendo Pelosi e a delegação do Congresso dos EUA.

UKRAINIAN PRESIDENTIAL PRESS SERVICE

Zelenski (centro) e Pelosi chegam ao palácio presidencial ucraniano, em Kiev: promessa de apoio

ESCALADA. Em uma escalada dos esforços dos EUA contra a Rússia, o presidente americano Joe Biden pediu na quinta US$ 33 bilhões (R$ 166,6 bilhões) ao Congresso americano em ajuda à Ucrânia, além de novas ferramentas legais que permitam endurecer sanções e tomar bens de oligarcas russos.

O chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, afirmou no sábado que, se Washington e outros aliados da Otan estiverem realmente interessados em resolver o conflito, devem parar de enviar armas para a Ucrânia. Os russos já haviam alertado os EUA a "não continuarem testando a paciência" de Moscou, numa referência à visita a Kiev dos secretários de Estado, Antony Blinken, e de Defesa, Lloyd Austin.

Retirada dramática

100 civis foram retirados da usina de Azovstal, reduto das últimas forças ucranianas em Mariupol

O Ministério da Defesa russo afirmou ontem ter conduzido um ataque com mísseis contra um aeródromo militar perto da cidade portuária de Odessa, destruindo uma pista e um hangar com armas e munições fornecidas pelos EUA e por países europeus.

No sábado, a Ucrânia já havia dito que mísseis russos derrubaram uma pista recém-construída no principal aeroporto de Odessa — não ficou claro se as autoridades ucranianas estavam se referindo ao mesmo incidente, e a agência de notícias Reuters não pôde verificar as afirmações.

FUGA DE CIVIS. Moscou intensificou no fim de semana as ofensivas no sul e no leste da Ucrânia. Depois de não conseguir capturar Kiev nas primeiras semanas do conflito que destruiu cidades, matou milhares de civis e forçou mais de 5 milhões de pessoas a fugir do país, os russos se concentram agora na região ao sul. As forças russas capturaram em março Kherson, cidade 100 km ao norte da Crimeia, anexada pela Rússia em 2014.

A Rússia ocupou ainda a importante cidade portuária de Mariupol, onde declarou vitória em 21 de abril. Apesar disso, centenas de soldados ucranianos e civis permanecessem refugiados nas usinas de aço de Azovstal, onde ficaram presos com pouca comida, água ou remédios.

Ontem, quase 100 civis, entre eles crianças, foram retirados do complexo siderúrgico, no que pode ser o início da maior retirada do último bolsão de resistência no território controlado pela Rússia.

O anúncio aconteceu depois que a ONU confirmou que uma "operação de retirada estava em curso" em Azovstal, em coordenação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), as tropas russas e as forças ucranianas. As condições de vida na rede de túneis sob a usina siderúrgica, onde se acredita que centenas de civis estejam ao lado de combatentes, foram descritas como brutais. ● NYT, W.POST, AP E REUTERS

Pentágono tenta afastar temor de guerra nuclear

ANÁLISE

DAVID IGNATIUS
THE WASHINGTON POST

Além da carnificina que a guerra da Ucrânia vem produzindo no campo de batalha, ela está forçando os planejadores militares a repensar os riscos de uma guerra nuclear. Para o Pentágono, isto significa urgência no desenvolvimento de uma nova geração de armas apocalípticas para manter a dissuasão.

O pedido de orçamento do Pentágono para 2023, concebido à sombra do confronto na Ucrânia, tem uma ênfase mais forte em armas estratégicas, entre elas um míssil balístico intercontinental de nova geração (ICBM) conhecido como Sentinel, um novo bombardeiro B-21 tripulado e uma mistura exótica de drones e caças tripulados conhecidos como Domínio Aéreo da Próxima Geração, ou NGAD.

O secretário da Força Aérea, Frank Kendall, discutiu o problema da dissuasão em uma entrevista comigo no final de março. A invasão russa da Ucrânia tinha apenas um mês, mas Kendall já observava o perigo da escalada: "Estamos lidando com um Estado que tem armas nucleares. Não podemos ignorar esse fato na hora de tomar decisões sobre como reagir".

Kendall disse que há mais de uma década seu pensamento sobre dissuasão está focado na China, e não na Rússia. "O cenário com o qual eu estava realmente preocupado era aquele em que a China cometeria um ato de coerção ou agressão, e os EUA teriam duas opções: recuar ou perder. E nenhuma delas seria muito interessante".

Em vez de recuar ou perder na Ucrânia, o governo Biden adotou uma terceira abordagem: trabalhar com aliados da Otan para fornecer armas ao exército ucraniano. As autoridades americanas parecem confiantes de que a Rússia não vai querer correr o risco de desafiar a Otan usando armas nucleares táticas, mas declarações russas sublinharam a importância de uma firme dissuasão.

Perigo real e imediato

Assim como na Guerra Fria, conflito na Ucrânia levou militares a pensar mais no impensável

As novas armas não são tão chamativas quanto os tão propalados mísseis hipersônicos da Rússia, mas modernizarão o arsenal estratégico dos EUA. Kendall, assim como todos no Pentágono, insiste que os EUA não se envolverão em um confronto militar direto com a Rússia, a menos que a Otan seja atacada. Mas a guerra na Ucrânia intensificou o esforço de modernização estratégica e, assim como nas profundezas da Guerra Fria, vem levando os planejadores militares a pensar mais no impensável. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

É COLUNISTA DO WASHINGTON POST

Moisés Naím mnaim@ceip.org

Putin e Musk são parecidos?

MIKHAIL TERESHCHENKO / AP - LIESA JOHANNSSEN-KOPPITZ / THE WASHINGTON POST

Putin (esquerda) e Musk: ambos parecem tomar decisões sem levar em conta a opinião de outros

É uma comparação injusta. Antes de discutir as semelhanças entre esses dois, é essencial enfatizar a imensa diferença entre eles: Putin é um genocida, Musk é um inventor genial. O líder russo é responsável pela morte de dezenas de milhares de inocentes assassinados pelos militares que comanda. Elon Musk é responsável pelos carros elétricos mais vendidos do mundo, por inovações em baterias que possibilitam o armazenamento de energia elétrica e por sistemas como o Paypal, que permitem pagamentos por e-mail.

Musk também está à frente da SpaceX, a empresa de foguetes que podem ser recuperados e reutilizados após o lançamento, e de máquinas para cavar túneis com grande eficiência nas áreas mais movimentadas das cidades, aliviando assim o congestionamento. E também da incrível Neuralink, empresa de implantes cuja missão é desenvolver tecnologias que possibilitem que o cérebro se comunique com um computador e, assim, melhore importantes funções neurológicas.

Tanto Putin quanto Musk querem mudar o mundo. Putin destruindo, Musk construindo. Ambos têm poder e dinheiro para financiar suas ambições. Segundo a revista *Fortune*, Musk é a pessoa mais rica do mundo. E, de acordo com os serviços de inteligência de vários países, Vladimir Putin é secretamente o homem mais rico do planeta. Obviamente, além de sua fortuna pessoal (estimada em mais de US$ 200 bilhões), Putin também está livre para usar fundos do governo russo para financiar qualquer aventura.

SEMELHANÇAS. Nisto o ditador e o empresário são semelhantes. Putin queria a Ucrânia, Musk queria o Twitter. O primeiro invadiu o país vizinho, o segundo comprou a empresa por US$ 44 bilhões.

Em ambos os casos, as decisões foram tomadas por uma única pessoa. As instâncias, organizações e processos que influenciam a tomada de decisões tão importantes como estas não tiveram a menor relevância. Naturalmente, a invasão da Ucrânia e suas consequências em mortes e destruição são infinitamente mais graves do que a compra de uma empresa caríssima cuja operação tem múltiplos aspectos políticos e sociais. Mas tanto a invasão quanto a aquisição aconteceram porque esses dois homens queriam. Ponto final.

> *Tanto a invasão da Ucrânia quanto a compra do Twitter aconteceram porque esses dois homens queriam. Ponto final*

EXPLICAÇÕES. Putin justifica a invasão com argumentos do passado, Musk explica seu interesse fazendo referência ao futuro. O ditador russo diz que a Ucrânia sempre fez parte da Rússia e deveria voltar a fazer, que sua incursão militar simplesmente busca corrigir um crasso erro geopolítico cometido após o colapso da União Soviética. Segundo ele, a Rússia nunca deveria ter permitido a independência de países que estiveram sob seu controle.

De sua parte, Musk pensa que o Twitter pode ser o instrumento que melhor protegerá a liberdade de expressão no mundo: "Minha intuição é que ter uma plataforma pública amplamente inclusiva e na qual se tenha máxima confiança é muito importante para o futuro da civilização".

O FUTURO. Faz tempo que Musk se preocupa com o futuro do mundo. Em uma de suas palestras, ele fez esta previsão ousada: "O futuro da humanidade vai tomar uma das duas direções fundamentais: ou nos transformamos em uma espécie multiplanetária e uma civilização que sabe viajar pelo espaço, ou vamos ficar presos em um único planeta até que ocorra algum evento que nos extermine".

O contraste entre este visionário genial que está pensando em nos transformar em uma civilização que vive em vários planetas – e viaja entre eles – e o ditador sanguinário que tenta devolver o mundo ao século 19 não poderia ser mais preocupante. A invasão da Ucrânia e a aquisição do Twitter ilustram como a responsabilização é algo frágil em regimes autoritários e gigantes da tecnologia.

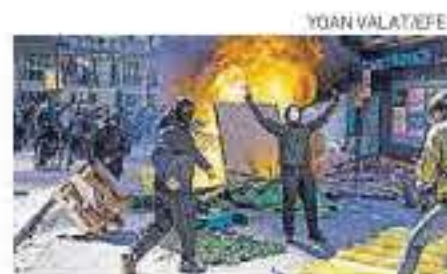
Em ambos, os patrões decidem e não parecem preocupados em ouvir as opiniões de seus críticos, levar a sério a possibilidade de estarem errados ou de não saberem o que acham que sabem. Esta última é uma das causas mais frequentes dos fracassos que derrubam ditadores ou levam empresas à falência.

Vamos torcer para que, neste ponto, Musk não se pareça com Putin. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

É ESCRITOR VENEZUELANO E MEMBRO DO CARNEGIE ENDOWMENT

RADAR GLOBAL

PARIS

YOAN VALAT/EFE

Le Figaro

Perto de eleição legislativa, Macron enfrenta protestos na França

Dezenas de milhares de pessoas protestaram contra o recém-reeleito presidente francês Emmanuel Macron nas marchas de 1º de maio. A mensagem era clara: ele deve consultar mais os cidadãos em seu novo mandato e reverter os planos de aumentar a idade de aposentadoria. Há perspectivas de novas manifestações. ●

WASHINGTON

SHANNON STAPLETON/REUTERS

Politico

Comissão que investiga ataque ao Capitólio mira aliados de Trump

O comitê da Câmara que investiga o ataque de 6 de janeiro ao Capitólio dos EUA deve intimar nesta semana os legisladores republicanos a testemunhar sobre a tentativa de Donald Trump de derrubar a eleição de 2020. A proposta tem apoio de ao menos 10 republicanos – número suficiente para intimar os trumpistas na ocasião. ●

PENSILVÂNIA

OPERA NEWS / REPRODUÇÃO

The Economist

Na Pensilvânia, primárias mostram o futuro da política dos Estados Unidos

Primárias para escolher os candidatos ao Senado na Pensilvânia acabam em 17 de maio e, segundo a revista *The Economist*, indicam o que deve acontecer nas eleições de meio de mandato, em novembro. De um lado, republicanos sonhando com a volta de Trump. De outro, democratas tentando se descolar da esquerda progressista e encampando o centro. ●

PEQUIM

NOEL CELIS / AFP

Financial Times

Política de covid zero, orgulho de Xi Jinping, ameaça queda econômica

Nas últimas semanas, funcionários do governo chinês ficaram preocupados com o impacto econômico dos intermináveis bloqueios provocados pela política de covid zero no país. Aliados temem que a imagem do presidente Xi Jinping seja manchada se o governo perder o controle da covid – ou cair em uma crise econômica enquanto tenta contê-la. ●

BERLIM

CHARLY TRIBALLEAU / AFP

Bild

Scholz defende sua política na Ucrânia à medida que críticas aumentam no país

O chanceler alemão, Olaf Scholz, se defendeu das acusações de que sua abordagem à agressão russa tem sido hesitante e tímida, insistindo que suas decisões seguiram uma consulta estreita com os aliados da Alemanha. Scholz enfrenta críticas ferozes dentro de seu próprio governo. Em entrevista ao tabloide *Bild*, Scholz disse: "Não tenho medo e não me afeto por acusações de covardia". ●

Vida na cidade

Em SP, 'dark kitchens' se espalham e perturbam vizinhos

Cozinhas industriais compartilhadas trazem mais movimentação a áreas residenciais e são criticadas por causa de barulho, fumaça e atos de motoboys

DANIEL TEIXEIRA/ ESTADÃO - 28/4/2022

Movimentação de motoqueiros e entregadores na Rua Apinajés; a subprefeitura local promete vistoria

JOÃO KER

Um modelo de negócio gastronômico disseminado na pandemia tem facilitado a vida dos clientes de comida delivery, mas aumentado o grupo de vizinhos incomodados. As dark kitchens, cozinhas industriais compartilhadas normalmente dedicadas a serviços de entrega, se multiplicam em São Paulo e se instalam, principalmente, em bairros e ruas residenciais. Ocupam – com geradores, fumaças e filas de motoboys – galpões e calçadas onde antes imperava o silêncio.

Investigação
Até o Ministério Público do Estado de São Paulo abriu inquérito para cobrar soluções da Prefeitura

Até o Ministério Público abriu inquérito para cobrar soluções da Prefeitura – as empresas afirmam cumprir as regras e dar estrutura de trabalho aos motoboys, de forma a evitar problemas aos vizinhos. "Os problemas começaram logo no primeiro dia da construção, quando foi anunciado o lockdown em São Paulo", conta a assessora Mariana Paker, de 40 anos, moradora da Lapa.

A parte de trás da sua casa dá para os fundos de uma dark kitchen instalada ali em março de 2020. Desde aquela época, ela afirma que não consegue dormir direito ou sequer lavar roupa, por causa do barulho da maquinaria e da fumaça das chaminés (ao todo, são 35 nessa unidade) que chegam no seu quintal e impregnam roupas, móveis e eletrodomésticos.

Mariana construiu uma parede de vidro no quintal para poder lavar as roupas e tentar barrar o "combo" de fumaça com cheiro de fritura que chega na sua casa. Na pandemia, decidiu passar mais de um ano morando no interior porque não aguentava o barulho, que atrapalhava seu home office. "Sei quando ligam a máquina, quantas são ligadas, e isso às vezes me acorda à 1h. Não tenho paz. Funcionam todos os dias e madrugadas, incluindo fins de semana e feriados", desabafa. Desde o fim de 2020, ela aguarda o resultado de denúncia feita ao Ministério Público e do inquérito civil que se seguiu.

Em nota, a Subprefeitura da Lapa diz que abriu processo de cassação da licença de funcionamento da unidade, mas o dono entrou com liminar – o caso segue com a Procuradoria-Geral do Município. A dark kitchen da rua de Mariana é da Kitchen Central, responsável por 11 unidades em São Paulo e mais dez entre Rio, Brasília e Belo Horizonte. A empresa não comentou o processo.

Para quem divide a rua com as estruturas industriais das dark kitchens, as reclamações vão além do impacto da maquinaria e englobam também os entregadores que prestam serviço para os restaurantes. Eles apontam que muitos motoboys estacionam nas calçadas, impedem o tráfego de pedestres, dirigem em alta velocidade e na contramão, além de usarem a rua para urinar.

"Um dia desses abri a porta e tinham invadido meu quintal para fazer xixi no jardim", conta Nestor Bonilla, empresário de 58 anos e vizinho de uma dark kitchen na Rua Apinajés, em Perdizes, também zona oeste, que pertence à Hub FoodService. A Secretaria de Subprefeituras informa que pretende vistoriar a dark kitchen da Apinajés. A Hub FoodService não se manifestou.

É pelo medo antecipado dos problemas que a advogada Carla Lascala, de 56 anos, também se uniu com outros moradores da Rua Dr. Dolzani, na Vila Mariana, zona sul para abrir reclamação no MPE, o que motivou um inquérito civil. Uma unidade da SmartKitchens, presente em cinco pontos da capital, além de Campinas, Belo Horizonte e Fortaleza, foi construída ali ainda no ano passado, com a capacidade para abrigar 18 restaurantes diferentes. "Esse quarteirão é todo residencial, não temos comércio aqui. Parece até o interior de São Paulo. A cozinha mal começou a operar e já vimos motoboys correndo na contramão, fora o barulho, cheiro, prejuízo e desvalorização dos imóveis", aponta, afirmando que a obra para construção corria de madrugada e no fim de semana.

A Subprefeitura da Vila Mariana diz que não há auto de licença de funcionamento para a unidade, visto que o local está em obras, e a construção está devidamente regulamentada, com visita do Programa Silêncio Urbano (PSIU) agendada. Segundo a Smart Kitchens, o prédio começa a funcionar nesta semana.

LICENÇA E REGRAS. O Estadão visitou seis dark kitchens espalhadas por São Paulo e testemunhou as situações citadas pelos vizinhos. Outras unidades, porém, funcionavam em ruas desertas ou longe de endereços residenciais, onde motoboys ficavam majoritariamente dentro dos prédios e estacionados na rua.

Segundo a Prefeitura, dark kitchens devem ter alvará próprio de funcionamento. E cada restaurante que opera dentro das estruturas precisa de licença individual de funcionamento. E o barulho não pode ultrapassar 55 decibéis após 22h.

Além dos dois inquéritos civis citados, o MPE diz que há outro da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo. A investigação quer dar "enfoque mais global" e motivou recomendação enviada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

O documento, enviado no dia 23, recomenda que a pasta tome as medidas necessárias para enquadrar esses negócios, para fins de licenciamento. Também pede que sejam considerados "impactos urbanísticos", destacando-se "a necessidade de submissão da questão à Câmara Técnica de Legislação Urbanística".

Atividade prevista
Prefeitura diz que serviço é regulado por decreto de 2016 e está previsto na Lei de Zoneamento

A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento confirmou ter recebido a recomendação, mas disse ainda estudar o tema. Segunda a pasta, a atividade das dark kitchens está classificada no Decreto 57.378/2016 e prevista na Lei de Zoneamento, "de forma a limitar ruídos por faixa de horário, vibração, emissão de radiação, emissão de odores e emissão de gases e material particulado". O órgão não informou com que frequência fiscaliza os prédios. ●

Empresas dizem cumprir todas as regulamentações

Em nota, a Kitchen Central afirmou que "tem cumprido com todas as regulações aplicáveis em todas as suas unidades, que, inclusive, são acompanhadas constantemente pela equipe técnica para manutenção e novas implementações" e "continuará tomando as medidas razoáveis para atender quaisquer preocupações que possam se apresentar".

A SmartKitchens negou que haja entregadores de unidades estacionados em calçadas, apesar do que foi visto e relatado pela reportagem, e que todos os condomínios possuem área de estacionamento, além de espaço de apoio "interno" com bancos, carregadores de celular, e bebedouros para os entregadores. Também afirmou que oferece banheiros para os motoboys em todas as unidades e os prédios "são projetados e construídos de forma a anular qualquer tipo de impacto que fuja aos parâmetros municipais legalmente permitidos".

"A SmartKitchens é responsável pela obtenção do alvará para desenvolvimento da atividade imobiliária a qual exercemos, além das demais obrigações exigidas para edificação a qual somos responsáveis. Tanto o alvará quanto as demais obrigações estão em vias de finais de obtenção, e ainda não foram obtidas, pois é necessário a finalização completa da obra para obtenção de algumas dessas autorizações, como por exemplo o Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros", informou. ●

Transformação digital

Primeira operadora a migrar 100% de datacenters para nuvem, TIM conta com a Oracle em sua estratégia multicloud

Fotos: Reprodução/Oracle

Focada na experiência do cliente, Oracle dá mais um passo em sua transformação

Definidos como essenciais durante a pandemia da covid-19, os serviços prestados pelas operadoras de telecomunicação são utilizados por milhões de brasileiros todos os dias, seja para trabalhar, estudar ou se relacionar com familiares e os amigos. E foi focada na prestação de serviços de qualidade, que a TIM Brasil fechou parceria com a Oracle, dentro de sua estratégia multicloud, para migração de 100% de seus datacenters para um ambiente em nuvem.

"Quando falamos em transformar a vida dos clientes, estamos falando do cotidiano das pessoas, da vida pessoal, profissional, de poder estar conectado com a família, de criar facilidades. Essa é uma transformação muito sensível e particular", afirma Auana Mattar, CIO da TIM Brasil.

Essa migração, feita para o Oracle Cloud Infrastructure (OCI), tem como objetivo trazer mais eficiência, rapidez, segurança e qualidade em diversas frentes trabalhadas pela TIM, como atendimento ao cliente, operações internas, faturamento, arrecadação e gestão de plataformas digitais.

Previsto para durar dois anos, o processo teve início em março de 2021, com os clientes pós-pago. Entre testes, ajustes, configurações de segurança e implementação, foram pouco mais de três meses. Após o sucesso nessa etapa, seguiu-se com os clientes pré-pago, em um processo que teve duração de cinco meses. Somando as duas bases, segundo Auana, são mais de 52 milhões de brasileiros atendidos. "Estamos falando de uma inovação e de uma tecnologia que transformam e impactam o dia a dia de um volume expressivo de cidadãos", diz.

Os primeiros resultados da migração já são sentidos dentro e fora da companhia. "O resultado é expressivo para nós e representa um ciclo virtuoso. Isso é incrível porque você tem o cliente satisfeito devido a um tempo de atendimento menor, você tem um atendente mais satisfeito porque tem uma plataforma de maior velocidade, e ele traz ainda mais eficiência para a empresa", diz a CIO da TIM. Além da migração das plataformas de CRM de clientes pré, pós e live, também já passaram por essa etapa a plataforma de Roteamento de Chamadas, os sistemas de Faturamento Pós-Pago, Controle, Live e Corporativo e a plataforma que trata de todas as cadeias de Arrecadação e Cobrança.

TIM Brasil fechou parceria com a Oracle para colocar em nuvem 100% de seus datacenters

> "Estamos falando de uma inovação e de uma tecnologia que transformam e impactam o dia a dia de um volume expressivo de cidadãos"
>
> **Auana Mattar,**
> CIO da TIM Brasil

A mudança está ainda atrelada ao compromisso da TIM com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (sigla ESG, em inglês). A migração para a nuvem reduz automaticamente as emissões diretamente associadas ao armazenamento dos dados em espaços físicos, um importante passo para a meta da operadora de ser carbono neutro até 2030.

Primeira operadora do País a migrar 100% dos datacenters para nuvem, a TIM destaca o pioneirismo da iniciativa e a construção conjunta, dentro da estratégia multicloud, com a Oracle. "Estamos sendo pioneiros e fazendo testes bem inéditos. É algo que estamos construindo juntos e é bem interessante ver essa dinâmica", finaliza Auana.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 17° | TARDE 26° | NOITE 20° | VOLUME DE CHUVA 5MM | UMIDADE RELATIVA 48%

TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
17°/30°	16°/23°	12°/22°	13°/25°

SOL
NASCENTE: 6H27
POENTE: 17H39

LUA: NOVA

NOVA	30/04 17H30
CRESCENTE	8/05 21H22
CHEIA	16/05 1H15
MINGUANTE	22/05 15H44

● Sol com variação de nuvens no decorrer do dia. Temperaturas amenas à tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 19 km/h SE — Ondas: 1,0 m

HOJE		
3h32	↑	1,2
9h04	↓	0,4
15h41	↑	1,3
22h07	↓	0,5

TERÇA, 03		
3h10	↑	1,2
9h36	↓	0,4
16h29	↑	1,2
22h58	↓	0,5

QUARTA, 04		
3h50	↑	1,0
10h00	↓	0,4
17h21	↑	1,1
23h53	↓	0,6

QUINTA, 05		
4h34	↑	1,0
10h51	↓	0,6
18h29	↑	1,1

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	24°/29°
BELÉM	23°/32°	MANAUS	23°/29°
BELO HORIZONTE	16°/28°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	22°/34°
BRASÍLIA	16°/29°	PORTO ALEGRE	15°/18°
CAMPO GRANDE	20°/34°	PORTO VELHO	24°/32°
CUIABÁ	22°/36°	RECIFE	24°/29°
CURITIBA	15°/23°	RIO BRANCO	22°/31°
FLORIANÓPOLIS	18°/20°	RIO DE JANEIRO	20°/30°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	24°/30°
GOIÂNIA	16°/32°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	23°/30°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	20°/32°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	10°/20°	MÉXICO	-3	19°/28°
ATENAS	5	14°/15°	MIAMI	1	22°/32°
BARCELONA	4	15°/18°	MONTEVIDÉU	0	12°/16°
BERLIM	4	10°/18°	MOSCOU	6	4°/13°
BRUXELAS	4	6°/18°	NOVA YORK	1	11°/15°
BUENOS AIRES	0	13°/17°	PARIS	4	7°/17°
CARACAS	-1	20°/30°	ROMA	4	10°/18°
CHICAGO	2	7°/9°	SANTIAGO	1	7°/18°
ESTOCOLMO	4	5°/16°	SYDNEY	14	12°/21°
GENEBRA	4	2°/13°	TEL-AVIV	5	14°/28°
JOHANNESBURGO	5	12°/21°	TÓQUIO	12	11°/16°
LIMA	-2	17°/18°	TORONTO	-1	7°/9°
LISBOA	3	11°/20°	WASHINGTON	-1	15°/23°
LONDRES	3	9°/17°			
LOS ANGELES	-4	15°/24°			
MADRID	4	11°/20°			

CLIMATEMPO A StormGeo Company

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO
Permanece na capital paulista a aplicação da quarta dose em idosos acima de 60 anos na cidade de São Paulo, desde que tenham tomado a terceira dose há pelo menos quatro meses. Prioridade também para quem está com a imunização atrasada

DISTRITO FEDERAL
O Distrito Federal continua aplicando a quarta dose em idosos acima de 70 anos. Eles devem apresentar o comprovante de que a terceira dose foi tomada há quatro meses.

RIBEIRÃO PRETO
A aplicação da terceira e da quarta dose permanece disponível em ao menos 37 salas de vacinação do município de Ribeirão Preto.

BELO HORIZONTE
Continua nesta segunda-feira a campanha de repescagem para grupos prioritários e faixas etárias já convocados anteriormente pelo município de Belo Horizonte. A prioridade também continua para quem está com esquema atrasado.

RIO DE JANEIRO
Continua a aplicação da quarta dose para os idosos acima de 70 anos. A partir desta quarta-feira, idosos com mais de 65 anos também poderão ser imunizados, conforme o calendário divulgado pela capital fluminense. ●

ALESSANDRO TORRES/FUTURA PRESS -29/4/2022

Imunização
São Paulo vacina contra gripe, sarampo e covid
Vacinação contra gripe e sarampo em Campinas, no sábado. O Dia D teve 80 mil doses aplicadas só na capital. Ontem, houve imunização contra covid nos parques.

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização
https://bityli.com/7JErsR

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	663.567
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	18
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	124
TOTAL DE VACINADOS	177.394.729
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	30.448.740
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	6.143
NÚMERO DE RECUPERADOS**	29.533.039

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra serviços de zeladoria na zona oeste

Reclamação de Daniel Haddad Apendino: "Venho cobrando melhorias na Praça Doutor Francisco Patti, na zona oeste de São Paulo. Pedi a remoção dos três bancos (um está totalmente quebrado e outros dois bem estragados). Também é necessário colocar mais lixeiras no local. De preferência, na esquina da Rua Soberana com a Avenida Independência, onde há um ponto de fretados. Também é preciso espalhar pela praça placas para que não despejem entulho e a mantenham limpa e conservada."

Resposta: "A Prefeitura informa que realizou um mutirão de serviços de zeladoria e reformas na praça." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Sem circulação

Hoje, excepcionalmente, não publicamos a coluna 'Há um Século' porque o jornal **O Estado de S. Paulo** não circulou no dia 2 de maio de 1922.
Naquela época, o jornal não circulava após os feriados – no caso, após o dia 1.º de maio de 1922, quando foi celebrado o Dia do Trabalho em todo o País. ●

CORREÇÕES

Guerra das Malvinas. A legenda da foto da página A19 da edição de ontem estava incorreta. A imagem retrata a explosão da fragata HMS Antelope, não do destróier inglês Sheffield.

Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Epunina Bandeira de Souza – Aos 95 anos. Era viúva de José Vieira de Souza. Deixa os filhos Zimla, Maria, Valter, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primavera.
Dra. Bárbara Susanne Metzner – Aos 90 anos. Filha de Walter Metzner e Ruth Metzner, Era solteira. Deixa amigos, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada no Crematório da Vila Alpina.
Raquel Barcelos – Aos 73 anos. Filha de Durvalino Barcelos e Hortesia Braga Barcelos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.
Maria Jose de Lima Santana Pereira – Aos 56 anos. Deixa os filhos Daniele, Deise, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada no Cemitério e Crematório Primaveras.
Chaim Lejb Zular – Aos 95 anos. Filho de Mewsza Zular e Etla Zular. Deixa os filhos Celso, Mauro, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.
Marcelino Jose da Silva – Aos 77 anos. Era casado com Maria Aparecida da Silva. Deixa os filhos Patricia, Marcelo, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada no Cemitério e Crematório Primaveras.
Jesuíno Ferreira dos Santos – Aos 71 anos. Filho de Jose Correia dos Santos e Romana Ferreira da Costa. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Parque dos Girassóis.
Mario Ossamu Sakai – Aos 69 anos. Filho de Nori Sakai e El Sakai. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.
Ademir Roberto de Matotos – Aos 64 anos. Era casado com Veroniva Lavrenavicius de Mattos. Deixa os filhos Rafael, Danilo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Carlos Alberto Rodrigues – Aos 64 anos. Era casado com Luiza Estevam Rodrigues. Deixa os filhos Bruno, Carlos, Kelly, Marcio e Marcos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.
Jose Sebastião da Silva – Aos 59 anos. Filho de Sebastião Antônio Silva e Dijanete Lopes da Silva. Era casado. Deixa filho, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Parque dos Girassóis.

Tragédia de Brumadinho

Noiva de vítima da Vale receberá indenização

Decisão é do Tribunal Superior do Trabalho, que dá a comerciante isonomia com cônjuge; casal estava junto havia 13 anos

EMILIO SANT'ANNA

Em 25 de janeiro de 2019, exatamente três horas após o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, a comerciante Ketre mandou a última mensagem daquele dia para seu noivo, Djener, funcionário da mineradora, companheiro de uma vida, namorados por 13 anos, amigos durante 15, metade da vida dela até então. O casamento já tinha data, a igreja escolhida, as damas de honra convidadas, o vestido comprado. Daquele momento em diante, ela já não tinha mais forças ou condições.

O que se seguiu foram semanas e meses de ansiedade que logo se transformaria em depressão. Djner Paulo Las Casas Melo se tornou oficialmente uma das 272 vítimas da tragédia causada pelo estouro da barragem de rejeitos da Vale. O rompimento varreu casas, matou funcionários e moradores da cidade e desfigurou o meio ambiente da região. Para as famílias restou a dor. Aos pais, mães, irmãos e filhos, a mineradora acenou com a possibilidade de um acordo de reparação financeira. A Ketre Daliane de Menezes Paula, não.

Três anos e três meses após o rumo de sua vida ter sido mudado, no entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu, no dia 16, o direito da noiva e obrigou a Vale, que recorria de decisão de primeira instância, a indenizá-la por danos morais. Ketre pediu para não ter o valor divulgado. A Justiça considerou não haver dúvidas sobre o relacionamento e destacou que os preparativos para a cerimônia estavam adiantados, com contratações e pagamentos já feitos.

"A negligência da reclamada permitiu que a vida do noivo da autora fosse ceifada prematuramente, retirando de ambos a oportunidade de vivenciarem um dos momentos considerados mais especiais pela sociedade humana", destaca a decisão. "O falecimento abrupto de uma pessoa que se entende da família, dado o vínculo duradouro com a reclamante, configura perda imensurável e incalculável, gerando atribulações, mágoas, aflição e inegável sofrimento íntimo."

ACERVO PESSOAL

O casamento de Ketre e Djener já tinha até data e igreja escolhida

"Foi meu primeiro namorado, meu primeiro tudo. Ia me casar...queria ficar junto para sempre...E a Vale me colocou como nada. Por muitas vezes me senti humilhada pela empresa", diz Ketre. "Não é algo para comemorar (*a indenização*), mas é uma conquista."

Há oito meses, ela tenta reconstruir a vida e fazer planos. Saiu da casa dos pais, foi morar sozinha, em Brumadinho mesmo. Desde o oitavo dia após a tragédia, faz acompanhamento psicológico. O tempo, no entanto, passa devagar e encontrar novos significados é um desafio. "Fico pensando por que não encontrei com o Djener no dia anterior da morte. Liguei à noite, mas ele havia feito um turno diferente, estava dormindo..."

INDENIZAÇÕES. Até agora, três anos e três meses após o rompimento da barragem de rejeitos, diz a Vale, entre os familiares de trabalhadores falecidos, mais de 1,7 mil pessoas fecharam acordos de indenização, com valores que totalizam mais de R$1,1 bilhão. "Todos os empregados, próprios ou terceirizados, mortos no rompimento da B1, já tiveram ao menos um familiar com acordo de indenização firmado", afirma a mineradora. Questionada, a empresa não respondeu se há outras pessoas na mesma situação de Ketre. ●

Urbanismo

‘Banho de loja’ no Ipiranga na festa da Independência

Obras previstas pela Prefeitura de São Paulo para este ano incluem ações de acessibilidade, pintura e paisagismo

PRISCILA MENGUE

TABA BENEDICTO / ESTADÃO - 28/4/2022

Projeto prevê melhorar 'o acesso aos monumentos e espaços que representam o núcleo histórico'

A Prefeitura de São Paulo prepara um “banho de loja” em espaços ligados ao 7 de Setembro no Ipiranga, zona sul paulistana. Entre ações em tramitação e licitação estão obras de acessibilidade e reforma de banheiros na Cripta Imperial, limpeza e troca de granitos quebrados no Monumento à Independência, pintura da Casa do Grito e novo paisagismo para valorizar a vista do Córrego do Ipiranga (também chamado de "Riacho do Ipiranga").

As mudanças estão em um edital em tramitação pela SP Obras, vinculada à Prefeitura, cujo resultado será divulgado em 12 de maio. O valor estimado é de R$ 4,876 milhões, porém será selecionada a empresa que oferecer o menor preço. Com uma demanda de tempo e recurso maior, o restauro do monumento ficará para um momento posterior às festividades, embora a gestão Ricardo Nunes (MDB) afirme que realizará a intervenção. Outra mudança planejada para depois de setembro é a troca do esquife com os restos mortais da imperatriz D. Amélia de Beauharnais, disposta na cripta juntamente com d. Pedro I e d. Leopoldina.

“O Jardim (Francês, na frente do Museu Paulista), o Monumento, a Casa do Grito... São projetos que a gente vem trabalhando desde o ano passado com vistas para os eventos dos 200 anos”, diz Marcos Monteiro, presidente da SP Obras e secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. “(A ideia é) entregar esses monumentos em condições de uso e com acessibilidade.”

O prazo de execução é de dez meses, com a determinação que a maioria do trabalho esteja pronta até agosto. Isso inclui a parte de acessibilidade, por exemplo, com novas rampas, nivelamento e elevador na parte interna do monumento — que tem quatro níveis, três pisos na área museológica e um na cripta, exclusivamente acessada por degraus.

A intervenção prevê, ainda, a demolição de parte das lajes e outras alvenarias internas para aumentar a fluidez do espaço, a reforma dos banheiros, a troca do sistema de climatização por uma opção com menor emissão de ruído e a instalação de placas de sinalização em Braille, dentre outras mudanças. Além disso, inclui o fechamento da parte superior da cripta com um forro de mármore travertino amarelo.

> **Antes do bicentenário**
> **Prazo de execução é de 10 meses, com determinação que a maioria do trabalho esteja pronta até agosto**

Na parte externa, o edital prevê uma limpeza com jateamento e outras técnicas nos degraus e outras partes, exceto as esculturas. Os jardins do entorno serão adaptados para virarem “jardins de chuva” (técnica que drena a água e evita alagamentos).

Já para a Casa do Grito, que hoje está com parte da estrutura exposta pela queda de revestimento, o edital prevê a pintura da fachada e o reparo de trincas e do reboco, entre outras intervenções de pequeno porte. Também está determinada a implementação de novos caminhos externos de concreto e duas novas rampas, do mesmo material, para dar acessibilidade no acesso e maior protagonismo ao espaço (integrante da rede Museu da Cidade).

Segundo o secretário, a SP Obras está com um segundo edital de paisagismo para dar mais protagonismo ao entorno do Córrego do Ipiranga. “É para aproximar as pessoas do córrego, que tenham mais convivência com o espaço de importância para a cidade”, diz.Ele também aponta que a gestão segue em conversa com a Sabesp e acredita que a despoluição do córrego estará concluída neste ano.

EIXO HISTÓRICO. Também na Prefeitura, na pasta de Urbanismo, há a previsão de execução do projeto “Eixo Histórico Ipiranga”, que tem o objetivo de melhorar as “condições de acesso aos monumentos e espaços que representam o núcleo histórico da Independência do Brasil”. Entre as intervenções previstas estão reformas de calçadas e canteiros, instalação de jardins de chuva, ampliação do paisagismo e instalação de um “espaço de contemplação” para o Riacho do Ipiranga. ●

Campeonato Brasileiro

Com sotaque francês, Hembert comanda São Paulo contra o Santos

Suspensão de Ceni por reclamação dá ao auxiliar parisiense do técnico a chance de liderar a equipe no Morumbi, às 20h, onde o time acumula sete vitórias seguidas

GONÇALO JUNIOR

Um carregado sotaque francês deve marcar as conversas entre a comissão técnica e os jogadores do São Paulo no clássico de hoje com o Santos, no Morumbi. Sem o técnico Rogério Ceni, suspenso por reclamação, o auxiliar Charles Hembert deverá comandar o time pela primeira vez. O parisiense quer ampliar a sequência de sete vitórias do São Paulo no Morumbi. O time santista, um dos líderes da competição, ainda não venceu como visitante.

O clássico será uma espécie de estreia à beira do gramado. Escudeiro de Ceni em todos os clubes (São Paulo, Cruzeiro, Fortaleza e Flamengo), Charles vai dirigir o time pela primeira vez desde outubro do ano passado, quando iniciaram a segunda passagem pelo tricolor paulista. No Fortaleza, Hembert substituiu o chefe em dois jogos, mas perdeu ambos. "Eu aprendo com ele todos os dias. É uma relação forte, de concordar, não concordar, mas é assim que crescemos. É uma relação positiva que ajuda a encontrar as vitórias", declarou o auxiliar em entrevista no ano passado.

Charles Alexandre Patrice Francis Hembert confessa que era chamado apenas de "Francês" pelos jogadores do Flamengo em 2021. Ele conheceu Rogério Ceni na Copa América Centenário, nos EUA, quando o ídolo são-paulino foi o auxiliar pontual do técnico Dunga. Hembert trabalhava na Pitch International, organizadora dos amistosos da seleção brasileira. Eles se reencontraram em um curso de técnicos na Inglaterra. Assim que recebeu uma proposta do São Paulo, Ceni chamou o recém-conhecido para ser seu companheiro.

No jogo de hoje, o francês vai seguir os planos traçados por Ceni para o clássico. O principal deles é escalar um time descansado para fazer um jogo de intensidade. Na semana passada, alguns titulares foram poupados do jogo da Copa Sul-Americana, na Bolívia.

Hembert tem a seu lado um ótimo retrospecto do São Paulo como mandante. São sete vitórias seguidas no Morumbi. No Campeonato Brasileiro, o momento é de tentar engrenar. Até agora foram uma vitória, um empate e uma derrota.

O Santos, um dos líderes do torneio, vê no clássico a oportunidade de melhorar seu desempenho como visitante. Em 12 jogos no ano, foram apenas duas vitórias, além de seis empates e quatro derrotas.

Com o técnico Fabián Bustos, o retrospecto é mais preocupante: o time ainda não venceu fora da Vila. Em seis partidas, são três empates e três derrotas. Para reverter a situação, o argentino cobra mais efetividade, principalmente na criação e conclusão. Nesse contexto, o retorno de Marcos Leonardo, artilheiro do time na temporada, pode ajudar. ●

RUBENS CHIRI/SAOPAULOFC.NET - 4/7/2017

Charles Hembert faz a vez de Rogério Ceni à beira do gramado

4ª RODADA DO BRASILEIRÃO

SÃO PAULO | SANTOS

SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, Diego Costa, Léo e Welington; Pablo Maia, Rodrigo Nestor, Igor Gomes e Alisson; Eder e Calleri.
Técnico: Charles Hembert (auxiliar-técnico de Rogério Ceni)
SANTOS: João Paulo; Madson, Maicon, Bauermann e Lucas Pires; Fernández, Zanocelo, Lucas Braga e Jhojan Julio; Léo Baptistão (Ricardo Goulart) e Marcos Leonardo.
Técnico: Fabián Bustos
Árbitro: Leandro Vuaden (RS)
Horário: 20h
Local: Morumbi **TV:** Premiere

CLASSIFICAÇÃO

		PG	J	V	E	D	SG
1	Corinthians	9	4	3	0	1	3
2	RB Bragantino	8	4	2	2	0	5
3	Atlético-MG	8	4	2	2	0	3
4	Santos	7	3	2	1	0	4
5	Coritiba	7	4	2	1	1	3
6	Cuiabá	7	4	2	1	1	1
7	Internacional	7	4	2	1	1	0
8	Avaí	7	4	2	1	1	-1
9	América-MG	6	4	2	0	2	0
10	Palmeiras	5	4	1	2	1	2
11	Flamengo	5	4	1	2	1	1
12	Botafogo	5	4	1	2	1	0
13	São Paulo	4	3	1	1	1	2
14	Fluminense	4	4	1	1	2	-1
15	Ceará	3	3	1	0	2	-2
16	Athletico-PR	3	4	1	0	3	-5
17	Atlético-GO	3	4	0	3	1	-4
18	Goiás	2	4	0	2	2	-4
19	Juventude	2	4	0	2	2	-4
20	Fortaleza	0	3	0	0	3	-3

Libertadores · Sul-Americana · Rebaixamento

4ª RODADA

QUARTA (20/4)			
	Flamengo	0 x 0	Palmeiras
SÁBADO			
	América-MG	1 x 0	Athletico-PR
	Ceará	0 x 1	RB Bragantino
	Goiás	2 x 2	Atlético-MG
	Cuiabá	1 x 1	Atlético-GO
ONTEM			
	Botafogo	1 x 1	Juventude
	Corinthians	1 x 0	Fortaleza
	Coritiba	3 x 2	Fluminense
	Internacional	0 x 0	Avaí
HOJE			
20h	São Paulo	x	Santos

Corinthians 'ganha' do Fortaleza no intervalo

Depois de ter sido totalmente dominado no primeiro tempo, a ponto de 36 mil torcedores ficarem calados na Neo Química Arena, o Corinthians deu a volta por cima na etapa final e venceu o Fortaleza por 1 a 0. O gol do triunfo foi contra, marcado pelo volante Matheus Jussa após cobrança de escanteio.

Com o resultado, o time de Vítor Pereira alcançou a liderança provisória do torneio. O Fortaleza é o lanterna.

A vitória difícil, no entanto, traz prejuízos em outras competições. O treinador Vítor Pereira reconheceu que teve de manter atletas que seriam poupados pensando no jogo diante do Cali, quarta-feira, pela Libertadores, fora de casa.

"Não tenho tempo nem para estar doente (ele se recupera da covid-19). O calendário não permite respirar e desfrutar da vitória. Não consegui fazer a gestão do elenco porque tive mais dificuldades do que imaginava. Gostaria de gerir (poupar) o Willian e o Maycon", disse o treinador.

A partida deixou outras lições. Mesmo com 34 anos, Willian continua sendo o motor do time. Foram dele as jogadas mais lúcidas. "A gente não estava conseguindo encaixar a marcação. No segundo tempo, conseguimos pressionar mais e o resultado foi visível. Foi gol contra, mas conseguimos a vitória", comentou Willian.

Outra indicação trazida pela partida é que Paulinho e Renato Augusto dificilmente vão poder jogar juntos. Escalados desde o início, os dois tiveram dificuldade para fechar os espaços rapidamente quando o Fortaleza roubava a bola.

Com Maycon e Du Queiroz, o Corinthians ficou mais dinâmico. "Mesmo com as mudanças, nosso time já tem a identidade de uma equipe que pressiona e é sempre vibrante, principalmente em casa", disse o volante Du Queiroz.

No jogo de ontem, a jogada que mudou a história não foi um drible ou um lance individual. A jogada veio do banco de reservas, do técnico Vítor Pereira. Quando montou o time com três zagueiros, liberando os alas, ele acabou com os espaços do rival, conseguiu maior posse de bola e equilibrou o duelo. O rival parou de atacar. "Simplificamos o nosso jogo na etapa final. Não foi brilhante, mas qualquer equipe pode criar muitos problemas", disse o treinador. "A decisão no intervalo foi boa". ●

4ª RODADA DO BRASILEIRÃO

CORINTHIANS 1 | FORTALEZA 0

Gol: Jussa (contra), aos 7 do 2º T
Corinthians: Cássio; Rafael, João Victor, Gil e Lucas Piton; Maycon, Paulinho (Du Queiroz) e Renato Augusto (Raul); Willian (Gustavo Silva), Róger Guedes (Jô) e Junior Moraes (Mantuan). **Técnico:** Vítor Pereira.
Fortaleza: Max Walef; Tinga, Benevenuto, Ceballos e Pikachu (Depietri); Felipe (Lucas Lima), Matheus Jussa, Hércules (Matheus Vargas), Juninho Capixaba; Moisés (Romarinho) e Silvio Romero (Robson).
Técnico: Juan Pablo Vojvoda
Amarelos: Felipe, Matheus Vargas, Willian e Ceballos
Público: 36.742 pagantes
Renda: R$ 2.510.888,10
Árbitro: Sávio Pereira Sampaio (DF)
Local: Arena Neo Química (SP)

Robson Morelli *E-mail: robson.morelli@estadao.com*

No futebol, ‘verde-amarelo’ é de todos

Antes que as eleições peguem fogo e polarizem ainda mais os eleitores, como se tem visto nos últimos tempos, e antes também de a Copa aquecer a disputa mundial (*a Rede Globo já faz campanha para o hexa*), vale deixar uma coisa bem clara no futebol brasileiro: as cores da bandeira nacional não pertencem a nenhum candidato, não podem ser apropriadas por este ou aquele durante o pleito no País, nem antes nem depois, e todos os torcedores têm o direito de vestir verde e amarelo nos dois grandes eventos agendados, as eleições presidenciais e o Mundial do Catar. Nas duas situações, há esperança para os brasileiros.

Neste ano de Copa, há um desconforto no futebol em usar a camisa da seleção porque ela foi associada a um dos candidatos à presidência, o presidente Jair Bolsonaro, que tenta sua reeleição. Seus seguidores abraçaram as cores da bandeira e fizeram dela mote de união pelo País, em manifestações públicas, carreatas e motociatas e, em breve, também nas campanhas para falar com seu eleitorado. Na política, há outras cores dos partidos e de seus candidatos. Talvez então no pleito não haja muito mal-estar no dia da escolha, se tiver, nos dois turnos.

Ocorre que no futebol não há essa “licença” de torcer para a seleção brasileira com outras cores. O ‘verde- amarelo’ é de todos nós, bolsonaristas ou não e, de forma alguma, pode haver qualquer sentimento constrangedor de vesti-lo. Há até outras cores de camisa, como a azul e a branca, mas a amarela é a de maior tradição. É como o laranja da Holanda.

> ***A bandeira do Brasil está associada a Jair Bolsonaro, mas na Copa ela pertence aos torcedores***

Fosse a Copa na mesma data que a competição geralmente acontece, em julho e agosto, a confusão estaria armada. Os assuntos se misturariam naturalmente. Claro, porque enquanto o time de Tite estaria tentando no Catar sua sexta conquista, no Brasil, os candidatos estariam de vento em popa atrás dos votos, em campanhas que, como sabemos, não costumam ser respeitosas.

Não há como não misturar política e futebol, embora muitos acreditam no contrário. Penso que política se mistura com tudo, como temos acompanhado. Ela invadiu lares, destruiu famílias, rompeu amizades, esteve no centro das discussões sobre a vacinação da covid-19 e dividiu os fiéis.

O futebol, salvo manifestações esporádicas, preservou sua posição silenciosa sobre tudo. A turma da bola se fechou em sua bolha e tocou a vida. Quem quebrou essa postura, por incrível que parece, foi o técnico Tite, logo ele, o mais interessado no hexa no Catar.

O treinador vai manter sua posição da Copa da Rússia, de não dar as caras em Brasília ganhando ou perdendo o torneio dos sete jogos. Dia 18 de dezembro, quando o torcedor conhecerá o campeão do mundo, as bandeiras verde e amarela já estarão tremulando na política brasileira, seja quem for o eleito em outubro. ●

EDITOR VERTICAL DE ESPORTES DO ESTADÃO E COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO

INSTAGRAM: @ROBSONMORELLI7;
TWITTER: @ROBSONMORELLI;
FACEBOOK: @ROBSONMORELLI

Na areia

Brasil infla ranking e vira epicentro do beach tennis

Rafa Miiller, de 28 anos, é a brasileira mais bem posicionada na lista da ITF e está perto de viver somente das partidas na praia

FELIPE ROSA MENDES

Era dezembro de 2014. A convite de uma amiga, Rafaella Miiller jogou pela primeira vez uma partida de beach tennis. Menos de dois anos depois, já era campeã mundial. Hoje, número 3 do mundo, ela é uma das protagonistas do processo de profissionalização pela qual passa a modalidade no Brasil. Rafa Miiller já vive de beach tennis, mas não somente dele. “É uma luta conseguir patrocínio. Mas consegui. Ainda preciso dar aulas ou participar de clínicas. Mas acredito que estamos no caminho”, disse a jogadora ao **Estadão**.

A brasileira de 28 anos surfa a onda da modalidade no País. O beach tennis tem aproveitado a popularidade para se profissionalizar. Dados da Confederação Brasileira de Tênis (CBT) mostram como amadores estão começando a ganhar a vida no circuito profissional, organizado pela Federação Internacional de Tênis (ITF, na sigla em inglês). Neste ano houve um crescimento de 12% na presença de brasileiros no ranking da ITF. Em janeiro, havia 537 praticantes na lista. Em 18 de abril, esse número subiu para 602, sendo 358 homens e 244 mulheres que disputam torneios internacionais. Se considerar aqueles que jogam em nível estadual ou nacional, a cifra sobe para quase 2 mil.

WILTON JUNIOR / ESTADÃO - 20/4/2022

Rafa Miiller aposta todas as suas fichas no beach tennis

É possível constatar a maior demanda pela profissionalização analisando a proporção de brasileiros no ranking. Em janeiro, eles correspondiam a 15,5% do total na lista. Em abril, subiu para 20,8%. No feminino, eram 13%, passando para 18,3%. A CBT estima que o Brasil tenha 600 mil praticantes, a grande maioria amadores. O boom tem atraído a atenção de patrocinadores, que estão investindo em torneios para amadores e profissionais.

“Este ano parece um divisor de águas, pela quantidade de torneios na temporada. Precisamos escolher o que vamos disputar porque não temos condições de ir a todos. É um ano de muita visibilidade”, diz Rafa, que liderava o ranking mundial até semana passada.

A avaliação não é isolada. “Praticamente 90% dos torneios de beach tennis do mundo estão no Brasil”, diz Michelle Cappelletti, filho de um dos pioneiros do esporte na Itália, berço da modalidade. Atual número 3 do ranking, o tetracampeão mundial aponta o Brasil como o epicentro do beach tennis. “Aqui temos mais chances de obter patrocinadores e valorização. O beach tennis é o Brasil. Na Europa, a situação é diferente. Na Itália, sobrevive, mas sem crescer. Para um profissional como eu, isso não é motivador.” Vai morar no Brasil. As premiações já chegam a R$ 300 mil. No circuito internacional, variam de US$ 35 mil a US$ 100 mil (R$ 465 mil). Campeões levam 10%. ●

Rafael Moura
Ex-jogador de futebol montou uma quadra em sua casa e se vê como ‘profissional’ no futuro

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Campeonato Espanhol**
Getafe x Betis
16h / ESPN 4

● **Campeonato Brasileiro**
São Paulo x Santos
20h / Premiere

● **Copa da Liga Argentina**
Platense x Argentinos Jrs
21h30 / ESPN 4

FUTEBOL FEMININO
● **Campeonato Brasileiro**
Atlético-MG x Santos
20h / SporTV

BASQUETE
● **Circuito Brasileiro 3x3**
Brasil x Argentina
19h / SporTV 2

● **NBA**
Miami Heat x Philadelphia
20h30 / SporTV 2

Phoenix Suns x Mavericks
23h / SporTV 2

● **NBB**
Unifacisa x Minas
21h / ESPN 2

SURFE
● **Circuito Mundial**
Etapa de Margaret River
20h / SportTV 3

Diminuição do convívio social e prolongado uso de telas são pano de fundo das dificuldades

Crises de ansiedade em adolescentes e crianças desafiam famílias e escolas

Gonçalo Junior

Esses primeiros meses de aulas presenciais têm sido difíceis para o menino Rafael, de 7 anos, no 2.º ano do ensino fundamental de uma escola estadual do Itaim, zona leste de São Paulo. Ele reclama de falta de ar e coração disparado. Pergunta sempre à professora quando a aula vai terminar. Às vezes, morde o dedo indicador; não sangra, mas ficam marcas dos dentinhos na pele.

Surgiram problemas gastrointestinais, com traços de sangue no cocô. Quando a mãe, Paula, chega para buscá-lo, percebe o filho segurando as lágrimas. Ele só chora com a mãe. Em casa, fica quieto no sofá. Já foram três atestados médicos, de uma semana cada, por crise de ansiedade identificada no pronto-socorro. Rafael começou a visitar um psicólogo.

O sofrimento de Rafael e Paula (os nomes de pais e alunos usados na reportagem são fictícios) ilustra as dificuldades emocionais que pais e educadores estão percebendo nos estudantes, das redes pública e privada, após praticamente dois anos de aulas remotas ou híbridas por causa da pandemia. O mesmo fenômeno também é observado fora do Brasil – nos Estados Unidos, o novo cenário tem chamado a atenção de autoridades.

O Brasil foi um dos países que passaram mais tempo com as escolas fechadas e muitos gestores foram criticados por priorizar bares e shows na reabertura do comércio e dos serviços em fases de redução de contágio do coronavírus. Especialistas afirmam que a diminuição do convívio social, a não ser de forma virtual, e o prolongado uso de telas são o pano de fundo dessas dificuldades. Parte das crianças desenvolveu fobia ou insegurança sobre a imprevisibilidade de interações face a face. Para os mais novos, o contato direto tem sido quase uma novidade.

KEINY ANDRADE/ESTADÃO

Crise coletiva
Em Pernambuco, a angústia virou um drama coletivo no início de abril, até com chamado do Samu para atender 26 estudantes.

As circunstâncias vividas em casa – como adoecimento de parentes, desemprego, dificuldades financeiras e até a violência doméstica – também estão entre as hipóteses para explicar os prejuízos à saúde mental. Além disso, estudantes e professores voltam aos colégios com a missão de recuperar o tempo perdido e superar os prejuízos de aprendizagem no período de classes remotas. Por outro lado, a maioria dos especialistas aponta que esse é um período de transição.

SOFRIMENTO COLETIVO. Em Pernambuco, a angústia virou um drama coletivo no início de abril. Com falta de ar, tremor e crise de choro, 26 alunos da Escola de Referência em Ensino Médio Ageu Magalhães, zona norte do Recife, foram atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Uma estudante teria passado mal e desmaiado e os outros começaram a chorar. Conforme os médicos, os jovens foram atendidos no local após crise de ansiedade generalizada com "sudorese, saturação baixa e taquicardia". Não houve hospitalização.

Neuza Pontes, gestora da Gerência Regional de Educação Recife Norte, conta que nunca havia presenciado um episódio assim em seus 29 anos de experiência. "Especialistas disseram que é possível uma histeria e uma crise de ansiedade coletiva. Foi um efeito dominó, como um contágio", compara. As aulas foram retomadas no dia 11, mas nem todos os estudantes voltaram.

Os problemas dos alunos já aparecem nas estatísticas. A Secretaria da Educação de São Paulo e o Instituto Ayrton Senna divulgaram neste ano uma pesquisa em que sete de dez estudantes da rede pública relataram sintomas de ansiedade e depressão em níveis altos durante a crise da covid-19. O dado não aponta um diagnóstico médico fechado, mas sinais que exigem maior atenção.

De 642 mil alunos do 5.º e 9.º ano do fundamental e da 3.º do médio que participaram do estudo, mais de 440 mil relataram problemas de saúde mental. "Há inúmeras variáveis envolvidas, pois se trata de um contexto multifatorial. Mas, a partir desse diagnóstico, a gente compreende que os estudantes estão precisando de ajuda", diz Catarina Sette, especialista em educação integral do Instituto Ayrton Senna.

Pesquisa paulista
Sete de dez estudantes da rede pública relatam sintomas de ansiedade e depressão em níveis altos por causa da covid

O problema também se revela em amostras menores. No Centro Educacional Pioneiro, na Vila Clementino, zona sul paulistana, os educadores já realizaram este ano 210 atendimentos socioemocionais para os alunos do fundamental II (10 a 14 anos). A quantidade já se aproxima dos 250 apoios – total do ano passado. "São questões que já existiam, mas percebemos que elas estão aparecendo em número maior", afirma o coordenador pedagógico, Mario Fioranelli Neto, que atribui o aumento a "uma desconexão do aluno com a escola no retorno das atividades presenciais".

O psiquiatra Rodrigo Bressan, professor de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vai além. "Não voltamos para os mesmos lugares após a pandemia. Para os estudantes, é uma outra escola", afirma. "O desafio é parecido com o do início da pandemia, de sair da zona de conforto. Da mesma forma que foi ansiogênico (*capaz de produzir ansiedade*) entrar na pandemia, sair também é", diz o autor do livro *Saúde Mental na Escola – o que os educadores precisam saber*.

Mariana, aluna de 12 anos de um colégio particular de São Paulo, já havia demonstrado algumas crises de ansiedade em casa na pandemia. No primeiro dia das provas trimestrais, no mês passado, ela começou a chorar e a professora percebeu que ela não parava de tremer. A menina saiu da sala. A mãe foi chamada às pressas e a aluna do 7.º ano do fundamental foi para casa. Durante toda a semana de provas, ela não foi mais à escola.

Os educadores entraram em contato com a família. Depois de muita conversa, em que tentaram tirar o peso emocional da avaliação, a jovem fez as provas na segunda chamada. O desempenho da garota foi ruim, mas fez as provas, o que foi ➔

KEINY ANDRADE/ESTADÃO

No Pioneiro, na Vila Clementino, educadores realizaram só neste ano 210 atendimentos socioemocionais

um avanço na visão dos professores.

Depois dessa crise, ela ficou ansiosa mais duas vezes e pediu para ir embora mais cedo. Foi atendida. Hoje, a menina continua o acompanhamento psicológico que fazia durante a pandemia.

Já Tiago ficou mais triste e isolado. O aluno de 11 anos de uma escola privada na zona leste tinha muitos amigos, com a casa cheia no fim de semana. No isolamento, tudo ficou vazio. A mãe, uma professora de 38 anos, tentou amenizar o problema comprando um videogame. Até funcionou por um tempo, mas hoje ele só quer jogar e concentrou todo o vínculo com amigos nas disputas online. Quando volta do fim de semana ou feriado, ele fica com coração acelerado e sente dor de cabeça. "Ele diz que a pandemia roubou a infância dele", conta a mãe.

A educadora e colunista do **Estadão** Rosely Sayão avalia que as dificuldades socioemocionais envolvem a sociedade toda, com a retomada das atividades presenciais, mas crianças e adolescentes têm menos filtros do que os adultos e, por isso, expressam mais suas dificuldades. Tem opinião semelhante a educadora Luciene Tognetta, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que já esperava uma "pandemia emocional". Ela comparou a pressão sobre as escolas e professores pela rápida adaptação pós-quarentena ao drama dos hospitais e médicos que sofreram no início da crise sanitária.

NOVAS ROTINAS. Diante do cenário de desafios, que os educadores classificam como "fase de acomodação" ou "readaptação", alguns colégios criam novas rotinas e aprimoram os programas já existentes nessa áreas. O Colégio Dante Alighieri, nos Jardins, região central de São Paulo, fez uma semana de integração para acolher os alunos que só se conheciam pelas telas e também os novatos. Contratou ainda um educador físico e um recreador para mobilizar alunos na hora do intervalo em torno das brincadeiras em grupo e em espaços livres.

"É uma maneira para que eles se desvinculem das telas dos celulares. A ideia é que as crianças recuperem as habilidades de brincar em grupos maiores", explica a educadora Miriam Guimarães, coordenadora de Orientação Educacional do colégio.

Algumas escolas adotam mudanças para o período de provas, momento de maior tensão para os alunos – afinal, foram quase dois anos com testes virtuais. O colégio Carandá, de Mirandópolis, interior paulista, passou a intercalar com as provas atividades que estão fora do currículo tradicional, como oficinas de dança e jogos de capoeira. "São momentos de respiro, com assuntos que eles próprios sugerem e que os professores oferecem. Não são assuntos curriculares clássicos", diz a diretora Ana Cristina Dunker.

Nas escolas estaduais, os educadores pretendem aproximar alunos e professores dos profissionais de saúde mental. Ana Zuanazzi, especialista em educação integral do Ayrton Senna, destaca a necessidade de um trabalho intersetorial, entre os campos de saúde, educação e assistência social.

Busca de soluções
Em Pernambuco, a Secretaria da Educação promoverá encontros regulares de alunos e famílias com psicólogos

Secretária da Educação paulista, Renilda Peres afirma que cerca de 100 psicólogos vão atuar presencialmente nas Diretorias Regionais de Ensino a partir de junho. O Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva) prevê o atendimento nas escolas dos alunos e, em alguns casos, dos professores.

Em Pernambuco, a Secretaria da Educação promoverá encontros regulares dos alunos e suas famílias com psicólogos. A medida deve ser adotada em toda a rede estadual, não só na unidade onde houve o surto coletivo. Além disso, estuda-se incorporar a disciplina Educação Socioemocional ao currículo do ensino médio. "Sentimos a necessidade de uma ação forte com os professores para trabalhar as habilidades socioemocionais dos alunos", justifica Neuza, a gestora regional de educação. Os alunos que já têm histórico de ansiedade foram encaminhados para acompanhamento médico.

OLHO NO OLHO. Para as famílias, saber como agir também é tarefa difícil. "Mesmo com a ligação afetiva, os pais devem tentar se distanciar para entender o desafio", orienta Bressan, coordenador do programa Cuca Legal, com foco na saúde mental nas escolas. "Não ajuda muito reclamar da escola, por exemplo, e olhar só as dificuldades", continua.

A psicóloga Adriana Severine afirma que é importante conversar com os filhos – sem interrompê-los ou ficar olhando mensagens no celular durante o papo. "Uma conversa olho no olho vai mostrar como os pais podem interferir, seja no medo do vírus ou na dificuldade de se relacionar", diz. ●

PREJUÍZOS À SAÚDE MENTAL

Pesquisa na rede estadual de São Paulo detecta ansiedade e depressão nos estudantes

Competências mais afetadas*

EM PORCENTAGEM

	FUNDAMENTAL II 5º ANO	9º ANO	ENSINO MÉDIO 3ª SÉRIE
FOCO	48,7	64	58,7
CURIOSIDADE	45,3	49,5	39,1
DETERMINAÇÃO	36,3	50,6	44,4
PERSISTÊNCIA	35,4	51,9	50,2

*HABILIDADES QUE TIVERAM POUCO, MÉDIO OU NENHUM DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES **FONTE:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO AYRTON SENNA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Preste atenção

Fique atento à qualidade do sono, se seu filho acorda muitas vezes à noite e ou tem dificuldade para voltar a dormir;

Alterações de comportamento, como crises de choro e acessos de raiva, também merecem atenção;

Cansaço, falta de energia e de ânimo;

Queda da concentração (ficar 'desligado" muitas vezes);

Excesso de tempo em frente às telas (computadores, celulares e televisão);

Frequência nas aulas (muitas faltas devem começar a preocupar);

Converse com a professora para saber como a criança está indo na escola;

Exagero nos padrões alimentadores (comer muito ou passar horas sem comer);

Pergunte se os amigos são reais ou virtuais – o ideal é ter uma maioria significativa de amigos que podem ser definidos como 'concretos';

Procure um profissional de saúde mental (psicólogo ou psiquiatra).

Educação

Programa reduz evasão escolar de mães adolescentes

Após conhecer o 'Bebê a Bordo', jovem que se afastou do colégio após ficar grávida entra na faculdade

JORGE HENRIQUE/ESTADÃO

Elida Santos, de 18 anos, vai cursar Engenharia de Produção na Universidade Federal de Sergipe

LEVY TELES

Inspirada pela madrinha professora, Elida Santos, de 18 anos, moradora de Santa Rosa de Lima, pequeno município do interior sergipano com cerca de 4 mil habitantes, sempre alimentou o sonho de cursar uma faculdade. Durante um momento no Ensino Médio, porém, o sonho pareceu mais distante – e a vergonha foi o motivo. Quando engravidou pela segunda vez, aos 16 anos, (a primeira foi aos 13), afastou-se da escola.

"Quando a barriga começou a crescer, eu senti muita vergonha", disse. "Aqui no interior é mais pesado. Ouvia muitas piadas de mau gosto. Esse julgamento me afetava e eu não conseguia sair de casa porque não queria escutar esse tipo de coisa."

A vida de Elida mudou por causa do próprio colégio no qual ingressou, o Centro de Excelência Edélzio Vieira de Melo. Na escola de Ensino Médio integral da rede pública sergipana, um programa criado para acolher mães que engravidaram na adolescência reduziu a evasão escolar e ajudou a jovem a realizar seu sonho.

No final do primeiro semestre deste ano, Elida começa sua jornada como estudante de Engenharia de Produção na Universidade Federal de Sergipe (UFSE).

"O diretor, o professor de inglês e minha colega de classe foram até a minha casa, conversaram comigo e disseram que eu iria passar por isso", relembra a jovem, que naquele momento estava afastada da escola.

Então grávida de cinco meses, Elida ainda não tinha feito nenhuma consulta médica pré-natal. Ela vivia sozinha, tinha apenas o apoio da mãe e teve que lidar com o afastamento do pai nas duas gestações.

BEBÊ A BORDO. Foi no retorno à escola que ela soube da existência do "Bebê a Bordo" – programa que nasceu em 2019, graças à professora de Educação Física, Gleide Soares. Trata-se de uma disciplina eletiva voltada para as mães adolescentes, que as estimulava a levarem seus filhos para a escola.

No programa, há a realização de oficinas de massagem para bebês, por exemplo. Tanto as mães quanto os outros alunos interessados podiam fazer parte.

> *"Sonhos não podem ser encerrados por causa de uma gravidez. E temos a possibilidade de ajudar."*
> **Gleide Soares**
> Professora idealizadora do programa Bebê a Bordo

"Sonhos não podem ser encerrados por causa de uma gravidez. E temos a possibilidade de ajudar", disse Gleide. "Os colegas começaram a ajudar. Sempre teve a dinâmica de ajudar todos."

Apesar de se tornar uma disciplina eletiva do colégio apenas em 2019, o esforço do acolhimento às mães adolescentes começou a ser feito ainda mais cedo no Colégio Edélzio Vieira de Melo. Em 2010, segundo o diretor Almir Pinto, dos cerca de 200 alunos, 90 abandonaram a escola.

Um dos motivos, aponta Almir, era a situação de pais e mães estudantes que precisavam cuidar dos filhos. "No começo, eu não queria deixar que eles levassem os filhos (*para a escola*). Faziam muito barulho", relatou. "Um dia eu neguei a vinda de um filho e a mãe disse que não tinha com quem deixar a filha e não queria abandonar a escola." Hoje, disse o diretor, a evasão está perto de zero.

'DESABEI'. "Quando eu vi a minha aprovação (*na UFSE*), eu desabei. Houve todo um movimento nas redes sociais por aqui para contar a minha história", disse Elida. Acompanhada de seus filhos – Brian, que hoje tem 3 anos, e Maria Elisa, de 2 –, ela está ansiosa para começar a vida universitária. Em retribuição, pretende criar algum espaço para aconselhar outros jovens a seguir estudando e inspirar outros com sua história.

"Não queremos incentivar, mas sim orientar", disse Gleide, idealizadora do programa. Ela disse que a escola tem uma parceria com a prefeitura, que oferece palestras sobre gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

EXEMPLO. "A gravidez não é uma doença, muito menos contagiosa para excluirmos as meninas", disse a professora que criou o "Bebê a Bordo". Gleide ainda relatou que outros professores já a procuraram para saber mais sobre a iniciativa. O programa já rendeu uma moção de aplausos na Assembleia Legislativa de Sergipe (ALSE).

A professora acredita que o exemplo pode servir para muitos outros colégios no Brasil. "Por que outras escolas não podem abrir para uma iniciativa assim?", questionou.

Estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) aponta que, no Brasil, em 2021, mais de 19 mil bebês nasceram de mães com idades entre 10 e 14 anos. ●

Pacote eleitoral Efeito no Orçamento

'Bondades' já têm custo de R$ 82 bi para as contas do próximo governo

Medidas elevam despesas, reduzem tributos e pressionam o teto de gastos

ADRIANA FERNANDES
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

Atrás nas pesquisas de intenção de voto, o presidente Jair Bolsonaro está expandindo o pacote de medidas econômicas com viés eleitoral, que já pendura uma fatura de no mínimo R$ 82 bilhões para o próximo presidente eleito. É um dispêndio adicional que dificulta o funcionamento de órgãos públicos e programas do governo sem uma mudança na regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à taxa de inflação do ano anterior.

O custo do pacote, que inclui aumento de gastos e corte de tributos, deve subir ainda mais e pressiona as contas públicas já nos primeiros meses do próximo governo.

Bolsonaro deu a senha para o problema ao dizer, na sexta-feira, durante uma entrevista a uma rádio de Mato Grosso, que deve rever a regra do teto de gastos após as eleições. Além de Bolsonaro, os outros dois pré-candidatos à presidência mais bem colocados nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PDT), também defendem a alteração da lei.

Do lado das despesas, o próximo governo terá de lidar com um custo adicional de R$ 41 bilhões do Auxílio Brasil, o programa social com a marca do presidente, com o pagamento mínimo de R$ 400 permanente. Entra na conta mais R$ 1,9 bilhão para o auxílio do vale-gás, já aprovado. O valor pode ser maior, a depender do número de famílias atendidas e do preço do botijão. O presidente também promoverá um reajuste de 5% para os salários dos servidores com custo de R$ 12 bilhões no ano que vem.

Do lado da arrecadação, o governo já abdicou de R$ 27,4 bilhões em receitas no ano que vem com a redução de 35% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sem levar em conta outros benefícios fiscais menores que o presidente está promovendo, como, por exemplo, a isenção até 2025 para a compra de táxi.

Gastos para 2023

- **Parcela complementar do Auxílio Brasil**
  R$ 41 bilhões
- **Redução do IPI em 35%**
  R$ 27,4 bilhões
- **Reajustes de servidores**
  R$ 12 bilhões
- **Auxílio-gás**
  R$ 1,9 bilhão (pode ser mais, a depender do número de famílias e do preço do gás)
- **Total: R$ 82,3 bilhões**

INVIÁVEL. Um experiente integrante da área econômica do Ministério da Economia, especialista em Orçamento, que falou na condição de anonimato, avalia que o próprio presidente, ao concordar em aumentar em R$ 41 bilhões as despesas anuais com o Auxílio Brasil, está inviabilizando o teto de gastos do próximo governo. Dessa forma, destacou, Bolsonaro, se não for reeleito, não poderia culpar o próximo presidente pela retirada do teto.

A avaliação do Ministério da Economia até o momento é de que a transformação do Auxílio Brasil de R$ 400 em um benefício permanente não exigirá compensação para atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Procurado, o ministério disse que, com base em conversas ainda informais e preliminares a respeito do assunto, o entendimento é de que não seja necessário. ●

GOVERNO QUER RETOMAR PROPOSTA DE RETIRAR AUXÍLIO BRASIL DO TETO. PÁG. B2

Educação, crescimento e política monetária

ARTIGO

Claudio Adilson Gonçalez
Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

O título pode soar estranho, dado que educação é uma questão estrutural, de longo prazo, e a política monetária cuida das flutuações cíclicas da economia. Mas os bancos centrais, ao tomarem suas decisões, também levam em conta parâmetros de longo prazo, tal como a taxa estrutural de desemprego.

O desemprego possui duas componentes, uma cíclica e a outra estrutural. A primeira oscila de forma inversa aos ciclos econômicos e pode ser afetada diretamente pela política monetária.

A segunda, ou seja, o desemprego estrutural, tem longa duração, podendo persistir por décadas. Possui múltiplas causas, mas a principal é a incompatibilidade entre as habilidades da força de trabalho e as exigidas para o preenchimento das vagas criadas. Muitas vezes esse descompasso é explicado pela automação, pelas dificuldades de retreinamento dos trabalhadores para se adaptarem a novas tecnologias ou pelo deslocamento de empregos para países em que os salários reais são mais baixos.

No Brasil, no entanto, grande parcela do desemprego estrutural pode ser explicada pela péssima qualidade de ensino, principalmente nos primeiros nove anos de aprendizagem (ciclo fundamental), em que se espera que o aluno alcance o domínio de operações aritméticas, da leitura e da escrita para desenvolver a capacidade de obter novos conhecimentos, o que não ocorre.

> *O fracasso educacional no Brasil é o principal fator de nosso atraso econômico*

Segundo o Indicador do Analfabetismo Funcional (Inaf), 30% da população em idade ativa tem fortes limitações para ler, interpretar textos e fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana, o que caracteriza essas pessoas como analfabetas funcionais.

A taxa de desemprego estrutural não é uma variável observável diretamente. Mas modelos estatísticos robustos estimam que no Brasil ela deve estar entre 8% e 9% da força de trabalho. Assim, quando você ouvir um político bradar na tribuna que a culpa pelos 12 milhões de desempregados é dos juros altos determinados pelo Banco Central, lembre-se de que, mesmo quando a economia estiver no chamado pleno-emprego, ainda restarão cerca de 9 milhões de pessoas desocupadas em busca de trabalho.

Como diria Nelson Rodrigues, a conclusão é "óbvia e ululante". O fracasso da educação no Brasil, que alimenta um perverso círculo vicioso com pobreza e desigualdade, não é o único, mas o principal fator de nosso atraso econômico.

Essa situação se arrasta há décadas e seria injusto culpar Bolsonaro por ela. No entanto, o Ministério da Educação deste governo, para o qual já foram indicados cinco ministros, não será lembrado pelos avanços da política educacional. Vai ser difícil esquecer os graves erros ortográficos de Abraham Weintraub, o tal do Escola sem Partido, que na verdade significa escola a serviço das crenças bolsonaristas, e os discursos e atitudes do insólito Milton Ribeiro, inclusive o tiro acidental que disparou no aeroporto de Brasília. ●

Medidas econômicas **Pressão no Orçamento**

Governo planeja retomar a proposta de retirar o Auxílio do teto de gastos

Ao ser transformado em permanente a partir de 2023, benefício a R$ 400 custará quase R$ 90 bi no próximo ano

ADRIANA FERNANDES
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

Medida tentada sem sucesso em 2021, a retirada do Auxílio Brasil do teto de gastos pode voltar à agenda. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o presidente Jair Bolsonaro e aliados podem propor essa mexida na regra fiscal para 2023. Com adversários propondo o fim do teto ou mesmo a mudança para ampliar os investimentos públicos, o time de Bolsonaro avalia que há condições mais favoráveis para a medida. Como mostrou o **Estadão**, o presidente cobra da equipe econômica espaço para investimentos em realizações que possam deixar sua marca num segundo mandato, e o Auxílio Brasil é sua principal aposta para a reeleição.

A medida que converte o piso de R$ 400 do benefício em permanente foi aprovada pela Câmara, na semana passada, dependendo ainda de uma última votação no Senado. Mas o seu impacto já foi incorporado nas contas do governo de 2023 na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve para orientar o Orçamento. Em 2022, o Auxílio Brasil tem uma parte permanente de R$ 224, com custo de R$ 47,4 bilhões, e uma temporária, que em 2023 será incorporada. Com isso, a despesa total será de quase R$ 90 bilhões no ano que vem.

RISCO DE COLAPSO. Técnicos do Ministério da Economia já antecipam reservadamente que dificilmente os valores de despesas discricionárias (não obrigatórias destinadas ao custeio e investimento) previstas para 2023 (R$ 108,2 bilhões), 2024 (R$ 93,8 bilhões) e 2025 (R$ 76,7 bilhões) serão suficientes para rodar a máquina governamental em condições normais, sem risco de colapso no funcionamento em determinados órgãos mais afetados pela escassez de recursos nesse patamar de despesas.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Daniel Couri, algum tipo de compensação deverá ocorrer porque dificilmente a despesa não baterá no teto de gastos de 2023. Ele lembrou que os R$ 400 do Auxílio se tornaram permanentes, mas poderá haver fila. "Alguma despesa terá de pagar a conta", avaliou Couri, que em artigo recente publicou uma proposta de reforma do Orçamento. "Tem de haver uma reforma mais profunda mesmo", ponderou.

Para o ex-secretário do Tesouro Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments, o teto de gastos, mesmo com o "pé direito" mais alto, ainda está impondo restrições e garantindo certo controle dos gastos. "Novas despesas, principalmente a manutenção da complementação do Auxílio Brasil sem cortes em outros gastos e um eventual aumento este ano para servidores colocarão em sério risco o que restou da regra", afirmou. Bittencourt ressalva que o governo aproveitou a pandemia para controlar o crescimento da despesa com pessoal e fazer avanços institucionais na própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como impedir que aumentos parcelados de salários fossem dados com parcelas fora do mandato. "Sem isso, e com esta pressão do funcionalismo, o fim do novo teto dos gastos estaria decretado desde já", afirmou. ●

Parte permanente

R$ 224 é quanto é, em 2022, a parte permanente do Auxílio Brasil, que – conforme foi aprovado na semana passada pela Câmara, e ainda precisa ser referendado pelo Senado – passará a R$ 400 em 2023

Corrida pela reeleição mina contas públicas

BRASÍLIA

Há oito anos, no Dia do Trabalhador, a primeira página do **Estadão** estampava a notícia: "Na TV, Dilma anuncia correção da tabela do Imposto de Renda". Na véspera, a presidente, que na ocasião estava em queda nas pesquisas e seis meses depois disputaria e ganharia a reeleição, aproveitou o 1.º de maio para anunciar em cadeia nacional de rádio e TV medidas como a correção da tabela do IR em 4,5% e o reajuste de 10% do Bolsa Família para os 36 milhões de beneficiários.

Era mais uma entre tantas medidas que o governo do PT estava promovendo com apoio da equipe econômica para ganhar a simpatia do eleitorado e vencer a eleição. Dilma acabou assumindo no ano seguinte o seu segundo mandato num cenário de piora das contas públicas e da atividade econômica.

Quase uma década depois, o presidente Bolsonaro acena com o reajuste da tabela do IR, medida que não precisa de compensação e pode ser adotada a qualquer momento. A correção, prometida durante a campanha eleitoral, está sendo esperada.

Uma correção da faixa de isenção dos atuais R$ 1,9 mil para R$ 2,9 mil deve custar cerca de R$ 20 bilhões em perda de receitas. Se Bolsonaro quisesse cumprir a promessa de corrigir a faixa para R$ 5 mil, como sinalizou em 2018, o custo para a arrecadação seria de R$ 65 bilhões.

Pressionado por aliados do setor agrícola, o presidente também deve elevar o subsídio para o crédito agrícola em 2022 e no Orçamento de 2023 em decorrência da alta de juros.

A renovação das linhas de crédito para micro e pequenas empresas concedidas na pandemia, como as do Pronampe, embora não envolvam recursos diretos, exigem uma rolagem maior da dívida pública, já que os recursos que servirão de garantia das linhas antigas não vão mais voltar para os cofres do Tesouro como programado.

> ***"Quando o governo é menos responsável, dificulta bastante porque prejudica o lado fiscal, um calcanhar de aquiles nosso."***
> **Marcelo Bresser Pereira**
> **EST Gestora de Patrimônios**

Para Marcelo Bresser Pereira, sócio-fundador da EST Gestora de Patrimônios, é uma tendência os governos usarem a "caneta" para tentar a reeleição. "Há governos que fazem mais isso, e outros menos", disse. "E, aí, quando o governo é menos responsável, dificulta bastante porque prejudica o lado fiscal, que é um calcanhar de aquiles nosso."

Na avaliação dele, o Brasil vai acabar não aproveitando o aumento dos preços de commodities (produtos básicos de exportação, como soja e minério de ferro), o que ocorreu também no governo Lula, e quando terminar o crescimento continuará sendo baixo. ● A.F. E G.P.

ESTADÃO BLUE STUDIO

APRESENTADO POR

ALÉM DE ALIMENTOS Expo & Congresso

Números da APAS SHOW

Dados da edição anterior, de 2019, evidenciam a relevância do evento. A expectativa é de que todos esses números sejam superados em 2022

APAS SHOW reúne negócios, inovação e networking

Expositores: **847**

Expositores internacionais: **204**

Maior feira supermercadista do mundo volta a ser realizada depois de três anos

Maior evento do setor de alimentos e bebidas das Américas e maior feira de supermercados do planeta, a APAS SHOW ganha contornos especiais na 36ª edição, marcada para o período entre 16 e 19 de maio: será um grande reencontro das organizações e dos profissionais ligados à área, após o hiato causado pela pandemia. "Desde a edição anterior, em 2019, as empresas diversificaram a atuação e lançaram novos produtos, ao mesmo tempo em que muita gente trocou de emprego, e houve casos em que filhos assumiram as posições que eram dos pais. Haverá muita conversa para colocar em dia", diz Carlos Corrêa, superintendente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), organizadora do evento.

Característica tradicional do setor supermercadista, a ênfase nas relações humanas se reflete tanto na forma de fazer negócios quanto na importância crucial do atendimento aos clientes dentro dos estabelecimentos. O olho no olho, a confiança e a cordialidade são atributos que ganharam ainda mais protagonismo por conta da pandemia de covid-19, período em que o setor de supermercados foi reconhecido como atividade essencial. "Recursos tecnológicos certamente ajudam a produzir vantagens competitivas, mas o que faz diferença de verdade, no final das contas, são as pessoas", observa Corrêa.

Essa constatação levou à escolha do tema "O essencial é humano" para o evento. As 70 palestras previstas para o Congresso de Gestão Internacional, que faz parte da programação, vão girar de alguma forma em torno desse eixo. Para facilitar o planejamento dos participantes, no entanto, foram classificadas em seis pilares: "Desenvolvimento e Formação", "E-Commerce e Omnichannel", "Experiência de Compra", "Mix e Pricing", "Operação Inteligente" e "Transformação Estratégica". Análises de cases, debates e conversas extras darão aos congressistas a oportunidade de aprofundar as informações absorvidas ao longo do dia.

Crescimento impressionante

Apesar de todo o clima de interesse humano, interação e proximidade, os números do evento são gigantescos: mais de 800 expositores estarão presentes no Expo Center Norte, em São Paulo, incluindo duas centenas de estrangeiros, representando 22 países. Além das empresas diretamente ligadas a alimentos e bebidas, há vários outros setores envolvidos – desde higiene e beleza, logística e equipamentos até empresas geradoras de energias renováveis e startups que apresentarão novidades como aplicativos de realidade aumentada ou mapas de calor que ajudam a identificar as partes de uma loja que estão tendo maior ou menor movimento.

A expectativa é passar de 120 mil visitantes, o que representaria um aumento de 15% em relação à edição anterior. Projeta-se que o volume de negócios fechados durante o evento passará de R$ 10 bilhões. "Que ninguém se engane com o clima festivo. A APAS SHOW é um evento de business, com ampla participação dos tomadores de decisões do setor", descreve Corrêa. Trata-se de um crescimento impressionante desde a primeira edição do evento, no início da década de 1980. Chamado à época de Convenção Paulista de Supermercados, o encontro pioneiro reuniu apenas três expositores.

Quatro décadas depois, todos os cinco pavilhões do Expo Center Norte, em São Paulo, serão ocupados pelo evento – o que resulta numa área total de 75 mil m2. A APAS SHOW terá um aplicativo exclusivo para ajudar os visitantes a percorrer os cinco quilômetros de corredores e entender por onde ainda falta passar. Além dessa função de "waze", o aplicativo também funcionará como ferramenta de networking, pois permitirá o agendamento de encontros nos estandes.

Para facilitar a continuidade do networking em jantares e outros eventos noturnos, o horário de funcionamento da APAS SHOW foi antecipado em duas horas em relação à edição anterior – será das 12h às 20h. Interessados em participar do evento – como visitantes, expositores ou patrocinadores – devem fazer um pré-cadastro no site oficial, apasshow.com, e aguardar o contato da equipe. O site oferece também uma série de informações adicionais, incluindo a programação.

Países representados: **22**

Visite o site oficial

NOTAS E INFORMAÇÕES

O presente de grego do governo

Elevar tributo de bancos para financiar o Relp ajuda a encarecer o crédito no momento em que é mais necessário

Quatro meses depois de o Congresso aprovar o parcelamento de dívidas para micro e pequenas empresas participantes do Simples Nacional e microempreendedores individuais (MEIs), o governo finalmente encontrou uma fonte de recursos para financiar o programa. Pela segunda vez, o Executivo aumentou a tributação sobre os bancos, elevando a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 21%, a partir de agosto; para instituições financeiras não bancárias, a alíquota passará de 15% para 16%. A medida é mais uma prova da ciclotimia característica da política econômica de Jair Bolsonaro.

Para começar, o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) foi vetado por Bolsonaro em janeiro, sob a justificativa de falta de compensação para a renúncia fiscal associada à medida, o que configura crime de responsabilidade. Era um jogo de cena, já que o próprio presidente havia se manifestado favoravelmente à iniciativa e incentivou o Congresso a derrubar seu veto – o que ocorreu em março. Nesse período, o Comitê Gestor do Simples Nacional, por sua vez, prorrogou por duas vezes o prazo para exclusão do regime de empresas inadimplentes e a data de adesão ao Relp, a última até 31 de maio.

Fica claro que o governo estava decidido a viabilizar o Refis dos pequenos negócios, que pode levar à renegociação de até R$ 24,2 bilhões – e nesse objetivo, em particular, ele tinha razão. Em condições normais, programas de parcelamento de dívidas são um incentivo a maus pagadores, especialmente grandes companhias, que repetidamente refinanciam seus débitos com desconto e prazos mais favoráveis em detrimento dos cofres públicos e de quem paga o que deve em dia. Porém, ao longo de dois anos de pandemia, a maioria das empresas teve de batalhar para não fechar as portas, e não há dúvida de que os negócios de menor porte foram os mais afetados.

A questão é que, para conseguir sobreviver, boa parte dos empreendedores teve de recorrer a operações de crédito – e é justamente sobre elas, que já estão mais caras em razão da inflação e da Selic nas alturas, que os efeitos do aumento da tributação deverão recair. Segundo o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, quem será alvejado com um tiro certeiro é o consumidor, pois impostos mais altos significam, na prática, mais juros sobre o tomador dos empréstimos. No ano passado, o setor já havia sido escolhido para bancar a desoneração do diesel e do gás, mas à época, a medida supostamente seria temporária. "A impressão que fica é que o governo gosta de inflação e não se importa com as consequências de mais pressão inflacionária, algo que a sociedade não aceita mais", disse Sidney.

Não é coincidência que o governo tenha elevado a tributação sobre o setor financeiro para viabilizar o Refis exatamente na mesma semana em que anunciou a reabertura de programas emergenciais de acesso a crédito para pequenos negócios. Trocando em miúdos, o que o governo fez foi iludir os empreendedores: deu com uma mão e tirou com a outra. ●

Leonardo Porto

'Teremos a maior alta de juros nos EUA em décadas'

Para economista-chefe do Citi Brasil, o aperto monetário do Fed já começa a se refletir no Brasil

ENTREVISTA

Leonardo Porto é economista do Citi Brasil há 13 anos; é formado em Economia pela PUC Minas e tem doutorado pela USP

FILIPE SERRANO

A expectativa de uma alta mais forte da taxa de juros nos EUA contaminou os mercados financeiros na semana passada, o que fez a Bolsa cair e o dólar voltar a um patamar próximo de R$ 5. Essa visão será colocada à prova nesta semana. Tanto o banco central dos EUA (o Federal Reserve ou Fed) quanto o Banco Central do Brasil têm reuniões de política monetária para decidir o novo nível das taxas de juros. Segundo o economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, esse ambiente de juros mais elevados prejudica os países emergentes, como o Brasil, porque estimula a saída de capitais e aumenta a cotação do dólar. É uma situação que dificulta o crescimento da economia, já combalida. "A gente está indo para um ciclo de aperto monetário nos EUA que a gente nunca viu nas últimas décadas", afirma Porto na entrevista a seguir.

Em relatório recente, o Citi fez um alerta sobre a inflação global, dizendo que há um risco de uma espiral de preços. Por que essa preocupação tão forte?

A gente tem visto uma confluência de fatores que está inflamando os preços no mundo todo. E não parece que isso vai se dissipar no curto prazo. O primeiro são os problemas nas cadeias de fornecimento, que têm se escalado a cada momento. A questão da China e os novos lockdowns são outro. Em paralelo, a gente está vendo o preço das commodities batendo recordes. Para completar, nos países emergentes, como o Brasil, a inflação corrente, que está muito alta. O meu ponto é: esse processo inflacionário mundial pode ser mais persistente.

PIB menor

CITI

Leonardo Porto
Economista-chefe do Citi Brasil

"Para trazer a inflação para a meta, existe uma taxa de sacrifício. Esse sacrifício é um crescimento menor temporariamente"

Como isso se aplica no caso brasileiro?

O Brasil tem um quadro de inflação extremamente elevada, mas a gente acredita que está próximo do pico, que deve ser por volta de abril, próxima dos 12% em 12 meses. O problema é que a distância é muito grande entre os 12% e os 3,5%, da meta de inflação. Neste ano, não vai dar nem para chegar ao teto. A previsão é de que fique em 7,8%. Para o ano que vem, a gente acha que fica acima do centro da meta, mas dentro da banda, em 3,9%. Isso porque o BC tem dado sinais de que já fez um serviço grande, e de que quer parar para observar. A gente acha que a Selic sobe na próxima reunião em 1 ponto porcentual, e mais 0,5 ponto em junho, chegando a 13,25%. Nas nossas contas, a Selic a 13,25% não vai ser suficiente para jogar a inflação no centro da meta em 2023.

Por que não?

Porque o Brasil está com uma inflação muito elevada e existe um componente inercial. Quanto mais alta a inflação, e quanto mais tempo ela fica alta, maior o risco de ela contaminar a expectativa de inflação, tornando o processo inflacionário mais rígido. A gente entende o BC. O que ele já subiu de juro real não é pouco. O juro real está acima de 7%. É muita coisa.

O cenário de inflação é mais preocupante no exterior do que no Brasil?

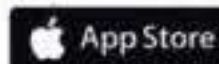
O Brasil está num estágio diferente. O Brasil enfrentou uma aceleração da inflação a partir do segundo semestre de 2020. A visão é de que o BC já fez o serviço, e daqui para frente o Fed, banco central americano, vai ter de fazer muito mais. Nosso time de Estados Unidos acha que o Fed vai ter de subir os juros em 0,5 ponto porcentual nas próximas quatro reuniões e depois 0,25 ponto até o fim do ano e vai continuar subindo a taxa de juros até superar os 3,75% no final do ano que vem. É um longo caminho ainda. Aqui no Brasil estamos falando de mais duas altas. O grande ponto de incerteza é a dinâmica do câmbio.

Por que o câmbio?

A gente está com uma visão de que o dólar fecha o ano em R$ 5,19 porque o ambiente global para países emergentes vai se deteriorar. A gente está indo para um ciclo de aperto monetário nos EUA que a gente nunca viu nas últimas décadas. Isso já provoca um aumento importante nas taxas de juros internacionais. O melhor exemplo são as Treasuries (*títulos do Tesouro americano*) de dois anos. Elas estão hoje com um juros por volta de 2,70%, e que era de 0,70% no fim do ano passado. Foram quase 2 pontos porcentuais de alta num intervalo de quatro meses. Isso não é pouco. Quando tem um aumento tão intenso, começa a ter um risco de valorização do dólar frente a outras moedas, porque os capitais fluem para os EUA. Isso já está acontecendo, e o ajuste na taxa de câmbio é muito rápido. Nos últimos dias, o dólar já voltou para perto de R$ 5. Esse ajuste pode contaminar as commodities, que são cotadas em dólar. E o nível de aversão ao risco fica mais elevado nos mercados. Os investidores ficam mais avessos a colocar recursos em países mais arriscados.

Risco
Ajuste no câmbio pode contaminar os preços das matérias-primas cotadas em dólar

Nesse ambiente, o que esperar para a economia?

A gente prevê um crescimento de 0,1%, pouco acima de zero. Não é um dado promissor, mas é melhor do que a gente previa antes (-0,3%). O ponto é que o aumento dos juros tem um custo na atividade. Para trazer a inflação para a meta, existe uma taxa de sacrifício. Esse sacrifício é um crescimento menor temporariamente. A gente deve ter de pagar esta taxa de sacrifício neste ano. ●

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2022, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

A Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE" ou "Assembleia") a ser realizada, em segunda convocação, às 15 horas do dia 9 de maio de 2022, de modo **exclusivamente digital,** por meio de videoconferência na plataforma *Zoom*, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), a fim de deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir previsão de comitê de auditoria estatutário nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, e sua posterior consolidação. A AGE, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, que deliberarão sobre a matéria constante da ordem dia por maioria de votos dos acionistas presentes. **Instruções gerais:** O Manual de Participação na AGE contendo a Proposta da Administração para a Assembleia, bem como as informações e os documentos pertinentes à ordem do dia, inclusive aqueles exigidos pelo artigo 11 da Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Conforme autorizado pelo §2º-A do art. 124 da Lei das S.A., a AGE será realizada de forma **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 21-C, parágrafos 2º e 3º, da Instrução CVM 481. Os dados e as instruções para participar da Assembleia por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia por e-mail endereçado ao e-mail ri@helbor.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGE, ou seja, até 7 de maio de 2022 (inclusive), a qual deverá ser devidamente acompanhada da seguinte documentação do acionistas para a participação na AGE: (i) no caso de pessoa física, cópia do documento de identidade com foto, e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia dos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (ii) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da AGE, ou seja, a partir de 7 (sete) de maio de 2022 (inclusive). Demais instruções para participação na AGE por meio da plataforma digital estão detalhadas no Manual de Participação na AGE, divulgados nesta data. A Companhia esclarece que, na forma do artigo 21-X da Instrução CVM 481, as instruções de voto referentes à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto a distância por ocasião da realização da referida Assembleia em primeira convocação serão validamente consideradas para a realização da AGE em segunda convocação. Mogi das Cruzes, 30 de abril de 2022. **Henrique Borenstein -** Presidente do Conselho de Administração.

www.helbor.com

TRISUL S.A.

CNPJ nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627
Companhia Aberta | Código CVM nº 21130

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 10 DE MAIO DE 2022, ÀS 15H

TRISUL S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009 ("ICVM 481/2009"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 10 de maio de 2022, às 15h, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) A reforma do estatuto social com vistas a ajustes de redação e adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com a consequente alteração dos seguintes artigos: (1) Art. 6º - Refletir o novo valor do capital autorizado (cujo aumento será deliberado nos termos do item (ii) abaixo); (2) Art. 6º, Parágrafo 3º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (3) Art. 9, Parágrafo Único - Inclusão da possibilidade de cumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente em caso de vacância, observadas as determinações previstas no parágrafo único do art. 20 do Regulamento do Novo mercado; (4) Art. 12, Parágrafos 1º e 2º - Inclusão da previsão de que 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, bem como acerca da necessidade do Conselheiro Independente apresentar a declaração por escrito atestando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado; (5) Art. 17, item XVIII - Inclusão de trecho para fins de compatibilização deste inciso com o art. 8º do Estatuto Social da Companhia; (6) Art. 26, Parágrafo Único - Alteração para prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (7) Art. 27, *caput* e Parágrafos 3º e 4º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (8) Art. 28, item IX - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; (9) Art. 36, Parágrafo 4º - Alteração para fazer menção de que o termo de posse dos membros do Conselho Fiscal deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 47 do Estatuto Social; (10) Art. 36, Parágrafo 5º - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; e (11) Art. 43, Parágrafo 1º - alteração para incluir a definição de "Controle" e exclusão da definição de "Poder de Controle"; (ii) o aumento do limite do capital autorizado para um total de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias; (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia; e (iv) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia; (c) cópia simples do instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e dos documentos sociais; (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se **à disposição dos acionistas na sede e no** *site* da Companhia (https://ri.trisul-sa.com.br/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (http://www.b3.com.br/).

São Paulo/SP, 29 de abril de 2022
MICHEL ESPER SAAD JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E DE BRINQUEDOS ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Encerramento de Prazo - Registro de Chapa - Em cumprimento ao disposto no art. 69 parágrafo 1º do Estatuto Social, faço saber aos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que para as eleições a serem realizadas neste Sindicato, nos dias 30 e 31 de maio de 2022, foi registrada a seguinte chapa: **DIRETORIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos** - Presidente, **Cristina Rodrigues Cavalvante -** 1º vice presidente, **Henrique de Matos Barreto -** 2º vice presidente, **Marileude Ferreira da Silva** - Secretária geral, **Wagner Moreira Olbi -** 1º secretário, **Dorvalina Maria Alves** - Tesoureira, **Cicero Erisvando Nascimento da Silva** - 1º tesoureiro. **SUPLENTES DIRETORIA EXECUTIVA: Elizabete Pereira dos Santos Freire, Fabiana Muniz, Carina dos Santos Diniz, Katia Maria da Silva, Marcos Roberto da Conceição dos Reis, Francis Moreira, Josenildo Barbosa de Oliveira. Conselho Fiscal: Elizabeth Neves, Carlos Nogueira de Oliveira, Maria Claudete da Costa. SUPLENTES CONSELHO FISCAL: José Souza Carvalho, Aurizene Ferreira dos Santos Paiva. DELEGADOS FEDERATIVOS: Elizabete Pereira dos Santos Freire e Fabiana Muniz. SUPLENTE DE DELEGADOS FEDERATIVOS: Cicero Erisvando Nascimento da Silva e Carina dos Santos Diniz. CONSELHO CONSULTIVO: Jose Carlos Torelli.** O prazo para impugnação de candidaturas, de conformidade com a norma legal acima, é de 04 (quatro) dias, a contar da publicação deste Aviso. São Paulo, 02 de maio de 2022. **Maria Auxiliadora dos Santos -** Presidente.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LORENA - CNPJ nº 60.130.044/0001-68 **- Edital da Composição de Chapa Registrada -** O presidente da entidade sindical supracitada, pelo presente Edital e, nos termos do artigo 90, parágrafo único, do Estatuto Social do Sindicato dos Empregados no Comércio de Lorena, com sede na Rua Major Rodrigo Luiz, nº 46 - Centro, Lorena-SP, CEP:12.607-030, faz saber que no dia 29 de abril de 2022, encerrou-se o prazo para a inscrição de chapas, conforme edital publicado no jornal "O Estado de São Paulo", página B9, edição do dia 24 de abril de 2022, comparecendo na Secretaria da Entidade, apenas um chapa com interessados em participar do pleito nos dias 01 e 02 de junho de 2022, para composição e renovação dos órgãos de administração, deliberação e fiscalização desta entidade, que figurará em cédula única, com nomenclatura de CHAPA 1 (UM), estando assim composta: **DIRETORIA EFETIVA: PRESIDENTE: Luiz Alfredo Gervazio Pereira; SECRETÁRIO GERAL: Paula Eleksandra Bastos Ribiero; TESOUREIRO: Edmilson Pinheiro de Moura; SUPLENTES DA DIRETORIA: Fernando Henrique Gomes da Silva, Celia Mara Ferreira de Oliveira, Sylvio Rodrigues Pereira Neto; DELEGAÇÃO FEDERATIVA - EFETIVOS: Luiz Alfredo Gervazio Pereira, Edmilson Pinheiro de Moura; DELEGAÇÃO FEDERATIVA - SUPLENTES: Carlos Roberto da Silva, Tereza Cristina Rufino de Paula; CONSELHO FISCAL - EFETIVO: Claudio Rogerio da Silva, Carlos Roberto da Silva, Tereza Cristina Rufino de Paula; CONSELHO FISCAL - SUPLENTES: Antonio Carlos da Cruz, Andrea Aparecida da Silva Siqueira, Josemar de Andrade.** O prazo para impugnação de candidatos é de 03 (três), contados do dia seguinte à publicação deste edital, conforme prevê o artigo 91, do Estatuto Social, na secretária da entidade, no horário das 10h as 16h. Lorena-SP, 02 de maio de 2022. **Luiz Alfredo Gervazio Pereira** - Diretor Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 088/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL V, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 088/2022 - SMS**, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 02, 08, 09, 10, 11, 14, 22 E 24 (cancelado no julgamento por ausência de licitantes classificados), bem como DESERTA PARA O ITEM 07 (cancelado por inexistência de proposta). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 29 de abril de 2022.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS ITENS 07, 09, 10, 11, 12 E 14 (CANCELADOS NO JULGAMENTO)

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 201/2021**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL PARTE III (LÂMINAS PARA BISTURIS DESCARTÁVEIS, TAMPÃO NASAL, TERMÔMETRO E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 201/2021 - IJF, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 07, 09, 10, 11, 12 E 14 (CANCELADOS NO JULGAMENTO). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 29 de abril de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

SINCODIV SP

Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo - SINCODIV-SP
CNPJ 44.009.470/0001-91

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

No cumprimento de disposições estatutárias, convocamos as empresas associadas, quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual, com fulcro no Estatuto Social, a realizar-se por intermédio do aplicativo/plataforma ZOOM, através do Link: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZIuc-uqr0oG9Mnv2nOS4DWVLczC-ugXOlX. No dia 10/05/2022, às 11h00, em primeira convocação, ou na falta de quórum, às 11h30min, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Convalidação de todos os atos praticados para a realização da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 12/08/2021, para a correção de todos e quaisquer vícios eventualmente existentes, em especial, porém não limitado à forma de convocação e publicação da convocação para as matérias incluídas na ordem do dia; ii. Análise e aprovação de alterações estatutárias, nas redações do artigo 6º e respectivos parágrafos seguintes e artigo 8º do Estatuto Social, para fazer constar a deliberação a seguir ratificada, no sentido de estabelecer que terão obrigação de pagamento de mensalidade e garantia de direito à voto apenas as matrizes dos associados e não as suas filiais, alteração estatutária esta de competência da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do que preceitua o artigo 82 do Estatuto Social vigente; iii. Ratificação da deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 12/08/2021, no sentido de garantir direito a voto apenas para as matrizes e não para as filiais dos associados, tema este de competência da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do que preceitua o artigo 82 do Estatuto Social vigente; iv. Ratificação de todas as demais deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 12/08/2021, onde foram tomadas as seguintes decisões a serem ratificadas: (i) Pagamento de mensalidade a ser realizado apenas pela matriz e não por filiais dos associados e definição do respectivo valor a ser pago; (ii) Necessidade de associação por todo o grupo econômico (matrizes e filiais) localizadas no estado de São Paulo, não obstante o direito à voto ser garantido apenas às matrizes; (iii) Caso não haja matriz de associado localizada no estado de São Paulo, porém haja filiais localizadas neste estado, poderá, excepcionalmente, uma única dessas filiais ser considerada como matriz, tanto para fins de pagamento de mensalidade como com direito à 1 (um) único voto em assembleias; v. Ratificação de todas as deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21/03/2022, onde foram tomadas as seguintes decisões a serem ratificadas: (i) Aprovação do Balanço Anual do exercício de 2021 e aprovação das contas da administração; (ii) Aprovação da Previsão Orçamentária; (iii) Aprovação da outorga de poderes à diretoria para negociação coletiva de 2022; vi. Convalidação e ratificação de todo o processo eleitoral, inclusive o edital de convocação, inscrição de chapas, prazo da realização das eleições, votação eletrônica, e demais atos praticados, assim como das eleições sindicais e nomeações para ocupantes de cargos de diretoria, conselho fiscal e delegados, junto à FENACODIV, para exercerem mandatos no triênio com início em 14/04/2022 e término em 13/04/2025, eleições estas realizadas através de Assembleia Geral Eleitoral ocorrida em 24/03/2022; vii. Análise e aprovação das seguintes alterações no Estatuto Social: (i) Alteração do artigo 28º, §1º, para estabelecer que as eleições deverão ocorrer "preferencialmente até o final do mês de abril"; (ii) Alteração dos artigos 43º e 53º, para registrar, expressamente, que o processo eleitoral poderá ser realizado de forma presencial, virtual ou híbrida, em consonância com o que já previsto no artigo 40, § único do Estatuto Social para as assembleias; viii. Assuntos Gerais.

São Paulo, 02 de maio de 2022
Alvaro Rodrigues Antunes de Faria - Presidente Sincodiv SP

Mercado automotivo **Novos negócios**

Carro agora tem até barraca de fábrica

Com o uso mais frequente do automóvel para viagens, montadoras oferecem opcionais inusitados, como cadeirinha e cinto para animais, tendas no teto e extensor de caçamba

CLEIDE SILVA

O consumidor que surgiu ao longo da pandemia, com diferentes hábitos, abriu caminho para um novo mercado de acessórios automotivos que vão muito além de farol de milha, som potente e roda de liga leve. As montadoras agora passaram a projetar e validar produtos antes não disponíveis em concessionárias e hoje imprimem suas marcas em itens como cadeirinhas e cintos de segurança para animais de estimação, barracas de acampamento, suporte para escadas, extensor de caçamba de picapes e até cabides para roupas.

Como as autopeças, a maioria dos acessórios é fabricada por terceiros, mas desenvolvida pela própria montadora com o projeto do novo veículo. A vantagem é a garantia de qualidade e da segurança de produtos originais, diz Luiz Gustavo Mandacaru, da Mopar, marca de pós-venda e acessórios da Stellantis, dona de Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën.

Segundo Mandacaru, na pandemia consumidores redescobriram as viagens de carro ante o receio da aglomeração em transportes públicos.

CLAUDIO CORADINI/ESTADÃO - 9/4/2022

Tenda de camping, que pode ser montada sobre o teto de SUV, é atração em revenda da Volkswagen

As fabricantes tiveram de se adaptar ao "novo consumidor", que viaja para destinos mais próximos de casa, leva os pets nos passeios e se conecta mais à natureza.

"Os acessórios são uma tendência por causa da própria demanda do cliente. Para a empresa, é uma estratégia para atender bem o consumidor e agregar um novo negócio à venda de veículos", afirma Mandacaru. O faturamento do grupo no segmento dobrou de 2020 para 2021 e segue em alta. Pesquisa realizada antes da pandemia pela Gipa, líder global na área de pós-venda automotiva, mostra que o gasto com acessórios em 2019 (dado mais recente disponível) foi de R$ 4,7 bilhões.

TESTES. Bolsas, cadeiras, cintos, guias e forros para bancos destinados a animais de estimação já são produtos originais de marcas como General Motors, Volkswagen, Stellantis, BMW e estão em estudo pela Toyota.

"Os itens da nossa linha pet são testados e homologados pela engenharia da GM para oferecer o mais alto nível de qualidade e segurança", diz Luis Felipe Teixeira, diretor de peças e acessórios da companhia. Ele afirma que os acessórios servem para personalizar o veículo ao gosto e às necessidades do consumidor. Além disso, peças originais podem ser adicionadas ao financiamento do carro.

Na Volkswagen, o modelo com maior quantidade de acessórios é o SUV Taos, com mais de 100 itens. Entre eles estão assentos de bicicleta para crianças com cinto de segurança de cinco pontos e tenda para acampamento, que pode ser montada no teto do Taos ou do T-Cross e acessada por uma escada que acompanha o kit.

A barraca tem capacidade para duas pessoas e é feita com material resistente, diz o vice-presidente de Vendas e Marketing da Volkswagen, Roger Corassa. Segundo ele, além da qualidade, o produto original assegura a instalação correta e a garantia de fábrica do carro.

Chancela
A maioria dos acessórios é desenvolvida pelas próprias montadoras e fabricada por terceiros

Mandacaru, da Mopar, afirma que a empresa precisa estar atenta às diferentes necessidades dos proprietários de cada modelo. A luxuosa picape RAM 3500, a mais cara do Brasil – até R$ 530 mil – tem inédito estribo automatizado em baixo do veículo e é acionado quando o condutor abre ou fecha a porta. Para a Fiat Strada, usada no lazer e no trabalho, há suporte para escadas e grade que amplia o tamanho da caçamba. ●

Cliente quer veículo com a 'cara do dono'

Ricardo Bacellar, da Bacellar Advisory Boards Automotive & Mobility, avalia que, além do aumento do interesse pelo transporte particular, o consumidor brasileiro tende a demorar mais para trocar de automóvel porque os preços subiram muito desde o ano passado.

De acordo com ele, ao ficar mais tempo com o carro, faz sentido para o consumidor investir em acessórios para personalizá-lo, "deixá-lo mais com o olhar do dono".

Sobre a grande oferta de itens para animais de estimação, o consultor automotivo ressalta que foi um mercado que "explodiu" durante a pandemia e que os acessórios são alternativa confortável "em lugar de deixar os animais em gaiolas".

Para as montadoras, ele vê o negócio de acessórios mais como um apelo estratégico para fidelizar o cliente do que uma alternativa para aumentar a receita financeira.

VENDA MAIOR. Luis Felipe Teixeira, diretor de peças e acessórios da General Motors, afirma que as vendas nesse segmento cresceram mais de 20% no último ano muito em função da maior oferta de produtos e de novos hábitos do consumidor.

Com aumento de 170% no faturamento com acessórios em 2021, a BMW tem como campeão de vendas tapetes de borracha para a área de passageiros e o porta-malas com bordas altas para evitar, por exemplo, que areia, terra e água se espalhem. Também tem cabide acoplado atrás do banco do condutor para levar paletós ou outras vestes sem amarrotá-las. ● C.S.

AZUMI - Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 40.434.681/0001-10 - NIRE 35236748539

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Convocamos os Srs. Sócios da **Azumi Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede em São Paulo-SP na Rua Rubens Gomes Bueno, 691 - Torre Alpha, conjunto 131, Várzea de Baixo - CEP 04730-903, ("SOCIEDADE"), a participarem, na sede da SOCIEDADE, da reunião de sócios a ser realizada no dia 10/05/2022 em primeira convocação às 11:00 horas, a ser instalada com, no mínimo, de ¾ (três quartos) do capital social, e às 11:30 horas, em segunda convocação, instalada com qualquer número de titulares de quotas, para deliberar, discutir e aprovar os seguintes assuntos: **Ordem do Dia:** a) Ratificar a integralização do capital social subscrito na 4ª Alteração Contratual; b) Aumento de capital mediante a subscrição de novas quotas; c) Pedido de renúncia do Diretor Presidente; d) Pedido de renúncia do Diretor Executivo; e) Eleição do novo Diretor Presidente; f) Reformular a Cláusula Sexta do Contrato Social; e g) Consolidar o Contrato Social de forma a atender as deliberações anteriores. São Paulo, 28 de abril de 2022. **Azumi-Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários Ltda.** Fabio Henrique Veneziano Persin - Diretor Presidente.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Especial Mista de Licitação, designada pelo pelo Decreto nº 24.021 de 19 de junho de 2013, Decreto Simples de 09 de março de 2022, publicado no DOM de 10/03/2022, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 02/2022; TIPO TÉCNICA E PREÇO; OBJETO:** Contratação visando a de empresa especializada ou consórcio de empresas especializadas para a **CONCESSÃO** com outorga onerosa de serviço público, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com o uso de bem público, compreendendo projeto, confecção, fornecimento, instalação e manutenção de itens de mobiliário urbano do Município de Salvador, com exploração publicitária, estes constantes dos 04 (quatro) lotes, dispostos no item 04 (quatro) do Projeto Básico, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, com **RECEBIMENTO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DIA**: 20/06/2022, às 10h (horário de Brasília), sendo o **LOCAL PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA TÉCNICA, PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3.244 - Ed. Empresarial Thomé de Souza, 19º andar - Sala de reunião. **VALOR MÁXIMO DA CONCORRÊNCIA: R$ 232.985.844,36 (Duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos)**. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição para consulta nos sítios eletrônicos: www.sedur.salvador.ba.gov.br e www.compras.salvador.ba.gov.br. Salvador, 30 de abril de 2022. **Pleliane Espinhara –** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público interessado para participar das Audiências Públicas Semipresenciais para debater as seguintes matérias:

PL 90/2018 - Autor: Ver. ARSELINO TATTO (PT); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. ISAC FELIX (PL); Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO); Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO); Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Regulamenta, nos termos do artigo 105 do ato das disposições transitórias da Constituição da República, os requisitos para a compensação de débitos inscritos em dívida ativa de natureza tributária ou de outra natureza, com precatórios do Município de São Paulo, suas autarquias e fundações, e dá outras providências.

PL 573/2019 - Autor: Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - Altera a lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003 que altera a legislação do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, para reduzir a alíquota incidente sobre os serviços relacionados à reciclagem, separação e destinação final do lixo quando prestados por cooperativas e para alterar a redação do item 17.05 do artigo 1° da lei.

PL 844/2019 - Autor: Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - Dispõe sobre a divulgação da origem detalhada das arrecadações tributárias de ISS no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 190/2020 - Autor: Ver. SANDRA TADEU (UNIÃO) - Dispõe sobre a suspensão da cobrança de tributos municipais por até 120 (cento e vinte dias) em virtude da pandemia do coronavírus e dá outras providências

PL 358/2020 - Autor: Ver. SANDRA TADEU (UNIÃO) - Determina a obrigatoriedade aos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço da realização de testes de diagnóstico para o SARS-COV-2 (covid 19) nos trabalhadores da iniciativa privada e dá outras providências.

PL 519/2020 - Autor: Ver. ANTONIO DONATO (PT) - Dispõe sobre alterações na legislação relativa ao imposto predial e territorial urbano - IPTU e dá outras providências.

PL 52/2021 - Autor: Ver. FERNANDO HOLIDAY (NOVO); Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO); Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO); Ver. DELEGADO PALUMBO (MDB) - Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Município de São Paulo ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

PL 230/2021 - Autor: Ver. MARCELO MESSIAS (MDB) - Dispõe sobre a suspensão temporária da cobrança dos impostos municipais e taxas municipais devidos pelos profissionais da área de saúde bucal, e dá outras providências.

PL 263/2021 - Autor: Ver. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - Altera a Lei nº 16.387, de 03 de fevereiro de 2016, para acrescentar a necessidade de disponibilização de brinquedos adaptados ao uso por crianças com deficiência em eventos organizados ou patrocinados pelo Poder Público.

PL 304/2021 - Autor: Ver. EDIR SALES (PSD); Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. MARLON LUZ (MDB) - Institui a obrigatoriedade de estações de recarga de baterias de veículos elétricos em vias públicas no Município de São Paulo.

PL 515/2021 - Autor: Ver. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS); Ver. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS); Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO); Ver. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS); Ver. MARCELO MESSIAS (MDB); Ver. ELI CORRÊA (UNIÃO) - Dispõe sobre a exclusão de todos os profissionais que atendem a saúde domiciliar da restrição de circulação dos veículos no Município de São Paulo e, dá outras providências.

PL 554/2021 - Autor: Ver. FELIPE BECARI (UNIÃO) - "Institui o Programa Rua Verde Solidária no município de São Paulo e dá outras providências."

PL 645/2021 - Autor: Ver. GILSON BARRETO (PSDB) - Altera a redação da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, para estabelecer a responsabilidade do Poder Público pela conservação e manutenção dos passeios públicos.

PL 719/2021 - Autor: Ver. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT); Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL); Ver. ISAC FELIX (PL); Ver. DANIEL ANNENBERG (PSDB); Ver. LUANA ALVES (PSOL); Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL); Ver. ELY TERUEL (PODE); Ver. FARIA DE SÁ (PP); Ver. MARCELO MESSIAS (MDB); Ver. ELI CORRÊA (UNIÃO) - Dispõe sobre o cadastramento, monitoramento, proteção, conservação e recuperação das nascentes existentes no município de São Paulo, cria o "Programa Adote uma Nascente", e dá outras providências.

PL 491/2020 - Autor: Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Altera o inciso III do artigo 64, o "caput" do artigo 148 e seu § 2°, da lei nº 8.989/79 e o artigo 17 e seus §§ da lei nº 13.861/04, insere luto pelo falecimento de avós, amplia a licença à gestante nos casos de natimortos e mortes neonatais, e amplia o horário e o período para amamentação materna.

Data: 04/05/2022

Horário: 10h30

Local: **Auditório Virtual e Auditório Prestes Maia** - 1° andar - Câmara Municipal de São Paulo.

Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

O acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante a aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, o uso de máscaras de proteção facial torna-se obrigatório quando houver ocupação acima da metade da capacidade do auditório ou sala de reunião, conforme Art. 2° do Ato nº 1.504, de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1.539, de 29 de março de 2022.

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço:

www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **financas@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **financas@saopaulo.sp.leg.br**

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 110/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170.500/2020 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde para atender a demanda da POLICLÍNICA DA CIDADE OPERÁRIA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA ABERTURA: anteriormente marcada para às 9h (horário de Brasília) do dia 28/04/2022, fica **ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.**

MOTIVO: Impugnação não respondida no prazo disposto no edital, bem como correção do número do processo administrativo divulgado no aviso de licitação.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **(csl@emserh.ma.gov.br e/ou eduardo.emserh@gmail.com)** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 27 de abril de 2022
Eduardo Henrique de Melo Santos
Presidente Substituto da CSL/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS ITENS 01, 15 E 24

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 047/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS DE USO ORAL E TÓPICO IV, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/2022 - SMS**, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 01, 15 E 24. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 29 de abril de 2022.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58

Edital de Convocação - Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 258ª Série da 1ª Emissão ("Cri") - 2ª Convocação

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 258ª Série da 1ª Emissão de CRI ("Titulares dos CRI" e "Emissão") para se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI a ser realizada no dia 11 de maio de 2022, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online através da plataforma Zoom Video Communications**, sob tipo de conta profissional, nos termos da instrução CVM nº 625 de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625") sem a possibilidade de participação de forma presencial, e tampouco através do envio de instrução de voto a distância, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI, pela Emissora, devidamente habilitados nos termos deste edital, para deliberar sobre: **(a)** aprovar alteração parcial da Cláusula 5.3, item (ii) do Termo de Securitização, para alterar o evento de alteração de taxa de Juros Remuneratórios, **onde se lê**: *"(...) a partir do Período de Capitalização imediatamente subsequente à data da obtenção do Habite-se do Galpão Logístico; (...)"* **passará a viger, a partir da data dessa ata, com a seguinte redação**: "**5.3 Juros Remuneratórios**. Sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI farão jus a juros remuneratórios equivalente a (i) 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, a partir do primeiro Período de Capitalização; ou (ii) 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, a partir do Período de Capitalização imediatamente subsequente à data da obtenção do Habite-se (a) do Galpão Logístico e (b) das obras de expansão assim definidas as obras de Galpão Logístico, que corresponde ao condomínio logístico a ser construído nos termos do Contrato de Locação BTS, o qual, por sua vez, corresponde ao - "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial sob a Modalidade Built to Suit e Outras Avenças" celebrado em 01 de abril de 2021 entre a Logos (Cedente) na qualidade de locadora, a Via Varejo (Devedora) na qualidade de locatária e a Diase Construções Ltda. (Construtora); a serem pagos conforme cronograma constante no Anexo II deste Termo de Securitização. A Remuneração dos CRI será calculada em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a seguinte fórmula ("Juros Remuneratórios"). Os pagamentos de Juros Remuneratórios aos titulares de CRI serão operacionalizados via sistema B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, ocasião em que quaisquer alterações de taxas de Juros Remuneratórios ora previstas, serão informadas, pela Securitizadora para a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, com o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antecedentes à data da efetiva alteração da taxa de Juros Remuneratórios ou, ainda, em outro prazo que venha a ser exigido para operacionalização de pagamentos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3."; **(b)** aprovar e ratificar o novo compartilhamento de garantia real de alienação fiduciária de imóvel ("Alienação Fiduciária de Imóvel"), que atualmente garante de modo compartilhado os CRI formalizados pelo Termo de Securitização dos CRI 258 e pelo Termo de Securitização dos CRI 286, de acordo com as deliberações havidas na ata de Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 11/11/2021 ("AGT 11/11/2021"); para também fazer frente à totalidade das Obrigações Garantidas no âmbito da emissão de CRI formalizada pelo Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 291ª Série e Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 310ª Série, todos da 1ª Emissão da Securitizadora, ("CRI 258", "CRI 286", "CRI 291", "CRI 310" e "Compartilhamento da Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente). De modo que a garantia Alienação Fiduciária de Imóvel será compartilhada e considerada em igualdade de condições e de mesmo grau entre o CRI 310, os CRI 291, os CRI 286 e os CRI 258, esse último objeto da presente ata, devendo ser compartilhada na proporção da participação detida por cada um dos respectivos credores no saldo devedor do CRI 258, do CRI 286, do CRI 291 e do CRI 310, inclusive com relação ao produto de eventual excussão da garantia ("Compartilhamento da Alienação Fiduciária de Imóvel"); **(c)** aprovar que qualquer alteração nos instrumentos de constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel dependerá sempre da anuência prévia e expressa dos titulares de CRI 258, dos titulares de CRI 286, dos titulares de CRI 291 e dos titulares do CRI 310, por meio de assembleia geral de titulares de certificados de recebíveis imobiliários de cada série e emissão, realizada em separado, de acordo com o Termo de Securitização que rege cada uma das séries de CRI 258, CRI 286, CRI 291 e CRI 310; **(d)** aprovar que não haverá qualquer tipo de subordinação entre o CRI 258, o CRI 286, o CRI 291 e o CRI 310; **(e)** aprovar que, caso venham a ser aprovadas as matérias dos itens **(b)**, **(c)** e **(d)** dessa Ordem do Dia, será retificado o seguinte Fator de Risco à Emissão de CRI 258 para fazer referência aos CRI 286, CRI 291 e ao CRI 310, assim: "Risco do compartilhamento de garantias: A garantia outorgada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel será compartilhada entre os CRI 258, os CRI 286, os CRI 291 e o CRI 310, conforme previsto no Terceiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, podendo em eventual cenário de vencimento antecipado ou amortização extraordinária não ser o suficiente para liquidar os valores restantes. Assim, tais fatos podem afetar negativamente o cumprimento das Obrigações Garantidas dos CRI 258, das Obrigações Garantidas dos CRI 286, das Obrigações Garantidas dos CRI 291 e das Obrigações Garantidas do CRI 310 indicados na ata de assembleia geral realizada no dia [=] de [=] de 2021"; **(vi)** caso aprovadas as matérias acima da Ordem do Dia, ratificar todos os atos praticados pela Logos Extrema Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ nº 40.177.383/0001-92 ("Cedente"), BWP Diase Empreendimento Imobiliário Extrema S.A., inscrita no CNPJ nº 38.116.234/0001-71 ("Fiadora"), Securitizadora e Agente Fiduciário, para dar cabo às matérias contidas na presente ata, em relação ao compartilhamento da garantia aos CRI 291 e aos CRI 310; e **(f)** autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a adotarem todas as providências necessárias para a concretização dos itens acima, se aprovados, incluindo a contratação de assessor legal Souza Mello e Torres Sociedade de Advogados, conforme proposta que segue será apresentada pela Emissora e integrará anexo à ata, para a elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação, conforme aplicável. A assembleia será realizada através de plataforma a ser disponibilizada pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico juridico@habitasec.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, os documentos de identidade e, caso aplicável, os documentos que comprovem os poderes daqueles que participarão em representação ao investidor, até o horário de início da assembleia. Preferencialmente, os instrumentos de mandato com poderes para representação na assembleia a que se refere esse edital de convocação deverão ser encaminhados, também, por e-mail com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: **(a)** participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e **(b)** demais participantes - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular de CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular do CRI. São Paulo, 24 de março de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCO-ÍRIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022 - A Câmara Municipal de Arco-Íris torna público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022, para contratar empresa para publicação de atos oficiais e institucionais da Câmara Municipal de Arco-Íris/SP, com circulação quinzenal no município de Arco-Íris. A Sessão de recebimento dos envelopes, análise e julgamento será no dia 18/05/2022 às 08h15. A minuta do edital em interior teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, adas 9h às 16h na Prefeitura Municipal de Arco-Íris, telefone (14) 3477-1128 ou nos sites: www.arcoiris.sp.gov.br e www.camaraarcoiris.sp.gov.br Arco-Íris/SP, 28/04/2022 - **Romão Sidinei Fernandes de Jesus** - Presidente da Câmara Municipal de Arco-Íris

Inflação Mudança de hábito

Brasileiro 'garimpa' roupa em loja que vende por quilo para driblar alta de preço

Cresce a procura por essa modalidade de venda para peças do dia a dia, como jeans e moletom; antes era restrita a roupa infantil

MÁRCIA DE CHIARA

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Adriana Vidal, que sempre frequentou shopping e brechó, experimentou a compra de roupa por quilo

EM ALTA

Quanto subiram os preços de roupas nos últimos 12 meses até abril

EM PORCENTAGEM

GERAL	INFLAÇÃO **12,03**
ROUPAS	15,59
ROUPA MASCULINA	MÉDIA **18,39**
CUECA	21,02
CAMISA, CAMISETA	19,38
CALÇA	18,30
BERMUDA, SHORT	15,85
AGASALHO	12,65
ROUPA FEMININA	MÉDIA **15,20**
BLUSA	16,46
CALÇA	15,41
VESTIDO	15,08
LINGERIE	13,84
SAIA	11,81
BERMUDA, SHORT	10,75
AGASALHO	6,88

FONTE: IPCA-15 DO IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Descalça sobre a pilha de roupas, a motorista de aplicativo Adriana Vidal, de 48 anos, "garimpa" calças jeans, jaquetas e bermudas. Na última terça-feira, o seu dia de folga, ela saiu cedo de Santo André, no ABC Paulista, e foi a primeira a chegar à loja que vende roupas por quilo, no centro de São Paulo. Quase duas horas depois, tinha sete peças escolhidas.

"Pretendia gastar R$ 25 (*o preço do quilo de roupa da coleção antiga*), mas acho que vou gastar mais", disse. Ela optou pela coleção atual, cujo o quilo sai por R$ 50. Desembolsou R$ 128 por 2,56 quilos de roupa. "Sempre foi mais econômico o quilo, na verdade eu não tinha achado antes um local que vendia assim."

Frequentadora de shoppings e brechós, Adriana parou de ir às compras quando começou a pandemia. Com a reabertura dos comércios e os preços nas alturas, decidiu experimentar a compra de roupa por quilo, que segue o modelo da venda de comida por peso em restaurantes. O popular "quilinho" é uma invenção genuinamente brasileira de meados dos anos 1980, quando a inflação também corria solta.

Antes restrita à confecção infantil e a artigos de cama, mesa e banho, a venda de roupa por peso tem avançado no varejo e para itens de vestuário do dia a dia dos brasileiros, como calças jeans, moletons, jaquetas e camisetas, por exemplo. Esse tipo de comércio tem atraído consumidores pressionados pela falta de dinheiro no bolso.

Eles estão em busca de peças para uso próprio a um custo baixo, em meio à disparada da inflação. Em 12 meses até abril, as roupas ficaram, em média, quase 16% mais caras no varejo e superaram a alta geral dos preços de 12% no mesmo período, segundo o IPCA-15, a prévia da inflação.

Uma calça jeans, por exemplo, não sai por menos de R$ 100 no varejo tradicional. Mas, na venda por peso, é possível comprar duas calças por R$ 25, o preço do quilo de coleções passadas. Se for uma coleção atual, uma calça jeans sai por cerca de R$ 50. No caso da calça de moletom, o custo na venda por quilo pode representar 25% do preço de etiqueta da peça numa loja comum.

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

Loja da zona leste pronta para receber clientes 4 dias na semana

IMPULSO. "No começo da pandemia, iniciamos a venda por quilo no varejo de estoques nossos que estavam parados", contou Adriana Silva, gerente do Grupo Hamuche, que há mais de 50 anos atua no setor de confecção, fabricando jeans e artigos de cama, mesa e banho. Como essa forma de venda teve muita procura, a empresa começou a fechar parcerias com confecções que tinham saldos em estoque.

Inicialmente destinada a desovar sobras de coleções antigas e atuais, a venda de roupas por quilo virou um novo negócio do grupo. Nos últimos seis meses, 20 confecções se tornaram parceiras, o que garantiu a regularidade do negócio. "Sem os parceiros, não haveria reposição de peças e temos mais confecções interessadas."

A venda por quilo é feita só com hora marcada e para um número fixo, de 30 a 50 pessoas por dia. Ocorre em um salão que ocupa um andar do prédio onde funciona o escritório da empresa, na Rua 25 de Março.

Barganha
Por R$ 25 o quilo da coleção antiga, é possível comprar duas calças jeans

Já o Saldão MAG, que vende roupas de malha e moletom por quilo numa loja de 2,3 mil metros quadrados localizada na Avenida Sapopemba, na zona leste da capital, adota estratégia diferente. A loja funciona de quinta-feira a domingo e com produtos voltados para quatro datas específicas: Dia das Mães, inverno, Dia da Criança e Natal. Só o evento de inverno, acontece em dez finais de semanas seguidos.

No ramo de confecção há mais de 40 anos, Gilberto Gilber, sócio da empresa, conta que teve fábrica de roupas e fornecia para os grandes magazines. Começou o saldão de roupa por quilo há 14 anos como um negócio para vender as próprias sobras. Como fechamento da fábrica em 2014, transformou a venda a varejo por quilo no negócio principal, buscando mercadorias de vários fornecedores. "Eu compro oportunidades."

Ele não revela os volumes vendidos, mas uma pista do movimento é a fila que se forma para entrar na loja, que tem lotação máxima de 300 clientes (antes da pandemia, sem as restrições, o limite era de 800).

"Fui o primeiro a vender roupa por quilo em São Paulo", frisou Gilber, que recebe clientes de fora da cidade, do Nordeste e do interior. São pessoas de todas as faixas de renda. A empresa não investe em publicidade tradicional e aposta na propaganda de boca em boca para alavancar o negócio. O desempenho está tão favorável que a companhia estuda a abertura de uma segunda loja, a menos de mil metros da atual.

CRISE. Juliana Oishi, dona da Kilinho Balangandã, loja que vende roupa por quilo para crianças, na zona norte da capital, disse que notou a chegada de uma nova clientela por causa da crise. "Aumentou bastante gente vindo de outros Estados comprar roupa por quilo, tanto para uso próprio quanto para revenda."

Hoje com dois filhos adolescentes, Juliana abriu a loja de roupa por quilo quando eles eram pequenos. E a ideia nasceu da constatação pessoal dos gastos elevados que tinha para vestir as crianças. "Comprar roupa de criança é cara, a relação (*de peças*) por quilo acaba sendo mais barata."

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel, disse que o modelo de venda de roupa por quilo não é novo. "Existe em algumas regiões do País com mais intensidade e nas capitais é menos frequente."

Mas ele observa que, em momentos nos quais a capacidade de consumo da população está mais deprimida, como o atual, esse modelo de negócio ganha destaque para tentar atrair o consumidor, sobretudo quando a compra por impulso perde força. "Afinal, quilo, peça, dúzia, a conta é uma só: quanto está saindo cada peça de roupa", afirmou Pimentel. E é exatamente essa conta que o consumidor tem de fazer antes de bater o martelo.

A Hering, gigante da confecção, informou que tem ações pontuais de venda de itens por quilo em algumas lojas "Espaço Hering" (outlet). Mas a empresa não quis dar detalhes sobre essa forma de venda. ●

LETICIA PAKULSKI, ISADORA DUARTE, CLARICE COUTO E AUGUSTO DECKER

EMAIL:
COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

Duas Rodas investe R$ 200 mi para agregar valor a vegetais nativos

A catarinense Duas Rodas, que produz ingredientes e aromas para alimentos e bebidas a partir de plantas e frutas, vai investir R$ 200 milhões até 2024 para ampliar em 40% a capacidade produtiva. A ideia é aumentar a exportação para Europa, Estados Unidos e Ásia – atualmente, a empresa vende para mais de 30 países. Hoje, adquire açaí, acerola, semente de guaraná e erva-mate de uma cadeia que envolve 1,8 mil produtores, via negociação direta ou por intermédio de cooperativas. A empresa fornece assistência técnica e transforma os produtos em itens como extratos com concentração de vitamina C ou antioxidantes. Para 2022, a empresa prevê faturamento 23% acima do R$ 1,2 bilhão de 2021. No 1.º trimestre, já cresceu 30%.

Exportação deve ganhar participação

A venda externa, que representa 25% do faturamento da Duas Rodas, passará a ser metade da receita até o fim de 2024. "O mercado externo tem olhado essas plantas regionais com mais interesse do que o próprio Brasil", diz Leonardo Zipf, presidente da empresa.

Aporte para produzir mais no País

Os investimentos serão para a aquisição de equipamentos, a automatização e a melhoria das instalações das fábricas em Jaraguá do Sul (SC), São Bernardo do Campo (SP) e Estância (SE). A Duas Rodas também prevê crescer por meio de aquisições, ainda este ano, nos Estados Unidos e na Europa.

• NA LUPA. A Tropical Melhoramento & Genética (TMG), de sementes, investiu R$ 400 mil na construção de um laboratório de fitopatologia em Cambé (PR). A unidade, já em operação, é voltada ao estudo e à avaliação de doenças em plantas, além de testes de resistência das variedades às doenças. Tem capacidade de analisar cerca de 550 mil plantas por ano – mais que o dobro dos últimos três anos. "O laboratório é equipado com o que há de melhor para análises sanitárias e fenotipagens de soja, algodão e milho", diz Heitor Dias, coordenador de Pesquisa da TMG.

• MENOS CO_2 A Nestlé reduziu em 15% as emissões de dióxido de carbono (CO_2) na captação de leite dos produtores parceiros para a fábrica da Ninho em Araçatuba (SP). O resultado vem do uso de um caminhão movido a gás natural veicular para o transporte do leite desde agosto passado. O veículo roda mensalmente cerca de 8 mil quilômetros e transporta mais de 600 mil litros de leite. A gigante de alimentos e bebidas estuda a expansão do projeto, até então piloto, para outras regiões.

DA AMAZÔNIA

PAULO SANTOS/REUTERS

Açaí está entre as frutas adquiridas pela Duas Rodas para produção de ingredientes e aromas para alimentos e bebidas

• NA MESMA TOADA. A Embrapa prevê finalizar este ano o protocolo de café de baixo carbono, conta à coluna Celso Moretti, presidente da estatal. A metodologia determinará as características do cultivo de um grão de baixa emissão de gás carbônico. "Estamos avançando para um modelo de sistema de produção que permita ter o café de baixo carbono e depois futuramente o carbono neutro", diz. Iniciativas semelhantes da Embrapa já existem para carne, leite e soja.

• LINHA CRUZADA. A HO Genética, marca de genética de soja da empresa Seedcorp/HO, acaba de fechar acordo de licenciamento de sua tecnologia para a SLC Sementes. Assim, a empresa do grupo SLC Agrícola poderá vender variedades com marca própria, mas genética da HO, que será remunerada com royalties, explica Fábio Ruggiero, diretor de Marketing e Licenciamento da Seedcorp/HO. Das sementes vendidas para a próxima safra, 2022/23, 28% devem ser da HO, prevê a SLC.

• ABRE O LEQUE. Fruto da fusão em 2017 das empresas Seedcorp e Horus Sementes, a Seedcorp/HO faturou R$ 653 milhões em 2021 no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Além da SLC Agrícola, tem acordos de licenciamento da marca HO Genética com sete empresas, como a Nutrien. Para 2022, a perspectiva é crescer 30%, atingindo faturamento de R$ 850 milhões e 10% do mercado brasileiro de sementes de soja. "Esperamos ter uma participação relevante na SLC Sementes", afirma.

GIRO

Premiação na Agrishow deve impulsionar agtech

TARVOS

A Tarvos, vencedora do primeiro Prêmio Agrishow de Startups, espera atingir um faturamento próximo de R$ 3 milhões neste ano, quase cinco vezes os R$ 670 mil de 2021, segundo Andrei Grespan, o CEO. Fundada há cinco anos e com Syngenta e FMC entre os clientes, a agtech faz análises e alertas sobre possíveis ataques de pragas a talhões.

VEM AÍ

Importação de fertilizantes segue no radar do mercado

EPITACIO PESSOA/ESTADÃO-22/7/2011

Produtores rurais e indústrias de fertilizantes aguardam os dados de importação de abril, que o governo divulga hoje. Pelos números, esperam mensurar como está o fluxo de adubos russos ao País em meio à guerra Rússia-Ucrânia e se há comprometimento de cargas. Os embarques por lá caíram.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 29/04/2022

Ibovespa: **107.876,16 PTS.** | Dia **-1,86%** | Mês **-10,10%** | Ano **2,91%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MULTIPLAN ON N2	24,65	4,01	42.240
3R PETROLEUMON	46,23	2,73	28.683
DEXCO ON NM	12,87	1,90	17.602

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BANCO INTER UNT	15,17	-7,16	25.487
LOCAWEB ON NM	7,17	-6,15	15.479
CIELO ON NM	3,40	-5,82	25.407

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

26/4 A 26/5	0,1538	0,9650	0,6546	0,5000
27/4 A 27/5	0,1568	0,9681	0,6576	0,5000
28/4 A 28/5	0,1609	0,9722	0,6617	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	32.977,21	-2,77	-4,91	-9,25
FRANKFURT - DAX	14.097,88	0,84	-2,20	-11,25
LONDRES - FTSE	7.544,55	0,47	0,38	2,17
TÓQUIO - NIKKEI	26.847,90	1,75	-3,50	-6,75

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,36	3.143,38
	15/5/2035	5,62	1.932,24
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,53	4.124,28
PREFIXADO	1º/1/2025	12,13	736,56
	1º/1/2029	12,09	468,10
SELIC	1º/3/2025	0,13	11.561,04

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	1,71	-	3,42	11,73
IGPM (FGV)	1,74	1,41	6,98	14,66
IGP-DI (FGV)	2,37	-	6,00	15,57
IPC (FIPE)	1,28	-	2,95	10,96
IPCA (IBGE)	1,62	-	3,20	11,30
CUB (Sinduscon)	0,27	-	0,83	10,77
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,45	-	1,31	4,19

Índices de reajuste do aluguel (Maio)

IGP-M (FGV)	1,1466	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica* Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 15. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20% MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (21/30)	12,47	0,34	7,04	36,28
CDI	11,66	0,00	0,00	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,35	4.180	19,05	19,55	0,36
CAFÉ NY*	JUL/22	222,10	98.091	217,80	224,40	2,07
SOJA CBOT**	MAI/22	17,083	6.548	17,070	17,278	0,10
MILHO CBOT**	JUL/22	8,14	675.589	8,095	8,245	0,00

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	191,16	-0,67	10,77
BOI Cepea/esalq, R$/@	334,85	0,47	6,74
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	88,25	-0,15	-11,56
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.287,35	0,60	60,67

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,9427	0,06	3,81	-11,36
DÓLAR TURISMO	5,1340	-0,29	4,35	-10,51
EURO	5,2130	0,42	-1,04	-17,44
OURO	298,000	0,00	2,05	-9,70
WTI US$/BARRIL	104,360	-0,15	3,38	36,53
BRENTUS$/BARRIL	106,890	-0,45	-0,66	36,98

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,0550	1,2576	0,2015
EURO	0,948	1,0000	1,1921	0,1910
FRANCO SUÍÇO	0,973	1,0264	1,2234	0,196
LIBRA ESTERLINA	0,795	0,8390	1,0000	0,1602
IENE	129,858	137,0140	163,3030	26,165

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS | FONTE: IDC

Aquisições Gigante digital

A trajetória do Twitter na Bolsa e os planos de Musk para a plataforma

Mercado financeiro vê com bons olhos a perspectiva de mudanças na empresa a partir dos planos ousados do dono da Tesla, que ofereceu US$ 44 bilhões pela rede social

LUÍZA LANZA

Não foi necessário acompanhar de perto as notícias do mercado financeiro para saber que o bilionário Elon Musk comprou o Twitter. O assunto movimentou a última semana, apesar de nas bolsas de valores dos Estados Unidos as ações da rede social terem se valorizado apenas a 0,18% no acumulado da semana, a US$ 49,02.

Na segunda-feira passada, o conselho administrativo da companhia aceitou a proposta de Musk de adquirir 100% das ações da empresa pela bolada de US$ 44 bilhões, encerrando uma negociação que já se estendia por duas semanas. Logo após o anúncio do acordo, a TWTR saltou quase 10% em Nova York. No Brasil, os BDRs (Brazilian Depositary Receipts) da companhia (TWTR34) se valorizaram 7,4%.

Musk já era dono de 9% do Twitter, mas a oferta para adquirir o restante da companhia só ganhou corpo depois que o executivo apresentou cartas de compromisso de instituições financeiras interessadas em financiar a proposta de compra, em um documento enviado à Securities and Exchange Commission (SEC), órgão que regula o mercado de capitais nos EUA.

A resposta positiva do mercado frente à proposta de Musk se deve, principalmente, ao histórico que o executivo tem na gestão das empresas que já possui, afirma Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. "Musk tem sido uma das referências, não só por sua personalidade, mas pelo sucesso e pela inovação das empresas, tanto a Tesla quanto a SpaceX. Como ele entrou no mercado de automóveis e fez uma empresa disruptiva, que hoje em dia é referência no setor, o mercado entende que ele pode fazer o mesmo com o Twitter", explica Cruz.

Mas o negócio ainda não está sacramentado e precisa da aprovação dos reguladores americanos. Nesse processo, a forma como essa compra está sendo financiada é um dos únicos pontos que podem jogar contra Musk, ressalta Andrey Nousi, CFA e fundador da Nousi Finance.

Para pagar parte do acordo de US$ 44 bilhões, Elon Musk abriu mão de parte de suas posições na Tesla, vendendo cerca de US$ 4 bilhões em ações. Nousi explica que, além do capital levantado nessa alavancagem, parte da compra do Twitter é colateral ao próprio negócio, enquanto outra vem dos financiamentos pessoais do bilionário.

Criado em março de 2006, o Twitter cresceu até alcançar 229 milhões de usuários diários pelo mundo, que discutem um pouco de tudo nas postagens de até 280 caracteres.

A companhia chegou à Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) em novembro de 2013, após arrecadar US$ 1,82 bilhão, no que foi o maior IPO (oferta inicial de ações) de empresas de tecnologia dos Estados Unidos desde a abertura de capital do concorrente Facebook no ano anterior.

MICHELE TANTUSSI/REUTERS

O bilionário Elon Musk quer tornar o Twitter 'politicamente neutro'

> ***"Fechando o capital, Musk consegue centralizar a tomada de decisão e pode fazer mudanças rápidas."***
> **João Beck**
> Executivo da BRA

Os resultados financeiros do Twitter, porém, não avançaram tanto no período quanto o alcance da plataforma indicaria. O valor de mercado da empresa saiu de US$ 35,3 bilhões no quarto trimestre de 2013 para R$ 39,7 bilhões no segundo trimestre de 2022, mostra um levantamento feito pela plataforma TC/Economatica a pedido do *E-Investidor*.

MUDANÇAS À VISTA. Elon Musk vem dando diversas indicações de suas intenções para a plataforma. Criptografar as mensagens diretas para garantir a privacidade dos usuários, derrotar os robôs de spam, autenticar os perfis reais e tornar o Twitter "politicamente neutro". Em um de seus tuítes recentes mais curtidos – com mais de 2 milhões de likes –, Musk brinca: "Vamos fazer o Twitter o mais divertido possível".

Essas mudanças são vistas com bons olhos pelo mercado financeiro, que, frente ao que Elon Musk já proporcionou em termos de inovação nas companhias que conduz, acredita que o bilionário pode ter planos ousados para o Twitter. "É mais provável que Musk seja lembrado pelo que fez na SpaceX do que Bill Gates ou Steve Jobs pelo fizeram em suas empresas", diz Guilherme Stuart, da RGS Partners.

Musk também já deixou clara sua intenção de fechar o capital da empresa. A decisão de retirar o Twitter da Nasdaq, onde as ações são negociadas, é vista como uma forma de facilitar futuras mudanças, já que qualquer novo direcionamento na empresa não precisaria ser explicado aos acionistas. "Fechando o capital, Musk consegue centralizar a tomada de decisão, podendo fazer mudanças mais rápidas e eficientes, sem ter de fazer uma abertura de todas essas decisões para os acionistas trimestralmente", explica João Beck, da BRA.

Esse é, inclusive, um ponto muito defendido por Elon Musk nos negócios que conduz. E isso não é necessariamente ruim, defende Stuart, da RGS. "Quando a empresa está listada na Bolsa, o executivo é medido e cobrado pelos resultados do trimestre, então a chance de conseguir fazer uma mudança dessa magnitude é muito pequena", diz. ●

Paolo Di Sora

‘A Bolsa está mais cara do que a renda fixa’

Diretor de investimento da RPS diz que China e queda das commodities afetaram o mercado nas últimas semanas

ENTREVISTA

Paolo Di Sora é sócio-fundador da RPS Capital, gestora com especialidade no mercado de renda variável

JENNE ANDRADE

Em abril, o mercado brasileiro passou por uma mudança de cenário. O Ibovespa desceu a ladeira e perdeu o patamar dos 119 mil pontos para os atuais 107,8 mil pontos, uma desvalorização de 10,1%. O saldo de investimento estrangeiro também sofreu correção. Depois de um primeiro trimestre de entradas com recorde, os gringos retiraram R$ 5,3 bilhões da Bolsa brasileira, a B3, até a última quarta-feira, dado mais recente disponível.

Paolo Di Sora, diretor de investimento e sócio-fundador da RPS Capital, afirma que o fraco desempenho é reflexo de duas grandes variáveis. “Dúvidas sobre a China e a queda no preço de commodities. Os dois fatores explicam 90% do movimento”, diz.

O executivo vê uma Bolsa pouco atrativa fora de setores defensivos. “Em termos de ativos de risco, é mais barato você comprar um juro prefixado do que uma Bolsa doméstica”, afirma. “A Bolsa doméstica está mais cara do que a renda fixa.” A seguir, os principais trechos da entrevista:

O Ibovespa fechou abril em queda de 10,1%. O que interrompeu a fase de altas do primeiro trimestre?

Dúvidas sobre a China e queda no preço de commodities. Esses dois fatores explicam 90% do movimento. A bolsa chinesa operada nos Estados Unidos está caindo 13% no mês. As commodities sofreram baixas importantes também, com Vale caindo 20% em dólar, a Rio Tinto caindo 15%, a BHP caindo 15%, todo esse complexo em forte realização em abril. Essa situação está muito associada à história da desaceleração da economia chinesa. O governo chinês tinha soltado um guidance (*projeções*) para o ano com um PIB de 5,5% que, considerando os dados desse primeiro trimestre, está muito longe de ser alcançado. Teriam de vir estímulos para eles conseguirem entregar essa meta, e isso não aconteceu.

RPS CAPITAL

‘Juro alto não combina com Bolsa valorizada’, diz Di Sora

O saldo de investimento estrangeiro na B3 ficou negativo em R$ 5,3 bilhões em abril. É o “início” do fim desse fluxo gringo ou uma correção pontual?

Vai depender muito se a China realmente entrar em uma trajetória de desaceleração mais forte, o que vai jogar as commodities para baixo de forma estrutural (*longo prazo*). Se estivermos vendo uma coisa mais conjuntural (*passageira*), a tendência é de que o governo chinês anuncie estímulos para voltar a acelerar o PIB. Em um mundo que não tem commodities do lado da oferta, o ciclo de commodities volta a ser uma tese mais positiva nesse segundo cenário.

O dólar vinha cedendo sobre o real no ano. Contudo, voltou a apreciar bastante. Qual a explicação para essa volatilidade no câmbio?

Houve uma pequena reversão dessa tendência porque a pauta de commodities começou a perder preço. Minério, petróleo, cobre e celulose caíram, e o apelo das moedas de países exportadores de commodities diminui. Paralelamente, estamos vendo uma apreciação do dólar frente a uma cesta de moedas fortes. O dólar está ficando forte porque o banco central americano está aumentando juros mais rápido e mais do que se esperava.

Nesta semana teremos reunião do Copom para definição da Selic. Como você vê esse cenário de inflação e de juros?

Temos de continuar vendo se os dados de inflação mais fracos se materializam. Por enquanto, toda semana os dados de inflação vêm mais salgados, o que dificulta o trabalho do BC. Juro alto não combina com Bolsa valorizada, mas nós estávamos sendo carregados pelos gringos e a visão positiva de commodities. Se essa reversão de cenário for estrutural, iremos viver o pior dos mundos: o investidor doméstico vai seguir preferindo renda fixa nesse momento de incerteza eleitoral, incerteza de inflação e com juros altos. E o gringo, que era o que estava segurando o nosso mercado, vai começar a tirar o Brasil do radar.

A Bolsa brasileira continua barata e atraente para o investidor estrangeiro, excluindo o setor de commodities?

Não, achamos que a Bolsa doméstica está mais cara do que a renda fixa. Em termos de ativos de risco, no Brasil de hoje é mais barato comprar um juro prefixado do que uma Bolsa doméstica. Continuamos gostando de NTN-B (Tesouro IPCA+). Achamos que o juro real no Brasil ainda é atrativo, gordo. Se você tiver títulos incentivados, nesse momento de incertezas, está fazendo mais sentido a renda fixa.

Como gerir o risco da carteira em um ambiente incerto, com grandes solavancos da Bolsa?

Seguimos investindo em setores que têm menos a ver com a economia como um todo. O valuation (*avaliação*) das empresas de commodities segue barato. Também gostamos do setor elétrico, estamos otimistas com a privatização da Eletrobras. Gostamos do setor de atacarejo, como o Assaí e vemos com bons olhos o setor de telecomunicações, com a consolidação da Oi pela TIM, pela Vivo e pela Claro, temos uma posição em TIM. Estamos preferindo coisas mais defensivas nesse momento. ●

Antonio Penteado Mendonça

Mudança de comando na CNseg

A CNseg é a Confederação Nacional das Seguradoras. Ela representa a nível nacional, além das empresas de seguros, a previdência complementar aberta, os planos de saúde privados e a capitalização. É a porta-voz de um segmento econômico com reservas de mais de R$ 1,5 trilhão, ou seja, está entre os maiores geradores de poupança do País, com uma característica muito importante: boa parte desses recursos é de longo prazo, o que faz do setor de seguros um canal de financiamento fundamental para obras de maturação mais lenta, notadamente as obras de infraestrutura.

Para dar a dimensão do setor, apenas as operadoras de planos de saúde privados pagaram em 2021 mais de R$ 200 bilhões para atender perto de 1 bilhão de procedimentos cobertos. É mais do que o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS), mas os números importantes não param aí.

Durante a pandemia da covid-19, as seguradoras pagaram R$ 6 bilhões em indenizações de seguros de vida para os beneficiários de vítimas do coronavírus. Importante frisar que esses pagamentos foram feitos apesar de as apólices de seguros de vida terem exclusão expressa para mortes decorrentes de pandemias e epidemias. Ou seja, as seguradoras foram além de suas obrigações contratuais e honraram sua responsabilidade social, pagando sem discussão indenizações que poderiam ser negadas para as mortes causadas pela pandemia.

Ao longo dos últimos anos, o presidente da CNseg foi Marcio Coriolano, um dos nomes mais respeitados do setor de seguros, ex-superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), diretor da Bradesco Seguros, profundo conhecedor dos princípios da atividade e hábil e competente gestor da entidade, desempenhando suas funções interna e externamente, dando à CNseg a efetividade necessária para administrar as demandas das empresas associadas, atender aos anseios do setor, interagir com os demais *players* da economia nacional e representar politicamente uma atividade relativamente pouco conhecida pela administração pública brasileira, que, por isso mesmo, não dá a ela a atenção que merece.

Agora, a CNseg troca o comando. No lugar de Marcio Coriolano, Dyogo de Oliveira assume a presidência executiva. Dyogo de Oliveira é dos mais destacados funcionários da administração pública federal, tendo, ao longo de sua carreira, participado diretamente da implementação de programas como o Plano de Aceleração do Desenvolvimento (PAC), o

As seguradoras pagaram R$ 6 bi em indenizações de seguro de vida relacionadas à covid

Minha Casa Minha Vida e o Cadastro Positivo e da privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Além disso, foi ministro do Desenvolvimento e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Reconhecido por sua competência, sua habilidade e sua capacidade agregadora, Dyogo de Oliveira, tendo no conselho da entidade o suporte do presidente Roberto Santos e do vice Ivan Gontijo, chega à CNseg com a missão de prosseguir a bem-sucedida gestão de Marcio Coriolano, aumentando a penetração do setor na sociedade e, concomitantemente, estreitando os laços com o governo. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Vida corporativa **Além das finanças**

Profissionais de marketing e de publicidade ganham espaço em conselhos

Estratégia de grandes empresas busca maior pluralidade de conhecimento e um olhar para a experiência do usuário

WESLEY GONSALVES

Em meio às discussões sobre a diversidade nos conselhos de administração de empresas, um tema que começa a aparecer com mais força é a pluralidade de conhecimento. Assim como questões de gênero e raça, as companhias começam a valorizar cada vez mais a pluralidade de experiências para além do conhecimento de mercado financeiro.

Dentro dessa tendência, companhias como Grupo Boticário, Westwing, Petz e Lupo começam a abrir espaço para profissionais que têm o marketing e a publicidade como seu principal ramo de atuação na hora de definir estratégias.

Foi mais uma mudança trazida ao mundo corporativo pela pandemia de covid-19. Diretora de desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Adriane Almeida acredita que a presença de profissionais de comunicação e marketing nos colegiados se intensificou após o início da pandemia.

"Olhar para a experiência do usuário está cada vez mais relevante. Com isso, os conselheiros da área da comunicação têm um valor especial, pois entendem o que as pessoas querem", afirma Adriane, lembrando que o perfil dos conselheiros varia de tempos em tempos, conforme a necessidade dos negócios.

DANIEL TEIXEIRA/ ESTADÃO

Renata Canto Porto; ex-VMLY&R está no conselho da Westwing

Vinda da publicidade e com passagem pela agência VMLY&R, Renata Canto Porto foi convidada há pouco mais de um ano a integrar o conselho de administração da Westwing. Única mulher no grupo, é a segunda pessoa com formação em comunicação. "Trazemos um olhar complementar com essa diversidade de pensamento, que enriquece as discussões", afirma.

NOVAS VOZES. Para o pesquisador em governança empresarial da FGV Marco Tulio Zanini, a busca por novas vozes é uma forma de olhar para as questões da empresa além das finanças. "Aumentar a diversidade dos conselhos consultivos é reduzir o risco das operações na organização", diz.

O especialista alerta que grupos estritamente financeiros podem não privilegiar decisões ligadas à imagem, como as ações ESG – sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança.

Ex-vice-presidente de marketing da Ambev e fundador da Adventures.Inc, Ricardo Dias foi convidado para o conselho da varejista Petz, substituindo um nome ligado às finanças. "É um movimento que acontece no mundo todo. As empresas estão percebendo que a construção de marca é um grande ativo e que é necessário ter alguém no *board* com essa preocupação", diz.

De olho nos talentos
Empresas como Boticário, Lupo, Westwing e Petz têm profissionais de comunicação no conselho

De olho em formas de inovação para o seu negócio, a gigante centenária do ramo de confecções Lupo é um dos nomes já consolidados que viram na diversidade uma forma de melhorar sua governança.

Após trabalhar com o publicitário Hugo Rodrigues, da WMcCann, a presidente da Lupo, Liliana Aufiero, decidiu convidá-lo para o conselho. "Trago minha inquietação como publicitário para pensar junto com os outros conselheiros", afirma Rodrigues. ●

C5 TV. 'Dear Mr Brody' traz história real de falsa promessa financeira
C8 Música. Matisyahu: o rap judaico
C8 Streaming. O trio criador do documentário 'Lobby do Batom'

CAMILLA MAIA

Antonio Meneses

Um violoncelo e duas gerações em diálogo

__A convite do 'Estadão', jovens violoncelistas entrevistam o mestre Antonio Meneses

J.F. DIORIO/ESTADÃO

Breno, Aurea, Meneses, Lucas e Enzo: sonhos, memórias e futuro

ENTREVISTA

Antonio Meneses é violoncelista brasileiro e professor na Suíça e na Itália. Já gravou cerca de vinte discos ao longo da carreira

JOÃO LUIZ SAMPAIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Se havia timidez, a turma soube bem disfarçar. Quatro jovens violoncelistas diante de um mestre do instrumento, o brasileiro Antonio Meneses. Desta vez, porém, não como alunos: como entrevistadores.

Meneses está completando 65 anos, 45 anos do primeiro lugar no Concurso de Munique e 40 do prêmio no Concurso Tchaikovsky. As duas vitórias lançaram uma carreira internacional que fez dele um dos maiores nomes do instrumento.

No começo de abril, o músico esteve em São Paulo para gravar com a Osesp na Sala São Paulo o *Concerto nº 1* de Villa-Lobos. E, lá, aceitou dar uma entrevista diferente.

A pedido do **Estadão**, ele conversou com Aurea Diovana, Lucas Sampaio Martins e Enzo Figueroa, alunos de violoncelo da Escola de Música do Estado de São Paulo, e Breno Barone, da Academia da Osesp. A seguir, os principais trechos da conversa.

Aurea – Como surgiu o seu interesse pelo violoncelo?
Não surgiu! Foi meu pai que um dia chegou com o violoncelo e me deu. Ele já havia ensinado eu e meus irmãos a ler música. E depois me deu o instrumento, que ele escolheu.

Lucas – E foi amor à primeira vista?
De jeito nenhum. Vocês sabem como é chato começar a estudar um instrumento de cordas. Mas quando minha professora passou a me dar algumas musiquinhas para tocar, o interesse aumentou.

Lucas – E como é hoje a relação com o instrumento?
Uma briga constante. Você está sempre tentando resolver problemas, se perguntando o que fazer para determinada passagem soar bem. Outro dia, estudando o Villa-Lobos, estava com uma dificuldade em uma passagem, desafinava, não ficava do jeito que eu queria.

Breno – Isso vale para o repertório mais tradicional?
Eu tenho a sensação de que tinha mais facilidade para fazer algumas coisas quando era jovem. Eu tinha menos conhecimento, mas os dedos eram mais ágeis. Então você precisa ir encontrando soluções que te ajudem a melhorar. Um músico nunca para de estudar, de buscar novas soluções.

Aurea – E tem algum repertório que te agrade mais?
Sim e não. É sempre um prazer tocar os concertos de Dvorak, Schumann, as sonatas de Beethoven, Brahms. Mas aquele repertório menos tocado, quando você consegue fazer bem, te dá enorme prazer.

Enzo – Você ainda fica nervoso antes de tocar?
Isso faz parte. Não conheço ninguém que entre feliz da vida no palco, sem ansiedade. Mas isso varia de pessoa para pessoa. E do repertório. O segredo é você se sentir seguro com a obra, o que só vem com estudo. E, na hora de tocar, você precisa se liberar e pensar: o que acontecer, aconteceu.

Aurea – Como foi a decisão de ir estudar na Europa?
Eu era um garoto. E estava acostumado a fazer o que as pessoas me diziam para fazer. Eu vinha de uma família com um pai autoritário. Quando o violoncelista Antonio Janigro veio tocar no Rio de Janeiro, fiz uma apresentação para ele, estava com 15 para 16 anos. E surgiu a possibilidade de ser seu aluno na Alemanha. Minha professora negociou tudo, alguém arrumou a passagem. Cheguei na Alemanha sem falar um pingo de alemão.

Breno – E foi difícil?
Eu não tinha bolsa de estudos, tinha apenas o dinheiro que guardei na poupança quando tocava na orquestra no Teatro Municipal. Faltava também a iniciativa de ir tocar na rua, ganhar um trocado. Ficava em casa estudando o dia todo. Nunca passei fome, mas foi difícil. Quando ganhei o concurso em Munique, a primeira coisa que fiz foi comprar um casaco de frio. Até então, imagina, usava uns dez pulôveres, um em cima do outro, um xale velho de alguém.

Juventude
Violoncelista chegou à Alemanha para estudar sem falar o idioma – e sem um casaco de frio

Enzo – E qual a lembrança que o senhor tem do Concurso Tchaikovsky?
Isso foi em 1982, ainda a União Soviética. Eu lembro de sentir uma tristeza nas pessoas, uma falta de esperança, mas estava ali para estudar, para me preparar. Havia um músico russo que já tinha ficado com o segundo prêmio na edição anterior, então todos esperavam que ele ganhasse. E o júri era todo soviético! Mas ganhei. E depois de muito tempo fiquei sabendo que antes de dar o resultado, o governo soviético foi consultado para dizer se podiam dar o primeiro prêmio a um brasileiro!

Breno – O senhor chegou ao topo da carreira. Como permanecer nesse topo?
Tudo o que você fizer na vida vai depender do amor que tem pelas coisas. Vai depender disso. Tocar violoncelo sempre foi o que eu mais gostei de fazer. Enquanto eu puder tocar, vai ser o mais importante da minha vida. E esse amor me faz querer tocar bem. Eu não posso imaginar tocar mal.

Aurea – Você conquistou muito ainda na juventude Era só dedicação?
Nunca é só uma coisa. Eu tive sorte de poder desenvolver cedo o amor pela música. Meu pai era muito musical, tocava, cantava, ouvia discos. A primeira fez que ouvi as suítes de Bach foi com ele. Isso talvez tenha feito com que eu entendesse que precisava tocar, que fazer música era como precisar tomar água. ●

Direto da Fonte
Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Djamila Ribeiro
Filósofa e escritora

'Mulheres negras são a base da pirâmide social'

Filósofa que é um fenômeno pop e de venda de livros abre instituto voltado para a educação, a formação cultural e a saúde de mulheres vulneráveis

HELENA WOLFENSON

ENCONTROS

Raro caso de acadêmica que também é um sucesso de público nas redes sociais – ela tem cerca de 1,2 milhões de seguidores no Instagram –, a filósofa, escritora e ativista **Djamila Ribeiro** expandiu ainda mais sua área de atuação. Abre na quinta-feira, em Moema, o Instituto Feminismos Plurais, voltado para a educação e bem-estar de mulheres socialmente vulneráveis, sobretudo as negras. "Fui formada por espaços como este", diz à repórter **Marcela Paes**. Leia abaixo a entrevista.

A sociedade civil vem se organizando cada vez mais para preencher lacunas deixadas pelo governo. Acha que esse é o caminho para melhorar o País?
Não, eu acho que as duas coisas podem funcionar juntas. Temos que cobrar do Estado, inegavelmente. Claro que estamos em um momento muito difícil no Brasil com o corte de políticas públicas. A demanda das pessoas por saúde e por educação é muito grande, tanto que no instituto também vamos oferecer atendimento psicológico e odontológico, mas acho que temos que continuar exigindo que o Estado amplie as políticas públicas, que cumpra seu papel. A sociedade civil deve se organizar para criar e para continuar cobrando até porque não temos como suprir a demanda.

O instituto vai atender mulheres socialmente vulneráveis, principalmente negras. Por que é importante olharmos especificamente para esse grupo?
Elas estão em situação mais vulnerável no Brasil porque são atingidas entre cruzamentos de opressões e têm menos acesso às políticas públicas, menos acesso a uma vida digna de fato. Claro que estamos abrindo a todas as pessoas socialmente vulneráveis, mas o foco são as mulheres. Não vamos negar atendimento a homens, mas teremos serviços que vão ser específicos para mulheres, sobretudo para as negras, que são a base da pirâmide social e que são as mais suscetíveis a uma série de violências sistêmicas no País.

Ao longo dos anos você expandiu sua área de atuação para muito além da academia. Gosta de diversificar?
Gosto de pensar que somos várias. Ao mesmo tempo em que eu sou escritora também publico autores. Sou professora e ao mesmo tempo também atuo em empresas. Não gosto de me colocar numa caixinha, é preciso olhar para todas essas perspectivas.

O que te dá mais prazer no momento?
Hoje é o instituto em si, que é a realização de um sonho, um lugar onde eu posso agrupar várias coisas como lançar livros, dar cursos e receber pessoas. O instituto é algo que tem tomado os meus dias com alegria, é a concretização do espaço físico em que eu posso colocar essas várias perspectivas juntas.

Você tem 1,2 milhões de seguidores nas redes. Quais as vantagens e as desvantagens da exposição?
Eu não sou uma pessoa que é famosa, sou uma pessoa reconhecida naquilo que faço. Acho que essa diferença é importante, porque um número grande de seguidores às vezes não quer dizer nada. A questão é como se usa. Eu uso como uma plataforma para divulgar meu trabalho, debater temas que acho importantes. O lado bom é que a gente consegue alcançar, evidentemente, um maior número de pessoas e talvez sensibilizar um grupo bem mais amplo. O negativo é essa coisa de muito ódio nas redes sociais, de fake news, de ataques muitas vezes impensados, desonestos. Toda pessoa visível de alguma maneira está propensa a receber esses tipos de ataques. A gente sente um pouco desse efeito colateral da acessibilidade.

Fama x reconhecimento
'Eu não sou uma pessoa que é famosa, sou uma pessoa reconhecida naquilo que faço'

Você se abala com isso? Como lida com as críticas?
Hoje em dia eu lido muito naturalmente. Entendi que faz parte. Infelizmente, nem todo mundo vai agir de maneira honesta nas redes sociais. Muita gente gosta de engajar conteúdos de ataques a outras pessoas e de mentalizar a vida dos outros para conseguir atenção. Com o tempo eu aprendi a lidar, isso não me afeta hoje como me afetou no início, quando eu estava me entendendo dentro desse universo. ●

Crônicas de SP*

Gilberto Amendola

Cada coisa tem seu cada qual

A moeda que caiu no vão do sofá – é sozinha.

O brigadeiro pisado no carpete felpudo – é sozinho.

A garrafa pet que navega o Tietê – é sozinha.

Uma tampa de caneta Bic mordida – é sozinha.

O guarda-chuva pingando na entrada da loja – é sozinho.

Um fone de ouvido quebrado – é silêncio.

O calendário do ano passado – é memória.

Um passaporte vencido – é saudade.

O buraco na parede – é ausência.

Um relógio sem ponteiros – é meio-dia.

O barulho da geladeira – é meia-noite.

Um copo sujo de café – é futuro.

A bengala cinza encostada na parede – é passado.

Fotografias de um amor perdido – é castigo

Um livro não lido – é ficção.

Um celular no modo avião – é viagem.

Um All Star desamarrado – é juventude.

Uma cortina que voa – é Aladdin.

Uma tesoura sem ponta – é precaução.

Um dedo postiço – é mágica (e também serve para nos lembrar que nem tudo precisa ter utilidade).

Cada coisa tem o seu cada qual. Ou pelo menos tinha. Não sei se hoje ainda é assim.

Antigamente, atrás da tampinha de Coca-Cola tinha uma figurinha ou um brinde – e isso era esperança.

> ***A mensagem pede que eu confirme que não sou um robô. Que eu não sou. A mão treme***

Antigamente, nos palitos de sorvete a gente lia que havia outro picolé nos esperando – e isso também era esperança.

Antigamente, eu esperava horas até carregar uma foto de mulher pelada no meu computador – e isso era resiliência (e esperança também).

Antigamente, para não pagar a viagem de ônibus, a gente descia por trás.

Antigamente, eu tinha uma vitrola da Gradiente. Nela, minha mãe ouvia Álibi, um disco lindo da Maria Bethânia – e desde muito novo cantava com ela: "de noite eu rondo a cidade e lá, lá, lá..."

Antigamente, a gente "andava de cavalinho" nos ombros do pai; aprendia a fazer barulho de peido com a avó (assoprando as costas da mão) e a beber espuminha de cerveja com o tio.

Antigamente, a gente escrevia cartas para o Papai Noel, para parentes do exterior, para garotas impossíveis e para o Porta da Esperança.

O e-mail guardado na caixa de rascunhos não é nada – e nem ninguém.

A mensagem no site pede para que eu confirme, com um clique, que eu não sou um robô. Que eu não sou.

A mão treme

Às vezes.

REPÓRTER DO 'ESTADÃO' E OBSERVADOR DA VIDA URBANA

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola • **TER.** Patrícia Ferraz • **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues • **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz • **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola • **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) • **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Artes *Exposição*

Rio exibe a arte da pintora Eleonore Koch, que vai ganhar um novo livro

FOTOS GALERIA ALMEIDA E DALE

Artista alemã, que morreu em 2018, tem 150 obras expostas no Museu de Arte do Rio, que serão mostradas em São Paulo

ANTONIO GONÇALVES FILHO

O Rio de Janeiro teve uma importância enorme na mudança de orientação da pintura de Eleonore Koch (1926-2018), artista alemã mais conhecida como Lore, que viveu oito anos na cidade antes de se radicar definitivamente em São Paulo. Também por isso, o Museu de Arte do Rio (MAR) abriga até 8 de maio a exposição Eleonore Koch: Espaço Aberto, a maior já montada após sua morte. Hoje um nome internacionalmente consagrado, Lore Koch, que morou em Londres e lá realizou algumas exposições, ganhou uma mostra abrangente que cobre todos os períodos de sua produção, destacando-se as obras produzidas no Rio entre 1960 e 1968.

Organizada pela Casa Stefan Zweig de Petrópolis em colaboração com a Galeria Almeida & Dale, a retrospectiva deve chegar a São Paulo em outubro, ocupando sua sede e ganhando ainda um novo livro bancado pela galeria. A cidade foi adotada por seus pais quando fugiam da perseguição nazista. A exposição conta com 150 obras pertencentes a colecionadores particulares, entre eles uma grande amiga de Lore Koch, Margrit Herzberg, cuja família desembarcou no Brasil na mesma época. Pertence a ela uma das raras telas de Lore que representam figuras humanas, um retrato de Djanira, filha de Volpi (1896-1988), pintado em 1955 – Lore foi a única discípula do pintor.

O período vivido no Rio de Janeiro, lembra a curadora da mostra Fernanda Pitta, "coincide com a maturidade de sua pintura e a expansão de suas temáticas". Na cidade, Lore, segundo a historiadora, "firma a gramática e o vocabulário de sua pintura, ganhando características próprias, independentes de seu mestre Volpi, no que diz respeito aos seus temas e às suas estratégias artísticas".

De fato, o olhar intimista de Lore Koch para interiores e naturezas-mortas muda de foco com a natureza carioca. É no Rio que surgem suas primeiras paisagens, depois aperfeiçoadas durante o tempo em que viveu em Londres como intérprete da Scotland Yard. Grande parte de sua produção inglesa foi destruída num incêndio (em 1980) do castelo do barão e colecionador Alistair MCalpine, com quem manteve um contrato de exclusividade de 1971 a 1977 – daí a quase ausência de obras inglesas desse período na mostra do Rio. As poucas que restaram vieram com ela quando retornou ao Brasil, em 1989, ou foram comercializadas por galerias londrinas (Redmark, Rutland, Barbican).

Organizada por núcleos – Rio de Janeiro, paisagens, interiores e naturezas-mortas – a exposição tem pinturas em têmpera, técnica que aprendeu com Volpi, e desenhos em variadas técnicas (pastel, carvão e guache), alguns modelos de composição que Lore Koch transformava com simples variações de cor. Lore foi uma pessoa extremamente solitária. Sua natureza-morta, de matriz morandiana, não é só uma evasão para o mundo metafísico, mas uma maneira de transformar o mundo real, conferindo aos objetos um poder de imagem imantada que beira a manifestação hierofânica

Carioca

O olhar intimista de Lore Koch muda de foco ao se fixar no Rio e começar a pintura de paisagens

Sua paisagem, embora baseada em fotografias (da própria artista) de lugares reais (o Jardim Botânico do Rio, o Regent's Park de Londres) tem igualmente algo de cenografia metafísica que sintetiza o ambiente por meio de uma seleção rigorosa de elementos – seja um vaso num parque, um píer distante numa praia isolada ou um poste no deserto do Arizona . Há inúmeros exemplos na mostra que remetem ao essencialismo dos ingleses Patrick Caufield e David Hockney, idolatrado por Lore Koch.

As paisagens do Rio não são menos melancólicas que as paisagens londrinas feitas por ela nos anos 1960, quando saiu do Brasil no auge da repressão militar. Embora não fosse militante política – em 1964 continuou pintando naturezas-mortas (há uma tela desse ano na mostra), alheia ao engajamento da arte pop. Em 1968, procurou um lugar civilizado para viver, Londres. As praias do Rio são representadas por um ou dois elementos (uma palmeira, uma barra de ginástica) e tons baixos. Nada muito diferente dos seus parques ingleses noturnos. Em suma: rigor e disciplina marcam a arte de Lore. Mesmo nos trópicos. ●

1. Natureza-morta de 1982, ano de sua última exposição em Londres

2. Vista da mostra no Rio

3. Um parque londrino

Eleonore Koch: Espaço Aberto
Museu de Arte do Rio (MAR). Praça Mauá, nº 5, Centro, Rio, telefone (21) 3031-2741. 5ª/dom. 11h/18h (entrada até 17h). Ingresso: R$ 20 e R$ 10 (meia entrada). **Até 8/5.**

VINCENT TULLO/THE NEW YORK TIMES

Arquivista da Columbia University abre, um mês atrás, uma das milhares de cartas escritas em 1970 a Michael Brody Jr. que prometeu doar sua herança de US$ 25 milhões

Streaming *Lançamento*

Nas cartas a Mr. Brody, uma desesperada corrida de sonhos e desilusões

No documentário, que acaba de entrar em cartaz na Discovery+, um desfile de dramas desencadeados por promessa de dinheiro

JENNIFER SCHUESSLER
THE NEW YORK TIMES

Certo dia, no início de janeiro de 1970, Michael James Brody Jr. desceu de um jato da Pan Am no aeroporto John F. Kennedy para o que seria um dos quinze minutos de fama mais curtos e estranhos da década.

Até então um obscuro herdeiro de 21 anos de um império de margarina, Brody estava voltando de sua lua de mel na Jamaica e, em um grande gesto romântico, comprou impulsivamente todos os assentos do avião para que ele e sua noiva pudessem voar para casa sozinhos. Após o desembarque, vestindo calça boca de sino e grandes óculos de sol verdes, anunciou aos repórteres que daria sua fortuna de US$ 25 milhões para pessoas comuns para espalhar amor e "curar os problemas do mundo".

Nos dez dias seguintes, Brody, com sua bela feição e os cabelos desgrenhados, apareceu nas primeiras páginas dos jornais e no *The Ed Sullivan Show*, onde dedilhou uma música de Bob Dylan em um violão de doze cordas. Multidões invadiram sua casa no condado de Westchester e seu escritório no centro de Manhattan, em Nova York. E havia também as cartas, dezenas de milhares, que foram se acumulando a ponto de o correio ameaçar queimá-las. Quase imediatamente, os cheques de Brody começaram a voltar e sua vida se desfez. E logo ele desapareceu das manchetes e da memória das pessoas.

Mas, em uma manhã recente, Thai Jones, curador da biblioteca de coleções especiais da Universidade Columbia, pegou um abridor de cartas semelhante a um bisturi, enfiou a mão em uma caixa de correspondência e respirou fundo.

"Aqui vamos nós", disse ele antes de cortar um envelope com um endereço de retorno marcado como "Pessoal e confidencial – para ser aberto apenas pelo destinatário". "Caro Sr. Brody," Jones começou a ler. Era um pedido de mil dólares de uma mulher cujo marido havia morrido e deixado uma montanha de contas.

Ele abriu outra carta, rabiscada por um homem do Brooklyn que lutava para sustentar seis crianças com salário de US$ 125 por semana. "Para provar que sou sincero", escreveu o homem, "você pode visitar meu apartamento a qualquer hora".

Foi o primeiro vislumbre de um tesouro de cerca de 30 mil cartas – a grande maioria ainda fechada – que foram doadas pelos cineastas responsáveis por *Dear Mr. Brody*, um documentário que já está em cartaz no Discovery+. No filme, as cartas (algumas lidas em voz alta por seus autores, rastreados pelos cineastas) fornecem um contraponto às vezes devastador ao conto selvagem da grandiosidade de Brody.

CÁPSULAS DO TEMPO. As cartas são parte mensagens em uma garrafa, parte jogo de salão voyeurístico, parte potencial riqueza para historiadores. "É muito, muito incomum colocar as histórias de pessoas comuns nos arquivos de uma maneira como essa, com milhares de pessoas escrevendo e falando sobre suas vidas", disse Jones.

As cartas, agora no acervo da Columbia, reapareceram uma década atrás, quando Melissa Robyn Glassman, produtora de *Dear Mr. Brody*, estava vasculhando um armário pertencente ao produtor de Hollywood Edward R. Pressman, que se preparava para doar seu arquivo à Academia de Artes e Ciências Cinematográficas. Em cima de uma prateleira, ela notou algumas caixas rotuladas "Cartas Brody". Dentro, havia pilhas e pilhas, todas endereçadas à mesma pessoa, com a data de janeiro de 1970 – e todas fechadas.

"Perguntei à esposa de Ed sobre elas", lembrou Glassman em uma entrevista em vídeo conjunta com Keith Maitland, o diretor do documentário. "Ela disse: 'Oh, eu estou tentando fazer Ed jogá-los fora há anos!'."

Pressman havia adquirido as cartas no início dos anos 1970, juntamente com os direitos de um roteiro sobre Brody, que ele imaginava transformar em uma comédia sombria no estilo Billy Wilder. "Imaginei Richard Dreyfuss" como a estrela, disse Pressman em entrevista (Brody morreu em 1973).

Na história de Brody, que se desenrolou em menos de duas semanas, certamente não faltaram reviravoltas malucas. Poucos dias depois de aparecer no programa de Ed Sullivan, ele conseguiu um contrato de gravação e gravou várias faixas, incluindo uma chamada *The War Is Over*. "Não estou dando dinheiro", disse ele a um repórter da CBS. "O que estou entregando são bons sentimentos pela humanidade."

Mas a história tomou um rumo mais sombrio. Um artigo no *The New York Times* na manhã seguinte à sua aparição na TV citou Brody dizendo que havia anunciado sua grande oferta "enquanto estava drogado". "Que piada eu fiz para o mundo!", disse ao repórter – um funcionário de seu banco chamou suas afirmações sobre o tamanho de sua fortuna de "exageros grosseiros".

> ***"É muito, muito incomum colocar as histórias de pessoas comuns nos arquivos de uma maneira como essa, com milhares de pessoas escrevendo e falando sobre suas vidas"***
> **Thai Jones**
> **Curador da Biblioteca de Coleções Especiais da Columbia University**

Glassman começou a levar as cartas para casa à noite. "Fiquei obcecada", disse ela. "Comecei a abri-las com minha mãe." Os cineastas rastrearam o filho de Brody, que contou ter achado outras cem mil cartas, que entregou a um roteirista que também tentou fazer uma cinebiografia.

PROSAICAS. *Dear Mr. Brody* oferece fotos caleidoscópicas de envelopes decorados com rabiscos e adesivos. A maioria das cartas, ainda não abertas em Columbia, é mais prosaica, embora muitas tenham sinais de paz desenhados nos selos.

Uma hora e meia abrindo cartas rendeu muitas histórias de dívidas, doenças e desespero. Mas também havia crianças pedindo dinheiro para brinquedos, pedidos de ajuda para pagar as mensalidades da faculdade, para começar "uma estação de rádio de hard rock em uma cidade universitária" ou um jornal no Alasca. "Vamos encarar", escreveu uma mulher de 24 anos no East Village de Manhattan, "nós também gostaríamos de ir a uma ilha e fazer amor!"

No documentário, os cineastas se concentram em histórias individuais emocionantes, como a mãe e a filha que escreveram cartas, sem o conhecimento uma da outra. Mas também descobriram grupos que apontam temas mais amplos. Um grupo de cartas dos filhos de trabalhadores migrantes em Immokalee, Flórida, descreve sem rodeios a violência e o alcoolismo desenfreados em sua cidade.

Abrir as cartas pode ser mágico, mas também é exaustivo. Depois de uma hora e meia, Jones disse que se sentiu esgotado. Mas também foi difícil parar. "Existe uma regra com a pesquisa de arquivos", disse ele. "A última coisa que você abrir será a melhor." ● TRADUÇÃO DE JOÃO LUIZ SAMPAIO

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Sagrado e profano
Vênus ingressa em Áries; Lua cresce em Gêmeos

Que este dia te sirva para te autorizares a voar alto e evitar cair na tentação de te acomodares na normal mediocridade, essa que banaliza e profana tudo, em nome de não reconhecer o que é sagrado e, assim, não ter de fazer o divino sacrifício de melhorar a cada dia.

Tua mente vagueia em busca de entretenimento e, se não tomas cuidado, farás dessa busca a coisa mais importante da existência, desalojando o sagrado de tua vida, te dispersando em excitações que parecem valiosas, mas que o tempo te mostrará serem banais e superficiais.

Não há nada errado em descansar e te entreter, desde que preserves em tua arquitetura mental o conceito que distingue o profano do sagrado, porque, se exorcizas o sagrado de tua vida, tudo irá se banalizando e um dia acordarás com a alma vazia. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Muitas dúvidas novas se agregam aos dilemas antigos, e seria interessante você tomar um pouco de tempo para se debruçar sobre elas, em busca de respostas sinceras, honestas e transparentes. Muitas descobertas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

O bom trânsito entre as pessoas faz com que muitas portas estejam abertas e receptivas aos seus anseios. Porém, você precisa tomar a iniciativa e ir em busca dessas pessoas, sem esperar que elas façam convites.

LEÃO 22-7 a 22-8

Pensar coisas lindas é um bom começo, porque com bons pensamentos seu ânimo melhora, e com ânimo melhorado, você pousa um olhar mais compreensivo nas circunstâncias e, principalmente, nas pessoas envolvidas.

LIBRA 23-9 a 22-10

O bom entendimento entre as pessoas é fundamental, mas isso não quer dizer que, mesmo com todo mundo sabendo disso, que as pessoas façam seu melhor para o entendimento acontecer. Às vezes, é necessário forçar um pouco.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Busque beleza, se nutra com beleza, seja essa cosmética ou estética, seja a beleza do pensamento ou a beleza do tato. Sua alma precisa se sentir bem, e esse é um direito inalienável de todo ser humano.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

O bem-estar começa arrumando bem os ambientes onde você passa a maior parte do tempo e, também, conectando esses ambientes para que o movimento entre uns e outros seja o mais harmonioso possível. Propicie o bem-estar.

TOURO 21-4 a 20-5

Se as coisas mais lindas que você pensa e sente não encontram eco em nenhuma das pessoas com que você se relaciona, das duas, uma, ou você sai em busca de alguém com quem compartilhar, ou se delicia em sua solidão.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Um pouco de sorte será sempre bem-vindo, mas é preciso ter em mente que a sorte é autossuficiente, não admite ser controlada por nada nem por ninguém, senão perderia seu status de sorte e se converteria em outra coisa.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Investigue suas suspeitas, porque é tentador julgar e condenar sem provas, mas isso não seria digno de você, e complicaria o cenário atual. Investigue tudo, nada dê por sabido nem muito menos por garantido. Em frente.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Dedique seu tempo a organizar as coisas que normalmente não mereceriam seu olhar, porque você as exercita de forma automática, sem prestar atenção alguma. Pois bem, prestando mais atenção, tudo funcionará melhor.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Compreender mais e criticar menos, essa mudança de arquitetura mental facilitará muito as coisas, especialmente no que diz respeito a esses assuntos familiares que são tratados de maneira visceral.

PEIXES 20-2 a 20-3

Se o dinheiro se converte numa preocupação, isso é resultado da maneira com que você o pensa, porque, tecnicamente, o dinheiro foi inventado para ser solução, e não problema. Importante mudar o ponto de vista.

Cinema **Polêmica**

Bill Murray admite conduta inapropriada que suspendeu filme

Gravações de 'Being Mortal' foram interrompidas após ator ter feito 'algo que achou que seria engraçado e não foi'

O ator Bill Murray falou pela primeira vez desde a suspensão do filme *Being Mortal* (*Ser Mortal*, em tradução livre), admitindo uma conduta inapropriada com uma colega durante as gravações. "Eu fiz algo que achei que era engraçado, e não foi levado desta forma".

"O mundo está diferente do que era quando eu fui uma criança. O que eu sempre pensei que fosse engraçado como menininho não é necessariamente o que é engraçado agora. As coisas mudam, o tempo muda, e é importante para mim perceber isso", continuou o ator em entrevista à CNBC no sábado, 30.

A Searchlight Pictures confirmou que a produção foi suspensa, mas até agora se recusou a elaborar mais sobre o assunto, citando a existência de um inquérito em andamento. "O estúdio quis fazer a coisa certa", salientou Murray sobre a investigação. Não se sabe se o filme será retomado, ou se o ator permanecerá no elenco.

O site de entretenimento Deadline noticiou que a reclamação contra Murray foi feita no mês de abril, fazendo com que a produção fosse paralisada na última semana. *Being Mortal* ainda conta com nomes como Seth Rogen, Keke Palmer e Aziz Ansari, que está escrevendo, dirigindo e produzindo o longa.

A produção começou em Los Angeles em março e o filme estava programado para ser lançado nos cinemas em 2023. O longa é baseado no livro de não ficção sobre tratamentos terminais *Mortais – Nós, A Medicina e o Que Realmente Importa No Final*, de autoria do cirurgião e escritor Atul Gawande. ● AP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Injúrias são os argumentos dos que não têm razão"* **F. Fénelon**

Música *Lançamento*

Matisyahu volta com novo álbum e de visual sem vestígios do judaísmo

Disco do ex-rapper judeu ortodoxo reforça a mescla com o reggae de outros álbuns: 'Parei de procurar por uma grande verdade'

JULIO MARIA

Um rapper judeu ortodoxo parecia trazer confluências aceitáveis demais para que aquilo durasse por muito tempo quando o jovem Matthew Paul Miller, da Pensilvânia, apareceu sob o pseudônimo de Matisyahu. E assim foi. Matisyahu, o improvável, seguia fiel às crenças do judaísmo enquanto empunhava microfones tentando não trair muitos preceitos sagrados em festivais pelo mundo. Seu rap dava tão certo quanto seus estudos, até que a vida trouxe outras revelações.

Matisyahu tem hoje 42 anos e não usa mais cachos, quipá nem nada que lembre as origens judaicas. Segue falando com paixão e cantando com alguma indignação ainda que sem os messianismos que o rap alimenta para fortalecer seu discurso. Seu sétimo álbum acaba de ser lançado com mensagens de superação e positivismo. Vem produzido pela dupla colombiana Salt Cathedral, com três singles já pelos ares: *AM_RICA*, *Keep Coming Back For More* e *Chameleon*.

CHARLES VIDAL

Matisyahu cita o rapper Drake como um nome que vem mostrar outra imagem de judeu na cultura pop ocidental

Ao **Estadão**, ele fala sobre o que o fez deixar o judaísmo ou ao menos ostentá-lo: "Chegou um momento em que parei de procurar por uma grande verdade e comecei a buscar aquelas 'pequenas verdades'". Se há conexões entre o rap e o judaísmo: "O rap é um estilo de música e o judaísmo é mais do que religião. As junções se dão pelos jovens judeus que cresceram nos anos 90, 2000 e que hoje vivem em uma sociedade altamente influenciada pelo rap." Ele cita Drake, filho de mãe judia. "Um nome como Drake, por exemplo, é importante. Ele tem conseguido criar basicamente o seu próprio gênero musical."●

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

Tipo de recipiente retornável (pl.)
Quinta nota musical
Lusitano
Exerce atividade
Sucede ao "M"
Homenagens a soldados por atos de bravura
Com a ponta para cima (o nariz)
Código da Rússia, na internet
Objeto para afinar o lápis
Sílaba de "urnas"
Propor
Pelado; despido
Fonte de oxigênio
Em (?) de: em favor de
Dígrafo de "barro"
Curar
(?)-mail, correio da internet
Veste esportiva unissex
Épocas históricas
Post-(?), adesivo
Colidiu (o automóvel)
Propriedade do ímã
Primeira pessoa do plural (Gram.)
(?) Ben, cartão-postal
Tecla de televisores
Produto da transpiração
Outro nome da anta
Proibição; suspensão
Consoantes de "lata"
Fixo a pontaria
Fita (?): durex
Forma do decote pronunciado
Relativo à pátria
Perdoei
Unidades da Informática
Ave colorida do Brasil
Capital da Áustria
Bolo recheado
A tampa do motor
Remo, em inglês
Liga; junta
Fala para que outro escreva
Oficial (abrev.)
Rádio (símbolo)
Dudu Nobre, cantor
Satisfazer a pergunta
Cobertura de circos
Difamação; calúnia

ÚNE

BANCO 2/it. 3/big — car. 4/bits — prol. 5/short.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nível Fácil

7				8		6	4	2
		8						1
	4				1	3		7
				1		7		
8			3		2			9
		6		7				
3		5	8				2	
6						9		
4	9	7		2				5

SOLUÇÕES

Radar do streaming

Por Simião Castro

TWITTER

FACEBOOK

NETFLIX

Tentei encontrar defeitos em 'Heartstopper' e falhei

A série *Heartstopper*, da Netflix, é daquelas joias raras que aparecem de vez em quando. E o sucesso é concreto: 100% de aprovação no Rotten Tomatoes, site gringo que avalia cinema e TV, sétima série mais vista globalmente na plataforma já na primeira semana. Além disso, desde o lançamento em 22 de abril, é só do que fala o Twitter. No TikTok, com certeza, a trama foi unanimidade. Sem muita enrolação, é a história de dois adolescentes descobrindo o primeiro amor. Acontece que os dois são homens e vêm junto todos os conflitos de lidar com o despertar da sexualidade. Mas não com o drama que estamos acostumados e cheia de virtudes. ●

● LEVEZA NA ANGÚSTIA

Seguir Charlie Spring e Nick Nelson é um alívio, porque a trama já meio entrega que você não precisa se preocupar com a morte de alguém no fim. É uma história para ver feliz, mesmo nas passagens confusas, complicadas ou revoltantes. É uma história de empatia e amor. Mas, acima de tudo, uma história de conforto. Mas, não há negação da realidade: mais um mérito. Nenhuma vida adolescente é só sossego. O bullying, conflitos, crises e violência também aparecem.

● MODELOS MELHORES

A trama vem das mãos de Alice Oseman, que começou a escrever no Tumblr. Mais Gen Z, apenas se fosse nativa do TikTok. Ela tem 27 anos e se identifica como pessoa não binária. A adolescência passou, a história cresceu e hoje já são diversos livros e HQs publicados. Entre eles, *Heartstopper*. É inspirador ver que novas gerações terão essa referência. Um romance de transição, o conto de fadas que a maioria daqueles da comunidade LGBT nunca teve nem terá. É um indício de novas e melhores referências. Sem estereotipo, deboche e discriminação. Mais realismo na tela com o retrato de relacionamentos saudáveis além do padrão, com professores acolhedores, pais decentes e um detalhe primoroso: Olivia Colman. Arrebate-se.

● ESTÍMULO AO SONHO

Apresentando Nate é o típico filme alto astral de Sessão da Tarde. A comédia musical muito fofinha acompanha Nate quando foge escondido com a amiga Libby para Nova York tentando uma audição na Broadway – o sonho da vida dele. O garoto de 13 anos se inspira na tia, Heidi, interpretada por ninguém menos que Lisa Kudrow. A Phoebe de *Friends*.

● CHOQUE DE REALIDADE

Muito divertido, o filme da Disney+ agradou a críticos e usuários do Rotten Tomatoes, com 80% de aprovação na média. É interessante que não fica só no delírio juvenil de Nate atrás do sonho. Tem muito pé no chão nas entrelinhas: a subtrama de Heidi é um choque de vida adulta, evidenciando que às vezes é necessário pagar o aluguel. Um lembrete de que sucesso é relativo, talvez não chegue para todos ou não do jeito planejado.

● SAY GAY, SIM!

É também um contraste da Disney, que financiou políticos defensores do projeto 'Don't say gay' nos EUA, mas também passa mensagens pró-diversidade em suas produções. Nesta, por exemplo, não apenas o protagonista não é construído em um pressuposto hétero, como há sinais nem tão sutis de um espectro afetivo mais amplo.

● LIÇÕES

A fábula 'coming of age' de uma sensibilidade ímpar chegou ao streaming. As personagens que amamos crescem em *Turma da Mônica: Lições*. A sequência repete o sucesso do primeiro filme, *Laços*, e eleva as relações, ainda focadas na amizade, mas com novas camadas. Veja logo, no Amazon Prime Video.

Streaming *Documentário*

Filme recupera a luta feminista pós-ditadura

'Lobby do Batom', de Gabriela Gastal, reúne nomes como Ruth Escobar e Benedita da Silva e já está na Globoplay

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O movimento que impulsionou a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, soava tão barulhento aos ouvidos machistas no Congresso que foi apelidado de "lobby do batom". As mulheres, lideradas pela atriz luso-brasileira Ruth Escobar, incorporaram a expressão. Esse também é o título do documentário de Gabriela Gastal, com roteiro de Christiana Albuquerque e produção de Renata Fraga, disponível na Globoplay.

O filme narra, com detalhes, a luta de um grupo de mulheres que conduziram um dos mais bem-sucedidos movimentos pelos direitos femininos no País. Além de Ruth Escobar, integravam o grupo a deputada Benedita da Silva, a socióloga Jacqueline Pitanguy, as advogadas Anna Maria Rattes, Comba Marques Porto e Leila Linhares Barsted, a economista Hildete Pereira de Melo, a escritora Marina Colasanti e a pedagoga Schuma Schumaher.

MAPA FILMES

Marina Colasanti integra grupo de combatentes em 'Loby do Batom'

O grupo se forma e atua num momento muito particular da história brasileira. Depois de 21 anos de ditadura, o País voltava à democracia e preparava-se para elaborar uma nova Constituição. Era um período efervescente, de ampla discussão, com diversos grupos sociais discutindo intensamente suas reivindicações para que a nova Carta Magna fosse de fato expressão daquele momento de superação.

Nessa luta parlamentar, as mulheres conseguiram boa parte de suas reivindicações. Por exemplo, o artigo 5.º da nova Carta prevê direitos e deveres iguais para homens e mulheres. Ao longo do filme, elas lembram que, pela legislação de 1916, a mulher se subordinava ao marido quando se casava. Ele era o "chefe da família" e tinha poder de decisão, inclusive sobre os bens herdados pela esposa.

Desde então a sociedade evoluiu. Mesmo sob ditadura, o Brasil não se isolava do mundo e da mudança de ares trazida pelos libertários anos 1960 e 1970. No entanto, persistia por aqui o ranço de um patriarcalismo ancestral. Pode-se dizer que, ainda acobertado, persiste até hoje. A deputada Benedita da Silva lembra um pequeno "sintoma" desse mundo centrado nos homens – "Não havia sequer um banheiro para mulheres na Câmara", diz. Não havia porque supunha-se que aquele era um hábitat exclusivo dos homens que comandam o mundo, e não incluía mulheres.

O documentário de enxutos 60 minutos é bastante simples. Traz material de arquivo e entrevistas recentes das mulheres envolvidas nessa luta histórica – menos de Ruth Escobar, falecida em 2017. Justo ela, definida pelas companheiras como a mais aguerrida, um verdadeiro "trator" na defesa das ideias do grupo. Apesar de simples, esse formato é eficaz, graças à vivacidade dos depoimentos e à maneira como eles são encadeados pela montagem do documentário. O filme dá ideia perfeita da trajetória e das dificuldades dessa luta.

Elas lembram que a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), uma espécie de Ministério da Mulher, era uma promessa de Tancredo Neves na transição do regime militar para a democracia. Com a morte de Tancredo, assumiu José Sarney como primeiro presidente civil pós-ditadura. Elas foram cobrar do novo presidente. Lembraram da promessa de Tancredo e ameaçaram: "Se o senhor não criar o CNDM, nós vamos acampar na porta do Palácio do Planalto e o senhor não terá mais sossego". Assim, o CNDM ganhou existência legal e orçamento.

Período efervescente
Filme reflete o momento em que a sociedade se preparava para criar uma nova Constituição

O Lobby do Batom sabia que pressão e união são pré-requisitos da ação política, junto com a sabedoria e a percepção do momento justo para agir. Com disposição e inteligência, realizaram conquistas importantes. Conquistas que, como outras, encontram-se sob ameaça no quadro atual de retrocesso. ●

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

Mesmo em um ano difícil e repleto de desafios, por conta da pandemia e do cenário macroeconômico, a Pernambucanas conseguiu manter seu compromisso de estar no maior número possível de lares brasileiros.

Em 2021, batemos o recorde de abertura de lojas em um único ano: foram 56 lojas inauguradas, com expansão para 4 novos Estados e a consolidação da presença da marca em todas as regiões do país. Foi, ainda, o ano em que celebramos nosso retorno ao lugar onde tudo começou: com enorme orgulho, a Pernambucanas voltou ao Estado de Pernambuco. Adicionalmente, nesse ano, também inauguramos mais 3 Espaços Disney: no centro de Belo Horizonte em Minas Gerais, em Copacabana no Rio de Janeiro e no Shopping Riomar Recife em Pernambuco.

Para nós, essa expansão é fundamental, pois além de levar a marca Pernambucanas a mais famílias brasileiras, ela diz muito sobre o cumprimento de nossas responsabilidades socioeconômicas. Em 2021, criamos mais de 1.400 empregos diretos, ajudamos a criar mais de 6.000 vagas indiretas, chegamos a 31 de dezembro com mais de 16.000 colaboradores engajados e comprometidos com a nossa cultura, além de fecharmos o ano com o excelente e-NPS de 91[1].

Mais: completamos o processo de contratação de trabalho em regime intermitente, que estava em vigor para as lojas em 2020 e em 2021 foi implementado em nosso escritório central. Isto trouxe flexibilidade à operação, a um custo menor, e nos permitiu gerar oportunidades para pessoas interessadas em trabalhos com horários mais flexíveis. Contribuímos com a geração de renda extra e conseguimos promover importantes benefícios para a saúde mental dos colaboradores.

Outro ponto de destaque foram as iniciativas da nossa fintech Pefisa, que inaugurou 3 novas lojas no Estado de São Paulo. A Pernambucanas é a primeira empresa do varejo a oferecer aos clientes um espaço financeiro exclusivo para atender pessoas físicas e jurídicas. E, vale dizer, trata-se apenas do começo de um plano que busca a definitiva democratização dos serviços financeiros no país, com a preocupação de oferecer atendimento próximo e humanizado. Por meio da Pefisa, fomos a primeira varejista brasileira a conceder empréstimos com garantia do FGTS, e ampliamos nosso atendimento às empresas. Inovamos e expandimos a oferta de produtos financeiros, e lançamos nosso primeiro cartão atrelado a uma conta digital aceito fora da nossa rede. Um cartão que, além de aliar as funções de crédito e débito, pode ser utilizado por QR Code. Mais uma vez, fomos a primeira varejista a trazer essa facilidade para nossos clientes. Além disso, fizemos parcerias importantes com a Autopass, para a emissão do Cartão TOP, e com a Cliqx, para a emissão de QR Codes que facilitam a vida de quem utiliza transporte público em Curitiba[1].

Ainda sobre novas iniciativas: investimos cerca de R$ 10 milhões em tecnologia, treinamentos e processos para o lançamento do programa de Revendedores, que abre um novo canal para a comercialização de peças de vestuário, calçados e eletroportáteis, além dos produtos financeiros disponibilizados pela Pefisa. Com isso, entregamos ainda mais facilidades aos nossos consumidores e proporcionamos renda extra aos nossos parceiros. Fomos a primeira empresa do varejo a ter um chip telefônico próprio e investimos em inovação para a criação de produtos e serviços digitais, sem jamais deixar de priorizar o atendimento humanizado que é parte essencial do DNA Pernambucanas. Falando em atendimento, em um momento em que estamos cada vez mais digitais, mais de 50% do nosso atendimento já é digital. Nesse ano, também tivemos o recorde das nossas vendas *figital* (*mix* entre a venda digital e a venda física), correspondendo a 17,1%, resultado de uma estratégia assertiva que estamos desenvolvendo[1].

Outro recorde: ao longo do ano, os colaboradores da Pernambucanas acumularam mais de 1,3 milhão de horas de treinamento em nossa Universidade Digital. Com aplicação, garra e comprometimento, fechamos 2021 com a formação de 56 gerentes no Programa de Gerente Trainee e mais de 250 profissionais na posição de líderes, além de implementarmos o Programa de Formação de Gerentes Executivos. A Pernambucanas reconhece seus talentos internos e não abre mão em oferecer oportunidades para crescimento dentro de casa[1].

Com muito orgulho, terminamos o ano com mais de 130 mil peças produzidas em nossa oficina, resultado de um programa criado em parceria com o SENAI e que oferece cursos profissionalizantes para pessoas desempregadas, dando-lhes a chance de voltar ao mercado de trabalho. Essa iniciativa, além de promover a capacitação e o desenvolvimento profissional, também tem como objetivo preservar o meio ambiente e poupar recursos naturais, por meio do reaproveitamento de matérias-primas diversas. Atualmente, 80% dos móveis que equipam nossas lojas são frutos desse projeto[1].

Ainda sobre ações de ESG: em 2021 assinamos, junto com a ABVTEX, o movimento ModaComVerso, reforçando nosso compromisso com as boas práticas trabalhistas e com a execução de uma política justa, ética e humana em toda a cadeia têxtil. A Pernambucanas está totalmente conectada com o movimento por uma moda socialmente responsável[1].

Em 2021, ganhamos prêmios. Vários. E todos muito importantes. Prêmio de Ética nos Negócios, do Instituto Brasileiro de Ética. O Prêmio Valor Inovação nos indicou, pela terceira vez consecutiva, como uma das empresas mais inovadoras do país. The Walt Disney Company Brasil nos elegeu a melhor empresa em experiência para o consumidor. Pelo segundo ano seguido, recebemos o Prêmio do Grupo Padrão, em parceria com a Opinion Box e SKS CX – instituições especializadas em pesquisas de mercado –, como uma das empresas de varejo de vestuário que mais respeitam o cliente. Também recebemos do LIDE Rio de Janeiro o Prêmio Líderes do Rio 2021, em que destaca empresários, empresas, instituições e empreendedores que contribuem ativamente para um melhor cenário de negócios no Estado. Consideramos esses prêmios provas concretas de que estamos no caminho certo, e que o relacionamento firmado com as famílias brasileiras, baseado em transparência e confiança, tem sido bem avaliado e devidamente reconhecido.

Também ganhamos o prêmio Melhor Líder de Cultura, do *Workplace*, pelo engajamento da liderança no processo de disseminação da cultura da empresa. E o maior de todos os reconhecimentos veio, justamente, da nossa imensa equipe de colaboradoras e colaboradores: a Pernambucanas foi eleita uma das 25 melhores empresas do país para se trabalhar. Nossa marca foi a única varejista de moda citada entre as vencedoras no *ranking* do *site* de vagas Indeed, que leva em conta, exclusivamente, opiniões espontâneas de atuais e ex-colaboradores, para a avaliação de critérios como gestão, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, cultura, salários e oportunidades de carreira[1].

Nosso time também se engajou para ajudar o próximo. Em parceria com a Editora Mol, e com o entusiasmado apoio de toda a nossa equipe, produzimos o livro "Um Elogio Muda Tudo". A receita obtida com as vendas desses livros foram doadas ao Hospital do GRAACC, a fim de apoiar a luta contra o câncer infantil. E encerramos o ano lançando um calendário especial e inspirador, "Amanhã Vai Ser Outro Dia", cuja receita de vendas também foi destinada ao Hospital do GRAACC.

Portanto, embora diante de um cenário adverso e desafiador, nosso time composto por mais de 16 mil integrantes, que vestem a camisa com amor e trabalham com imensa paixão, continua firme e motivado para cumprir sua tarefa de levar a Pernambucanas ao maior número possível de lares brasileiros, criando oportunidades, gerando desenvolvimento e impactando de forma positiva a vida de milhares de famílias brasileiras[1].

(1) Números não auditados

São Paulo, 28 de abril de 2022.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	381.218	754.845	1.259.143	1.514.889
Contas a receber de clientes	6	591.298	761.991	2.189.214	2.320.348
Estoques	7	425.794	378.270	521.878	443.311
Impostos a recuperar	9	164.307	296.079	105.379	240.509
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	48.212	37.089	108.650	93.198
Instrumentos financeiros derivativos	10	8.648	143.347	8.648	143.347
Outros créditos	11	71.000	81.878	174.767	178.978
Total do ativo circulante		1.690.477	2.453.499	4.367.679	4.934.580
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	10.053	-	10.053	44.913
Contas a receber de clientes	6	-	-	46.543	74.127
Impostos a recuperar	9	138.091	122.471	217.671	195.822
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	146.577	-	146.577	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	230.047	177.582	499.541	461.477
Depósitos judiciais	19	48.900	66.920	49.384	67.358
Outros créditos	11	57	3.019	15.913	10.261
Total do ativo realizável a longo prazo		573.725	369.992	985.682	853.958
Propriedade para investimentos	13c	-	-	156.499	156.894
Investimentos	13	1.121.237	997.968	-	-
Imobilizado	14	561.102	462.672	651.429	594.212
Direito de uso	15	1.397.183	1.077.186	1.397.183	1.077.186
Intangível	16	183.004	91.385	318.643	174.991
		3.262.526	2.629.211	2.523.754	2.003.283
Total do ativo não circulante		3.836.251	2.999.203	3.509.436	2.857.241
Total do ativo		5.526.728	5.452.702	7.877.115	7.791.821

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	17	988.138	1.088.484	1.766.539	2.009.725
Empréstimos e financiamentos	18	443.320	538.985	969.504	759.154
Obrigações trabalhistas		144.374	116.328	154.631	128.169
Obrigações fiscais		123.950	104.144	135.779	113.716
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	117.683	-	117.683
Dividendos a pagar	21	-	52.250	-	52.250
Imposto de renda e contribuição social a pagar		20.414	47.298	14.762	59.117
Passivo de arrendamento	15	324.651	233.691	325.921	233.691
Demais contas a pagar	20	183.179	206.606	258.889	198.880
Total do passivo circulante		2.228.026	2.505.469	3.626.025	3.672.385
Não circulante					
Fornecedores	17	-	533	113	647
Passivo a descoberto de investida	13	85	83	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	232.958	394.079	706.408	1.101.000
Obrigações fiscais		-	-	996	2.278
Provisão para demandas judiciais	19	24.801	25.605	485.784	477.254
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	2.618	18.200	15.515
Passivo de arrendamento	15	1.195.301	919.840	1.194.031	919.840
Demais contas a pagar	20	158.022	132.601	158.397	131.395
Total do passivo não circulante		1.611.167	1.475.359	2.563.929	2.647.929
Patrimônio líquido					
Capital social	21	670.000	585.000	670.000	585.000
Reservas de lucros	21	1.017.535	886.874	1.017.535	886.874
		1.687.535	1.471.874	1.687.535	1.471.874
Participação de não controladores		-	-	(374)	(367)
Patrimônio líquido total		1.687.535	1.471.874	1.687.161	1.471.507
Total do passivo e patrimônio líquido		5.526.728	5.452.702	7.877.115	7.791.821

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita	23	3.179.422	2.818.840	4.028.508	3.687.795
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Lucro bruto		1.186.910	1.022.741	1.934.751	1.821.905
Despesas com vendas	24	(1.152.178)	(961.582)	(1.139.159)	(934.191)
Despesas gerais e administrativas	24	(292.091)	(349.696)	(524.860)	(596.980)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	-	-	(403.061)	(360.939)
Participação nos lucros de controladas	13	51.365	54.839	-	-
Outros resultados operacionais	25	475.621	523.466	432.923	398.486
Resultado antes das depesas financeiras líquidas e impostos		269.627	289.768	300.594	328.281
Receitas financeiras	26	97.233	50.493	102.194	51.142
Despesas financeiras	26	(276.193)	(139.343)	(282.820)	(142.544)
Despesas financeiras, líquidas		(178.960)	(88.850)	(180.626)	(91.402)
Resultado antes dos impostos		90.667	200.918	119.968	236.879
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	110.976	(37.788)	101.379	(73.919)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	55.083	(15.336)	35.379	(15.166)
		166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Lucro líquido		256.726	147.794	256.726	147.794
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				256.726	147.794
Participação de não controladores				87	(15)
				256.813	147.779
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$	29			1,71	0,99

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	256.726	147.794	256.726	147.794
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
• Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(768)	768	(768)	768
Total do resultado abrangente do exercício	255.958	148.562	255.958	148.562
Atribuível a:				
• Acionistas da Companhia			255.958	148.562
• Participação de não controladores			87	(15)
			256.045	148.547

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		256.726	147.794	256.726	147.794
Ajustes:					
Depreciação e amortização	14|15|16	243.850	220.971	267.881	243.800
Valor residual das baixas do ativo permanente		36.233	2.995	98.340	2.995
Ajustes a valor justo		-	-	(11.526)	6.851
Baixas PPI (Propriedade Para Investimento)		72.068	139.625	72.068	139.625
Ganho na venda de participação societária	25	(68.886)	(137.048)	(68.886)	(276.673)
Ganho de capital em investida		(300.471)	(357.957)	(247.542)	(218.332)
Resultado da equivalência patrimonial	22	(51.365)	(54.839)	-	-
Atualização de derivativos		-	20.395	-	(4.314)
Atualização de empréstimos e arrendamentos	15|18	193.076	124.780	261.233	189.157
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente / diferido	12	(110.976)	37.788	(101.379)	73.919
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente / diferido	12	(55.083)	15.336	(35.379)	15.166
Provisão para contingências	19	(804)	836	8.530	7.202
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	34.692	(66.341)
Perda esperada com perda de estoque		(13.742)	(2.148)	(13.742)	(2.148)
		200.626	**158.527**	**521.016**	**258.701**
Variações de ativos e passivos					
Contas a receber		170.693	3.095	121.144	219.083
Estoques		(33.782)	(80.330)	(64.825)	(86.954)
Impostos a recuperar		(41.548)	149.704	(48.748)	94.122
Depósitos judiciais e cauções		18.020	(1.316)	17.974	(1.294)
Operação com derivativos		17.016	28.811	17.016	33.125
Demais ativos		13.840	3.898	1.441	(583)
Fornecedores		(100.879)	246.555	(243.720)	185.164
Salários e encargos sociais		27.277	1.272	25.697	1.061
Impostos e taxas a recolher		103.899	17.378	100.665	20.652
Demais contas a pagar		1.996	39.352	87.011	67.640
Caixa proveniente das operações		**377.158**	**566.946**	**534.671**	**790.717**
Juros pagos	18	(72.194)	(98.530)	(77.209)	(101.374)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4.052)	(22.860)	(27.337)
Aplicações financeiras		(10.053)	-	(10.053)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**294.911**	**464.364**	**424.549**	**662.006**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		72.299	-	-	-
Venda de participação societária		256.281	454.495	256.281	454.495
Aumento de capital em investida		(103.195)	(12.024)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		(317.689)	(184.045)	(414.647)	(213.406)
Participação dos não controladores		-	-	(10)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		**(92.304)**	**258.426**	**(158.376)**	**241.089**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamentos		(244.969)	(177.355)	(244.969)	(177.355)
Captações e financiamentos	18	316.000	766.002	1.045.656	1.482.365
Pagamentos de empréstimos	18	(554.718)	(976.043)	(1.274.972)	(1.596.675)
Dividendos pagos		(92.547)	(142.301)	(92.547)	(142.301)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(576.234)**	**(529.697)**	**(566.832)**	**(433.966)**
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa		(373.627)	193.093	(300.659)	469.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		754.845	561.752	1.559.802	1.090.673
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		381.218	754.845	1.259.143	1.559.802
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(373.627)	193.093	(300.659)	469.129

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas		4.797.629	4.195.007	5.420.138	4.755.969
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	23	4.278.226	3.723.602	4.332.518	3.800.626
Produtos e serviços financeiros	23	43.782	44.757	1.057.758	1.011.648
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	-	-	(403.061)	(360.939)
Outras receitas operacionais	25	475.621	426.648	432.923	304.634
Insumos adquiridos de terceiros		(2.541.226)	(2.147.541)	(3.003.116)	(2.507.883)
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados	24	(1.992.512)	(1.815.597)	(2.093.757)	(1.880.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(606.108)	(362.244)	(901.017)	(663.186)
Perda / recuperação de valores ativos		57.394	30.300	(8.342)	35.824
Valor adicionado bruto		2.256.403	2.047.466	2.417.022	2.248.086
Depreciação e amortização	25	(242.423)	(196.239)	(266.454)	(219.031)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.013.980	1.851.227	2.150.568	2.029.055
Valor adicionado recebido em transferência		148.598	101.018	157.039	102.209
Resultado de equivalência patrimonial	13	51.365	54.839	54.845	55.381
Receitas financeiras	26	97.233	46.179	102.194	46.828
Valor adicionado total a distribuir		2.162.578	1.952.245	2.307.607	2.131.264

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Distribuição do valor adicionado		(2.162.578)	(1.952.244)	(2.307.607)	(2.131.264)
Pessoal e encargos		(609.247)	(520.258)	(625.978)	(564.354)
Remuneração		(476.136)	(408.963)	(489.800)	(442.603)
Benefícios		(80.721)	(68.744)	(83.657)	(74.001)
FGTS		(38.975)	(35.005)	(39.098)	(36.751)
Outros		(13.415)	(7.546)	(13.423)	(10.999)
Impostos, taxas e contribuições		(1.087.201)	(1.032.316)	(1.160.536)	(1.104.448)
Federal		(315.215)	(366.426)	(378.125)	(432.617)
Estadual		(771.109)	(664.935)	(771.296)	(665.033)
Municipal		(877)	(955)	(11.115)	(6.798)
Remunerações de capitais de terceiros		(310.517)	(279.017)	(365.480)	(341.809)
Juros		(205.987)	(173.938)	(207.592)	(175.913)
Aluguéis		(108.459)	(88.919)	(161.784)	(149.681)
Outros		3.929	(16.160)	3.896	(16.215)
Remunerações de capitais próprios		(155.613)	(120.653)	(155.613)	(120.653)
Dividendos		-	(52.250)	-	(52.250)
Lucros retidos		(155.613)	(68.403)	(155.613)	(68.403)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

		Atribuível aos acionistas da controladora							
				Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		513.000	1.010	97.744	843.878	-	1.455.632	(354)	1.455.278
Ajustes do exercício		-	-	-	-	23.886	23.886	-	23.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	147.794	147.794	(13)	147.781
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego	21	-	(242)	-	-	-	(242)	-	(242)
Dividendos complementares em 26 de novembro de 2020 - R$ 0,78 por ação		-	-	-	(117.300)	-	(117.300)	-	(117.300)
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	14.354	-	14.354	-	14.354
Destinação do lucro:									
• Aumento de capital com lucro - 21 de julho de 2020	21	72.000	-	-	-	(72.000)	-	-	-
• Reserva legal	21	-	-	5.448	-	(5.448)	-	-	-
• Dividendos propostos - R$ 0,34 por ação	21	-	-	-	-	(52.250)	(52.250)	-	(52.250)
• Retenção de lucros	21	-	-	-	41.982	(41.982)	-	-	-
Total das transações com acionistas		-	-	5.448	41.982	(171.680)	(169.550)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		585.000	768	103.192	782.914	-	1.471.874	(367)	1.471.507
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	256.726	256.726	(7)	256.719
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós emprego		-	(768)	-	-	-	(768)	-	(768)
Dividendos complementares em 30 de novembro de 2021 - R$ 0,45 por ação		-	-	-	(67.547)	-	(67.547)	-	(67.547)
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	27.250	-	27.250	-	27.250
Destinação do lucro:									
• Aumento de capital com lucro - 30 de abril de 2021	21	85.000	-	-	-	(85.000)	-	-	-
• Reserva legal	21	-	-	12.836	-	(12.836)	-	-	-
• Retenção de lucros		-	-	-	158.890	(158.890)	-	-	-
Total das transações com acionistas		-	-	12.836	158.890	(256.726)	(40.297)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)		670.000	-	116.028	901.507	-	1.687.535	(374)	1.687.161

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 468 lojas (2020 – 412 lojas).

1.1. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19 na Companhia

Desde 2020, o avanço da Covid-19 tem impactado substancialmente a economia e as atividades da população mundial. O ano de 2021 iniciou ainda com muitas incertezas e um cenário muito sensível.

No primeiro trimestre, em decorrência da 2ª onda de contágio no Brasil, foram tomadas, por alguns estados e municípios, medidas para conter o avanço do vírus, tais como: restrições ao varejo não essencial, limitações à livre circulação de pessoas, dentre outras medidas que impactaram o funcionamento e o fluxo de clientes de nossas lojas, além de uma aversão ao risco generalizada que trouxe um impacto relevante nas vendas de mercadorias daquele período. No final do mês de abril, com o avanço da vacinação da população e desaceleração dos efeitos da pandemia, as medidas restritivas foram flexibilizadas e com a reabertura das lojas percebeu-se uma retomada de fluxo, o que refletiu na retomada da operação das lojas.

Mesmo com um cenário ainda incerto, a Companhia manteve seu compromisso de levar a marca ao maior número de lares brasileiros e terminou o ano com a inauguração de 56 novas lojas, destacando seu papel social de gerar emprego e renda.

A Pernambucanas manteve-se atenta a todos os desdobramentos da Covid-19 e procurou atuar de forma diligente, a fim de garantir a segurança e saúde de seus colaboradores e clientes e manter a continuidade da operação.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, todas as lojas da Companhia estavam operando normalmente e com um fluxo normal.

1.2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas:

	Participação 2021 Direta	2021 Indireta	2020 Direta	2020 Indireta
Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	100,00%	-	100,00%	-
Hotel Jatiúca S.A.	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	99,99%	-	99,99%	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10,00%	90,00%	10,00%	90,00%
Pefisa Corretora de Seguros S.A. ("PEFISA")	-	100,00%	-	100,00%
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (i)	100%	-	-	-

(i) Empresa criada com o objetivo de alavancar a carteira de clientes, principalmente, através da venda de serviços financeiros.

As demonstrações financeiras das entidades controladas obedecem às mesmas práticas contábeis adotadas pela Controladora, sendo que no caso da PEFISA, por se tratar de uma instituição financeira que segue a regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN, foram feitas análises de convergência às normas CPC / IFRS.

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatiúca S.A., localizada em Maceió, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da controlada Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A Controladora compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.

2. Base de preparação e declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias de capital aberto, por meio do CPC 09 / (Deliberação CVM nº 557/08). Considerando que a Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que as normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de abril de 2022.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Pernambucanas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (Nota 10);
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo (Nota 26);
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo (Nota 13c).

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das entidades controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

2.3. Principais políticas contábeis

2.3.1. Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 1.2.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as entidades controladas e a Controladora estão descritas na Nota 13a.

2.3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais da Companhia estão relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros e são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3.3. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não tem obrigações de benefícios de longo prazo, por exemplo *stock option* ou similar.

2.3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receitas com descontos em negociações comerciais;
- Receita de ajuste a valor presente do contas a receber;
- Despesa de ajuste a valor presente de fornecedores;
- Despesa de juros com arrendamento mercantil.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo conforme aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.3.6. *Estoques*

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.3.7. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos:	Período em anos
Edifícios	40 – 80 anos
Móveis e utensílios	5 – 10 anos
Instalações	10 anos
Veículo	5 anos
Aeronaves	7 anos
Equipamentos	5 – 10 anos

2.3.8. *Ativos intangíveis*

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*; e
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A vida útil estimada para as licenças de *software* é de 5 anos.

2.3.9. *Propriedade para investimento*

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. Sendo inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.3.10. *Arrendamento e direito de uso*

Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles enquadrados nas isenções), que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A composição do direito de uso está na Nota 15.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.3.11. *Deterioração de ativos não financeiros - impairment*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.3.12. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

2.3.13. *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

2.3.14. *Contas a receber*

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment*.

2.3.15. *Ajuste a valor presente*

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria.

2.3.16. *Fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.3.17. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

2.3.18. *Reconhecimento de receita*

A receita da Companhia é reconhecida de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita com contratos de clientes, a qual estabelece um modelo de cinco passos para determinar a mensuração da receita, o momento e como ela será reconhecida, a saber: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo.

Para as receitas cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

A receita é reconhecida quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro e por meio de cartão de crédito ou débito.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso o *e-commerce*, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

(b) Vendas de serviços financeiros

A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.

O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

(c) Receita de incorporação

As receitas de vendas, os custos de terrenos e construções, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.3.19. *Distribuição de dividendos*

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

2.3.20. ***Reservas de retenção de lucros***

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(a) Incertezas de estimativas e premissas

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA. Na Nota 6 está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado (Nota 7).

(c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração (Nota 12).

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor (Nota 13c).

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não tem operações que se enquadrem nesta norma.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15 / IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8).

A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	37.346	29.091	71.156	114.687
Numerário em trânsito	20.754	18.090	20.754	18.090
Aplicações financeiras	323.118	707.664	805.167	1.427.025
Letras Financeiras do Tesouro – LTF (i)	-	-	362.066	-
	381.218	754.845	1.259.143	1.559.802
Circulante	381.218	754.845	1.259.143	1.514.889
Ativo não circulante	10.053	-	10.053	44.913

As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 96,6% do CDI ou 4,27% ao ano (2020 – 94,00% do CDI ou 2,61% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante), com rendimento médio anual de 99,95% do CDI (2020 – 99,95% do CDI).

(i) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LTF, e são classificadas na categoria "VJR".

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Existem transações da Controladora com partes relacionadas no montante de R$ 31.499 (2020 – R$ 116.056) em aplicações financeiras (Nota 8).

Os valores de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrição de uso.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	10.053	-	10.053	44.913
	10.053	-	10.053	44.913
Não circulante	10.053	-	10.053	44.913

Aplicação financeira a juros de 100% do IPCA Fiança + 4,80%.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	362.061	310.040	394.091	338.388
Contas a receber partes relacionadas (Nota 8)	229.237	451.951	-	-
Operações de crédito	-	-	1.841.666	2.056.087
	591.298	761.991	2.235.757	2.394.475
Circulante	591.298	761.991	2.189.214	2.320.348
Não circulante	-	-	46.543	74.127

As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela Controlada PEFISA.

As contas a receber de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas conforme segue:

Saldos por vencimento do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
Crediário próprio	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
A vencer				
Até 30 dias	334.340	428.729	659.484	865.284
De 31 a 60 dias	3.944	5.058	296.626	328.614
De 61 a 90 dias	9.799	12.565	299.339	224.960
De 91 a 180 dias	149.177	191.292	335.925	348.221
Acima de 181 dias	98.465	126.261	236.173	234.479
	595.725	763.905	1.828.087	2.001.558
Vencidas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
De 01 a 30 dias	-	-	67.389	56.009
De 31 a 60 dias	-	-	35.381	32.206
De 61 a 90 dias	-	-	45.317	92.046
De 91 a 180 dias	-	-	123.649	182.545
Acima de 181 dias	-	-	181.450	92.443
	-	-	453.186	455.249

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crediário próprio	-	-	2.281.273	2.456.807
Cartões de crédito – terceiros	366.488	311.954	368.374	313.644
Contas a receber – partes relacionadas	229.237	451.951	-	-
Total	595.725	763.905	2.649.647	2.770.451
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(407.341)	(372.889)
Ajuste a valor presente	(4.427)	(1.914)	(6.549)	(3.087)
Contas a receber de clientes, líquido	591.298	761.991	2.235.757	2.394.475

O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio e a data do efetivo recebimento dos clientes. O ajuste a valor presente dos recebíveis é calculado para os vencimentos acima de 30 dias, e é utilizada uma taxa equivalente a taxa livre de risco acrescida do risco da indústria (Nota 2.3.15).

Em 31 de dezembro de 2021, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R$ 453.186 (2020 – R$ 455.249), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

Para fins da Controladora, não realizamos análise de perda devido ao risco se manter apenas na Controlada PEFISA.

O saldo da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de suas controladas PEFISA, Hotel Jatiúca e Alinc em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 407.341 (2020 – R$ 372.889), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento descrito no parágrafo anterior adotado por sua controladora.

Movimentações da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	372.649	665.434
Adições	420.808	468.787
Recuperações (i)	(128.171)	-
Reversão de provisão	(257.945)	(761.332)
Saldo final	407.341	372.889

(i) Valores referentes à recuperação (recebimento) de saldos vencidos.

A constituição e a baixa da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, conforme mencionada acima.

Mensuração da perda esperada

A mensuração das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O procedimento de cálculo da perda de crédito esperada considera, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

- **Estágio 1** - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2;
- **Estágio 2** - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;
- **Estágio 3** - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD *"Probability of default"* para 100%.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que refletam seu objetivo para com o instrumento, verificando se os fluxos de caixa contratuais compreendem apenas pagamento de principal e juros.

Parâmetros de risco de crédito

Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- **Exposição à inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD)**: é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.
- **Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD)**: é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.
- ***Loss Given Default* ("*Loss given default*" - LGD)**: é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Visão *Forward Looking*

Para a incorporação de informação prospectiva que possam reforçar o cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, utilizando cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios.

Para estimar os parâmetros acima, a Companhia aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros.

Definição de inadimplência

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias para revenda	437.225	385.362	532.883	450.146
Material para consumo	13.071	9.692	13.497	9.949
Ajuste a valor presente	(10.841)	(4.768)	(10.841)	(4.768)
	439.455	390.286	535.539	455.327
(-) Provisão para perda de estoque	(13.661)	(12.016)	(13.661)	(12.016)
	425.794	378.270	521.878	443.311

O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às perdas de inventário e à provisão para desvalorização dos estoques, ambas constituídas conforme os critérios descritos na Nota 2.3.6.

Movimentação da provisão para perda nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(12.016)	(14.164)	(12.016)	(14.164)
Adição	(13.742)	(39.151)	(13.742)	(39.151)
Baixa por perda	12.097	41.299	12.097	41.299
Saldo final	(13.661)	(12.016)	(13.661)	(12.016)

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

8. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo Departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), e correspondeu em uma média de 9,74% ao ano (2020 – 5,51% ao ano).

Os saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados, conforme segue:

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	Total – 2021	Total – 2020
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa (ii)	555	3.639	-	27.305	-	-	31.499	116.056
Contas a receber (Nota 6) (i)	204.237	-	-	-	-	-	204.237	451.951
Outras contas a receber (ii)	10.048	-	-	-	-	-	10.048	20.045
Dividendos a receber (Nota 6)	25.000	-	-	-	-	-	25.000	-
Ativo não circulante								
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	-	-	-	7	-	7	3.019
Passivo circulante								
Repasse de recursos (i)	(69.048)	-	-	(1.347)	-	(825)	(71.220)	(66.340)
Passivo não circulante								
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(1.572)
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	(10.048)	-	-	(10.048)	(20.045)
Letra de câmbio (ii)	(31.499)	-	-	-	-	-	(31.499)	(116.056)
Demonstração do resultado								
Receitas (despesas) financeiras	-	-	89	-	-	(274)	(185)	(183)

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	Total – 2020	Total – 2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa (ii)	77.569	9.817	2.304	26.366	-	-	116.056	-
Contas a receber (Nota 6) (i)	451.934	-	-	17	-	-	451.951	530.293
Outras contas a receber (ii)	20.045	-	-	-	-	-	20.045	-
Dividendos a receber (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	18.847
Ativo não circulante								
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	2.195	-	-	7	817	3.019	5.849
Passivo circulante								
Repasse de recursos (i)	(60.012)	-	(1.674)	(4.654)	-	-	(66.340)	(81.883)
Passivo não circulante								
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	(1.572)	-	-	-	(1.572)	(1.489)
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	(20.045)	-	-	(20.045)	-
Letra de câmbio (ii)	(116.056)	-	-	-	-	-	(116.056)	-
Demonstração do resultado								
Receitas (despesas) financeiras	-	-	83	-	-	(44)	39	20

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujo valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.
(ii) Existem operações indiretas com Controladas no montante de R$ 31.499 (2020 – R$ 116.056) em aplicações financeiras (Nota 4).

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com amortização do direito de uso, juros, arrendamentos e aluguéis com partes relacionadas totalizaram R$ 26.344 (2020 – R$ 42.376).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, totalizou R$ 11.892 (2020 – R$ 14.407) na Controladora e R$ 18.845 (2020 – R$ 16.412) no Consolidado.

9. Impostos a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PIS e COFINS a recuperar (i)	189.009	325.714	189.009	325.714
INSS a recuperar (iv)	57.489	42.406	57.489	42.406
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	1.797	345	1.797	345
ICMS a recuperar	8.336	10.252	8.336	10.252
ICMS transferência interestadual (ii)	19.871	15.711	19.871	15.711
ICMS retido substituição tributária (iii)	25.896	24.122	25.895	24.122
Outros impostos a recuperar	-	-	20.653	17.781
	302.398	418.550	323.050	436.331
Ativo circulante	164.307	296.079	105.379	240.509
Ativo não circulante	138.091	122.471	217.671	195.822

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na controladora no montante de R$ 189.009 (2020 – R$ 325.714), refere-se à ação judicial transitada em julgado que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS.

(ii) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R$ 19.871 (2020 – R$ 15.711), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R$ 25.896 (2020 – R$ 24.122), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iv) O INSS a recuperar refere-se ao processo de recálculo do FAP/RAT/SAP, oriundo da aplicação da Súmula 357 retroativo ao anos de 2010 após conversão dos depósitos judiciais em renda.

10. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado – 2021

Início	Vencimento	Dólar contratado	Volume USD	Valor de face	MTM	Valor contábil
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	2.671	14.409	14.993	584
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	52	281	292	11
24/06/2021	03/01/2022	5,0390	2.839	14.307	15.786	1.479
24/06/2021	01/02/2022	5,0720	4.306	21.840	23.757	1.917
24/06/2021	02/03/2022	5,1040	5.137	26.221	28.520	2.299
24/06/2021	01/04/2022	5,1350	5.187	26.633	28.991	2.358
			20.192	103.691	112.339	8.648

Controladora e Consolidado – 2020

Início	Vencimento	Dólar contratado	Volume USD	Volume de face	MTM	Valor contábil
17/11/2020	01/03/2021	5,3998	975	5.265	5.056	(209)
17/11/2020	01/04/2021	5,3971	1.694	9.143	8.777	(365)
17/11/2020	03/05/2021	5,3875	2.154	11.605	11.142	(462)
17/11/2020	01/06/2021	5,3952	2.606	14.060	13.493	(567)
17/11/2020	01/07/2021	5,3975	3.745	20.214	19.394	(819)
18/11/2020	02/08/2021	5,3840	2.057	11.075	10.668	(407)
18/11/2020	01/09/2021	5,3920	1.027	5.538	5.333	(205)
26/11/2020	01/02/2021	5,3287	65	346	337	(9)
26/11/2020	01/03/2021	5,3347	65	347	337	(10)
26/11/2020	01/04/2021	5,3422	65	347	337	(10)
26/11/2020	03/05/2021	5,3509	65	348	338	(10)
26/11/2020	01/06/2021	5,3603	52	279	271	(8)
26/11/2020	01/07/2021	5,3719	52	279	271	(8)
26/11/2020	02/08/2021	5,3856	52	280	272	(8)
26/11/2020	01/09/2021	5,3998	52	281	272	(8)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	1.385	7.473	7.255	(218)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	52	281	272	(8)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	1.374	7.389	7.198	(191)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	2.126	11.470	11.172	(298)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	2.671	14.409	14.036	(373)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	52	280	272	(7)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	52	281	273	(7)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	52	281	273	(7)
17/03/2020	17/03/2021	CDI + 2,5	45.000	59.582	45.071	14.511
20/06/2018	22/06/2021	CDI + 2,4	16.667	25.304	16.684	8.620
09/08/2018	26/07/2021	CDI + 2,6	12.000	21.083	14.336	6.747
			96.157	227.240	193.140	25.664

Controladora e Consolidado

	Valor contábil 2021	Valor contábil 2020	Valor justo 2021	Valor justo 2020
Posição ativa	8.648	143.347	8.648	143.347
Posição passiva	-	(117.683)	-	(117.683)
Valor líquido	8.648	25.664	8.648	25.664

Em 31 de dezembro de 2021, as taxas de juros fixas variaram entre 2,40% e 2,60% a.a..

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo existente de instrumentos financeiros, refere-se apenas ao *hedge* cambial dos contratos de NDFs. As taxas e variações, exceto variação cambial, mencionados acima, referem-se aos empréstimos 4131 que encerraram em dezembro de 2021.

11. Outros créditos

Circulante	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamento a empregados	9.149	10.221	9.149	10.222
Adiantamento a fornecedores	8.082	5.591	37.873	27.016
Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*)	40.512	24.021	40.512	24.021
Devedores por serviços e produtos financeiros	1.491	1.133	55.538	19.645
Devedores por venda de imóveis	41	34.297	41	34.297
Prêmio de seguro a apropriar	255	2.013	255	2.013
Empréstimo de mútuo (Nota 8)	7	3.019	-	-
Outras contas a receber	11.520	4.602	47.312	72.025
	71.057	84.897	190.680	189.239
Ativo circulante	71.000	81.878	174.767	178.978
Ativo não circulante	57	3.019	15.913	10.261

(*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde existem acordos de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.212	37.089	108.650	93.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar – exclusão Selic (i)	146.577	-	146.577	-
	194.789	37.089	255.227	93.198
Ativo circulante	48.212	37.089	108.650	93.198
Ativo não circulante	146.577	-	146.577	-

(i) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic em créditos fiscais.

(b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora Saldo em 2020	Controladora Resultado	Controladora Saldo em 2021	Consolidado Saldo em 2020	Consolidado Resultado	Consolidado Saldo em 2021
Base negativa CSLL	5.145	28.859	34.004	7.016	34.117	41.133
Prejuízo fiscal – IRPJ	3.265	80.123	83.388	8.440	87.490	95.930
Provisões não dedutíveis temporariamente						
Bônus a empregados	22.059	(3.737)	18.322	24.600	(4.097)	20.503
Contingências (i)	10.028	1.169	11.197	190.621	4.907	195.528
Provisão depósitos judiciais	577	-	577	577	-	577
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	93.682	(30.909)	62.773
Perdas de estoque	4.085	560	4.645	4.085	560	4.645
Provisão propaganda	135	2.426	2.561	135	2.426	2.561
Operação de *hedge*	3.115	(634)	2.481	1.287	(634)	653
PIS e COFINS sobre vendas – redução base ICMS	-	(23.461)	(23.461)	-	(23.461)	(23.461)
Arrendamento mercantil – IFRS 16	23.968	17.525	41.493	23.968	17.525	41.493
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	(12.898)	(4.523)	(17.421)
Operações imobiliárias	100.351	(48.047)	52.304	101.784	(53.765)	48.019
Outras	2.236	300	2.536	2.665	5.743	8.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	174.964	55.083	230.047	445.962	35.379	481.341
Total do ativo	177.582	-	230.047	461.477	-	499.541
Total do passivo	(2.618)	-	-	(15.515)	-	(18.200)

	Controladora Saldo em 2019	Controladora Resultado	Controladora Patrimônio líquido	Controladora Saldo em 2020	Consolidado Saldo em 2019	Consolidado Resultado	Consolidado Patrimônio líquido	Consolidado Saldo em 2020
Base negativa CSLL	3.894	1.251	-	5.145	5.842	1.174	-	7.016
Prejuízo fiscal – IRPJ	-	3.265	-	3.265	5.391	3.049	-	8.440
Provisões não dedutíveis temporariamente								
Bônus a empregados	15.744	6.315	-	22.059	18.717	5.883	-	24.600
Contingências (i)	15.138	(5.110)	-	10.028	193.179	(2.558)	-	190.621
Provisão depósitos judiciais	645	(68)	-	577	645	(68)	-	577
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	-	117.445	(23.763)	-	93.682
Perdas de estoque	4.816	(731)	-	4.085	4.816	(731)	-	4.085
Provisão propaganda	31	105	-	136	31	105	-	136

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2020	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2020
Operação de *hedge*	4.427	(3.793)	-	634	4.427	(3.793)	-	634
Arrendamento mercantil – FRS 16	12.523	11.445	-	23.968	12.523	11.445	-	23.968
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	-	(11.453)	(1.445)	-	(12.898)
Operações imobiliárias	121.777	(30.441)	9.015	100.351	122.554	(5.818)	(14.952)	101.784
Outras	2.290	2.426	-	4.716	1.963	1.354	-	3.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	181.285	(15.336)	9.015	174.964	476.080	(15.166)	(14.952)	445.962
Total do ativo	183.926	-	-	177.582	490.173	-	-	461.477
Total do passivo	(2.641)	-	-	(2.618)	(14.093)	-	-	(15.515)

(i) O montante no consolidado está relacionado basicamente a processos tributários da Controlada PEFISA, conforme descrito na Nota 19.a.

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos estão segregados entre as Empresas: Controladora R$ 232.665 (2020 – R$ 174.964) e as Controladas PEFISA R$ 265.435 (2020 – R$ 276.495) e Alinc R$ (12.117) (2020 – R$ (5.227)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de base de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R$ 70.636 (2020 – R$ 70.013), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R$ 24.016 (2020 – R$ 23.804).

Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

c. Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	90.667	200.918	119.968	236.879
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social – %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(30.827)	(68.312)	(40.789)	(80.539)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:				
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	1.594	790
Resultado de equivalência patrimonial	17.464	18.645	-	-
Patrocínios e doações	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
Exclusão atualização monetária de indébitos tributários (ii)	185.603	-	185.603	-
Outras	(3.061)	(638)	(6.530)	(6.517)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Corrente	110.976	(37.788)	101.379	(73.919)
Diferido	55.083	(15.336)	35.379	(15.166)
	166.059	(53.124)	136.758	(89.085)
Alíquota efetiva – (ii)	183%	26%	114%	38%

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 20%.

(ii) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic em créditos fiscais.

A alíquota efetiva de 2021 está sendo afetada em função do efeito da recuperação deste processo.

13. Investimentos

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Empreendimentos	ALTSA Promotora	ALTSA Gestão de Ativos	Demais companhias	2021 Total	2020 Total
Movimentação dos investimentos										
Saldo em 1º de janeiro	627.641	56.286	50.530	263.469	-	-	-	-	997.926	993.655
Dividendos recebidos	(65.000)	-	(7.299)	-	-	-	-	-	(72.299)	-
Aporte de capital em dinheiro	-	2.195	-	-	-	101.000	-	-	103.195	12.024
Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	-	58.286	15.264	-	46.834	-	120.384	43.047
Alienação de participação societária (iii)	-	-	(41.747)	-	-	-	(46.814)	-	(88.561)	(101.897)
Ajuste investimentos	9.083	-	-	-	-	-	-	-	9.083	(3.750)
Resultado de equivalência patrimonial	11.950	(1.106)	2.583	33.252	4.175	533	(20)	-	51.367	54.847
Saldo em 31 de dezembro	583.674	57.375	4.067	355.007	19.439	101.533	-	-	1.121.095	997.926
Ágio	-	42	-	-	-	-	-	-	42	42
	583.674	57.417	4.067	355.007	19.439	101.533	-	-	1.121.137	997.968
Movimentação da provisão para passivo a descoberto										
Saldos em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	-	-	(83)	(83)	(75)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	(8)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)	(83)
Quantidade de ações / quotas										
Ações										
Ordinárias	298.000	122.500	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	-	2.500	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	156.000	418.873	64.545	101.000	-	-	-	-
Participação societária – %	100	99,94	99,99	99,99	100	100	-	-	-	-

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Propriedades	Demais companhias	2020 Total	2019 Total
Movimentação dos investimentos								
Saldo em 1º de janeiro	593.480	62.342	5.787	242.882	87.917	1.247	993.655	823.116
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	9.150	2.874	-	-	12.024	20
Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	32.853	10.194	-	-	43.047	103.930
Perda em função da variação do percentual	-	-	-	-	-	-	-	(266)
Alienação de participação societária (iii)	-	-	-	-	(100.650)	(1.247)	(101.897)	-
Ajuste investimentos	(11.142)	-	-	7.392	-	-	(3.750)	(1.070)
Resultado de equivalência patrimonial	45.303	(6.056)	2.740	127	12.733	-	54.847	76.228
Saldo em 31 de dezembro	627.641	56.286	50.530	263.469	-	-	997.926	993.655
Ágio	-	42	-	-	-	-	42	208
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	(1.413)
	627.641	56.328	50.530	263.469	-	-	997.968	992.450
Movimentação da provisão para passivo a descoberto								
Saldos em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	(75)	(75)	(67)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(8)	(8)	(8)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	(83)	(83)	(75)
Quantidade de ações / quotas								
Ações								
Ordinárias	298.000	122.500	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	-	2.500	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	156.000	418.873	-	-	-	-
Participação societária – %	100	99,94	99,99	99,99	-	-	-	-

(i) Refere-se à transferência de imóveis, como parte do aporte de capital, com o objetivo de gerar ganhos futuros para a Companhia, este valor é composto por terrenos, prédios, avaliação a valor justo, instalações e outros.

(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTSA Propriedades e ALTSA Empreendimentos, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, a qual não foi realizada para os acionistas.

A rubrica "Demais companhias" estão abrangidas pelas seguintes empresas:

	2021	2020
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	(7)	(7)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	(78)	(76)
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	-	-
	(85)	(83)

(a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da Controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as Controladas possuem a mesma data-base de fechamento da Controladora.

As demonstrações financeiras da PEFISA, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e não houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Principais companhias do consolidado

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2021 PEFISA	2021 Hotel Jatiúca S.A.	2021 Muricy Sociedade Comercial Ltda.	2021 Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação Administração Ltda.	2021 ALTSA Empreendimentos	2021 ALTSA Promotora	2020 PEFISA	2020 Hotel Jatiúca S.A.	2020 Muricy Sociedade Comercial Ltda.	2020 Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.
Balanços patrimoniais										
Ativo total	3.189.197	72.102	4.085	432.108	20.656	101.808	3.531.747	78.119	179.480	530.674
Passivo total	(2.603.463)	(14.695)	-	(79.044)	(928)	(275)	(2.892.963)	(21.801)	(646)	(84.997)
Patrimônio líquido	(585.734)	(57.407)	(4.085)	(353.064)	(19.728)	(101.533)	(638.784)	(56.318)	(178.834)	(445.677)
Receita líquida de vendas	805.717	22.694	-	55.513	4.551	9	1.080.834	14.715	-	65.470
Lucro (prejuízo) do exercício	11.950	(1.106)	2.583	33.252	4.175	533	45.303	(6.057)	3.013	5.892

(c) Propriedade para investimentos (empresa imobiliária)

A Companhia constituiu uma sociedade controlada que tem como objeto social a administração, locação, compra, venda e incorporação de imóveis. O capital social das novas sociedades foi integralizado mediante a transferência em anos anteriores de imóveis da Companhia, com o fim de agregar valor a esse patrimônio através da operação do novo negócio especializado. Todos os bens que foram transferidos à Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. e a Muricy Sociedade Comercial Ltda. Todos esses imóveis estão classificados como propriedade para investimento na nova sociedade e, por consequência, avaliados pelo seu valor justo nas suas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, para fins das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, somente os imóveis efetivamente alugados a terceiros estão apresentados como propriedade para investimentos e, consequentemente, avaliados ao valor justo.

Abaixo a movimentação da conta:

	2021	2020
Valor dos bens		
Saldo inicial	156.894	156.739
Adição ao custo	-	7.332
Baixa por alienação	(11.921)	(12.200)
Avaliação a valor justo no exercício	11.526	5.023
	156.499	156.894

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(a) Controladora

Ano 2021:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Aquisição	-	-	56.859	8.712	32.949	-	4.239	638	103.271	206.668
Alienação	(3.717)	(22.882)	(2.618)	(62)	(6.950)	-	(2)	-	-	(36.231)
Depreciação	-	(257)	(28.797)	(11.112)	(22.160)	(93)	(9.171)	(417)	-	(72.007)
Reclassificação	-	(6.669)	6.669	(12.946)	-	-	3	-	12.943	-
Transferências	-	-	4.205	-	1.672	-	123	-	(6.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Custo total	-	25	495.576	167.987	302.143	1.193	139.541	9.866	140.765	1.257.096
Depreciação acumulada	-	-	(283.669)	(111.291)	(180.581)	(899)	(110.294)	(9.260)	-	(695.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.
(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.509	56.186	134.493	56.818	123.402	1.418	27.234	1.307	45.130	457.497
Aquisição	-	241	-	29.030	-	43	15.765	-	74.731	119.810
Alienação	(7.792)	(25.336)	-	(1.242)	(8.281)	(954)	-	-	-	(43.605)
Depreciação	-	(1.258)	(24.266)	(12.502)	(23.018)	(120)	(8.944)	(922)	-	(71.030)
Transferências	-	-	65.362	-	23.948	-	-	-	(89.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Custo total	3.717	60.645	466.671	200.748	367.718	4.045	155.570	9.228	30.551	1.298.893
Depreciação acumulada	-	(30.812)	(291.082)	(128.644)	(251.667)	(3.658)	(121.515)	(8.843)	-	(836.221)
Valor residual	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.
(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

(b) Consolidado

Ano 2021:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Estande de vendas	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	-	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Movimentação 2021												
Aquisição	-	24.461	56.858	8.760	-	32.966	-	-	8.136	638	101.470	233.289
Alienação	(3.717)	(84.939)	(2.618)	(62)	-	(6.952)	-	-	(6)	-	-	(98.294)
Depreciação	-	(1.122)	(28.796)	(11.389)	(427)	(22.437)	(93)	(3)	(13.095)	(416)	-	(77.778)
Reclassificação	10	(6.679)	6.669	(12.946)	-	-	-	-	3	-	12.943	-
Transferências	-	25	4.205	-	-	1.673	-	-	148	-	(6.051)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Custo total	29.165	73.724	495.575	172.433	934	305.232	1.192	75	145.261	9.866	131.328	1.364.785
Depreciação acumulada	-	(6.779)	(283.668)	(114.193)	(1.361)	(182.667)	(898)	(43)	(114.487)	(9.260)	-	(713.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	10	20	10	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.
(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.654	201.865	134.493	59.284	124.944	1.429	56	29.027	1.307	45.199	638.258
Aquisição	-	242	-	29.612	64	43	1	15.891	-	67.087	112.940
Alienação	(7.792)	(64.775)	-	(1.737)	(8.280)	(954)	(1)	-	-	-	(83.539)
Depreciação	-	(2.133)	(24.266)	(13.282)	(23.361)	(131)	(21)	(9.330)	(923)	-	(73.447)
Transferências	10	-	65.362	-	23.948	-	-	-	-	(89.320)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Custo total	32.872	171.916	466.671	206.109	370.790	4.124	696	160.199	9.227	22.966	1.445.570
Depreciação acumulada	-	(36.717)	(291.082)	(132.232)	(253.475)	(3.737)	(661)	(124.611)	(8.843)	-	(851.358)
Valor residual	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	10	20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.
(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

15. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas em virtude do reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos de locação que, após avaliação da Companhia, identificou-se estarem no escopo do CPC 06 – Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, conforme demonstrado abaixo:

(a) Ativo direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	977.598	665	978.263	750.820	665	751.485
Adições	393.685	1.769	395.454	393.685	1.769	395.454
Depreciação no exercício (Nota 26)	(107.633)	(842)	(108.475)	(107.633)	(842)	(108.475)
Baixa por encerramento	(203.859)	-	(203.859)	-	-	-
Ajuste por remensuração	15.777	26	15.803	38.696	26	38.722
Saldo em 31/12/2020	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Saldo inicial em 01/01/2021	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Depreciação no exercício (Nota 26)	(151.354)	(1.089)	(152.443)	(151.354)	(1.089)	(152.443)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.394.535	2.648	1.397.183	1.394.535	2.648	1.397.183

(b) Passivo de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo em 31/12/2019	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Adoção Inicial – CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3))	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Saldo inicial em 01/01/2020	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Adições	393.685	1.768	395.453	393.685	1.768	395.453
Juros apropriados	94.602	72	94.674	94.602	72	94.674
Baixa por pagamento	(162.715)	(921)	(163.636)	(162.715)	(921)	(163.636)
Baixa por encerramento	(206.956)	-	(206.956)	-	-	-
Ajuste por remensuração	18.874	27	18.901	41.051	27	41.078
Saldo em 31/12/2020	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Saldo inicial em 01/01/2021	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Juros apropriados	138.701	249	138.950	138.701	249	138.950
Baixa por pagamento	(243.729)	(1.240)	(244.969)	(243.729)	(1.240)	(244.969)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.517.196	2.756	1.519.952	1.517.196	2.756	1.519.952

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 529 contratos de arrendamento (433 em 31 de dezembro de 2020) para suas unidades comerciais e administrativas, sendo que alguns destes preveem uma contraprestação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor continua sendo registrado como despesa de acordo com a sua competência. Para os contratos que, após análise inicial, estão no escopo da norma, na mensuração do passivo de arrendamento considerou-se o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 14,08% a.a. Em 2021, a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e, para os novos contratos, foi utilizada a taxa de 9,80%.

Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
Vencimentos	2021	2020
2022	324.650	233.691
2023	166.307	144.041
2024	161.737	137.494
2025	156.441	132.515
2026	147.865	127.909
2027	138.091	122.013
2028	125.162	114.194
2029 em diante	299.699	141.674
Saldo final	1.519.952	1.153.531

A Controladora possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos, em 31 de dezembro de 2021, o valor potencial do crédito trazido a valor presente é de R$ 140.596 (2020 – R$ 106.702).

(c) Resultado

Com a adoção da norma CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, o resultado da Companhia ficou menor em R$ 39.513 (2019 – R$ 39.929) na Controladora e no Consolidado conforme abaixo:

Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Redução em despesas de ocupação	(244.969)	(163.636)	(244.969)	(163.636)
Aumento em depreciação com direito de uso	152.443	108.475	152.443	108.475
Aumento em despesas financeiras com arrendamento	138.950	94.674	138.950	94.674
Lucro líquido menor em R$	46.424	39.513	46.424	39.513

(d) Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável

A Companhia possui contratos de arrendamento que se enquadram nas características de isenção da norma para bens de baixo valor, bens que, apesar de não serem de baixo valor, seu prazo é igual ou inferior a 12 meses, e bens cuja contraprestação é variável. Tais contratos estão representados, substancialmente, por empilhadeiras, ferramentas, máquinas e equipamentos de informática.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Bens de baixo valor	11.900	9.724	11.900	9.724
Arrendamento de curto prazo	345	3.696	345	3.696
Arrendamentos variáveis	37.144	12.649	10.800	6.692
Lucro líquido menor em R$	49.389	26.069	23.045	20.112

Concessões de arrendamento – Covid-19

Em julho de 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou uma emenda no CPC 06 (R2), a qual concede benefícios no resultado durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 aos arrendatários, permitindo que tais benefícios não sejam tratados como uma modificação de contrato.

A Administração da Companhia optou pelo expediente prático e reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 18.184, como desconto de contraprestações como resultado das renegociações de contratos de aluguel.

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

16. Intangível

(a) Controladora

				Controladora
	Marcas registradas e licenças	**Licenças de *software***	**(i) *Software* em desenvolvimento**	**Intangível total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	38.005	5.136	43.706
Movimentação 2020				
Adição	-	-	64.168	64.168
Amortização	-	(16.485)	-	(16.485)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	27.073	(27.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Custo total	565	261.541	42.231	304.337
Depreciação acumulada	-	(212.952)	-	(212.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Movimentação 2021				
Adição	-	-	111.021	111.021
Amortização	-	(19.400)	-	(19.400)
Alienação	-	(2)	-	(2)
Transferência	-	80.667	(80.667)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Custo total	565	323.803	72.585	396.952
Depreciação acumulada	-	(213.949)	-	(213.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Taxa de amortização – %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de *software*, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

(b) Consolidado

				Consolidado
	Marcas registradas e licenças	**Licenças de *software***	**(i) *Software* em desenvolvimento**	**Intangível total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	84.782	31.548	116.895
Movimentação 2020				
Adição	-	-	92.700	92.700
Amortização	-	(34.600)	-	(34.600)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	45.879	(45.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Custo total	565	366.438	78.369	445.372
Depreciação acumulada	-	(270.381)	-	(270.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Movimentação 2021				
Adição	-	8.181	173.177	181.358
Amortização	-	(37.660)	-	(37.660)
Alienação	-	(46)	-	(46)
Transferência	-	79.882	(79.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Custo total	565	440.205	171.664	612.434
Depreciação acumulada	-	(293.791)	-	(293.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Taxa de amortização – %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de *software*, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedores nacionais	802.706	799.380	803.427	828.725
Fornecedores estrangeiros	29.876	40.058	29.876	40.058
Fornecedores – imobilizado, material de consumo e outros	76.717	84.379	80.054	86.192
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	774.456	918.656
Confirming (ii)	92.469	171.471	92.469	143.012
Ajuste a valor presente	(13.630)	(6.271)	(13.630)	(6.271)
Total de fornecedores	988.138	1.089.017	1.766.652	2.010.372
Passivo circulante	988.138	1.088.484	1.766.539	2.009.725
No passivo não circulante	-	533	113	647

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

18. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Taxa anual de juros e comissões – %	**Vencimento final**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Capital de giro – moeda estrangeira – USD	5,14 a 6,39	dez/21	-	97.535	-	97.535
Capital de giro – moeda nacional (a)	CDI + 2,25% a 4,10% a.a.	mai/25	549.402	649.729	596.777	699.377
	CDI / CETIP + 2,60 a 3% a.a.	mai/25	25.145	53.277	25.145	53.277
	SELIC + 5 % a.a.	jun/21	-	30.096	-	30.096
	CDI + 1,89% a.a.	dez/23	100.825	100.269	100.825	100.269
Debêntures (i)						
Depósitos interfinanceiros (ii)	Taxa média de 118,85% do CDI	out/25	-	-	952.259	877.442
Arrendamento mercantil (iii)			906	2.158	906	2.158
			676.278	933.064	1.675.912	1.860.154
Passivo circulante			443.320	538.985	969.504	759.154
No passivo não circulante			232.958	394.079	706.408	1.101.000

(i) A Companhia detém empréstimos bancários e uma debênture com cláusulas contratuais (*covenants*) que, entre outros, requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais e atendimento de determinados prazos para disponibilização de demonstrações financeiras. Estes indicadores são acompanhados mensalmente pela Companhia e estão dentro dos limites indicados: i) a margem EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio líquido mínimo de R$ 700.000; iii) Dívida financeira líquida (somatório dos empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades de caixa) de até R$ 1.000.000; e iv) Dívida líquida Consolidada / EBITDA ≤ 3. Em 31 de março de 2022, atendendo ao disposto na escritura de debêntures, a Companhia comunicou ao agente fiduciário que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seriam apresentadas em data posterior à data estabelecida como *covenant*. Em 26 de abril de 2022, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, na qual a Companhia teve seu pedido de anuência prévia, sem que seja configurada a ocorrência de um evento de vencimento antecipado, para eventual atraso no cumprimento da obrigação de fornecer ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras completas auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sendo concedido prazo até 6 de maio de 2022 (inclusive) para o fornecimento das referidas demonstrações financeiras.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de baixo valor individual, que não se enquadra na regra do CPC 06, com prazos que variam de 12 a 24 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros médios de CDI + 2,73% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022. Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias.

(a) Refere-se a capital de giro para apoiar suas atividades operacionais, a Companhia vem investindo fortemente na expansão de sua rede lojas, e com isso faz captações de apoio ao seu caixa operacional.

A Companhia é avalista dos empréstimos bancários de sua controlada Hotel Jatiúca S.A., no montante de R$ 11.340 (2020 – R$ 16.407).

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
2021	-	538.985	-	759.154
2022	443.320	114.579	959.504	608.963
2023	106.000	100.000	413.174	300.467
2024	61.333	92.000	126.617	95.996
2025	65.625	87.500	176.617	95.554
	676.278	933.064	1.675.912	1.860.154

				Consolidado
	2021		2020	
	Valor contábil	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	-	-	97.535	108.867
Moeda nacional	1.675.912	1.875.346	1.762.619	1.964.147
Total	1.675.912	1.875.346	1.860.154	2.072.834

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A Administração da Companhia faz *hedge* dos instrumentos financeiros NDFs (Nota 10), através de operações de *swap*, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

						Controladora
Descrição	**Saldo em 31/12/2020**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2021**
Moeda estrangeira	97.535	-	30.092	(23.960)	(103.667)	-
Moeda nacional	833.371	316.000	23.787	(48.234)	(449.552)	675.372
Arrendamento mercantil	2.158	-	247	-	(1.499)	906
Total	933.064	316.000	54.126	(72.194)	(554.718)	676.278

						Controladora
Descrição	**Saldo em 31/12/2019**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2020**
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)	97.535
Moeda nacional	708.222	721.002	51.306	(41.542)	(605.617)	833.371
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)	-
Prefixados (FINAME)	13	-	-	(1)	(12)	-
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)	2.158
Total	1.177.534	766.002	64.101	(98.530)	(976.043)	933.064

						Consolidado
Descrição	**Saldo em 31/12/2020**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2021**
Moeda estrangeira	97.535	-	30.092	(23.960)	(103.667)	-
Moeda nacional	883.019	328.108	29.637	(53.249)	(464.769)	722.746
Depósitos interfinanceiros	877.442	717.548	62.307	-	(705.037)	952.260
Arrendamento mercantil	2.158	-	247	-	(1.499)	906
Total	1.860.154	1.045.656	122.283	(77.209)	(1.274.972)	1.675.912

						Consolidado
Descrição	**Saldo em 31/12/2019**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2020**
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)	97.535
Moeda nacional	747.267	780.411	54.003	(44.386)	(654.329)	882.966
Depósitos interfinanceiros	755.357	656.954	36.958	-	(571.827)	877.442
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)	-
Prefixados (FINAME)	130	-	29	(1)	(105)	53
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)	2.158
Total	1.972.053	1.482.365	103.785	(101.374)	(1.596.675)	1.860.154

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas por meio de notas promissórias, estando registradas pelo seu valor justo, e apresentam o seguinte prazo de realização:

		Consolidado
	2021	**2020**
2021	-	1.580
2022	906	578
Total	906	2.158

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

				Controladora
	2021		2020	
	Depósitos judiciais	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Montante provisionado**
Tributários	6.703	1.511	7.156	-
Trabalhistas e cíveis	42.197	23.290	59.764	25.605
	48.900	24.801	66.920	25.605
Ativo não circulante	48.900	-	66.920	-
Passivo não circulante	-	24.801	-	25.605

				Consolidado
	2021		2020	
	Depósitos judiciais	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Montante provisionado**
Tributários	6.703	452.579	7.156	441.956
Trabalhistas e cíveis	42.681	33.205	60.202	35.298
	49.384	485.784	67.358	477.254
Ativo não circulante	49.384	-	67.358	-
Passivo não circulante	-	485.784	-	477.254

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
No início do exercício	66.920	65.604	67.358	66.064
Adições de novos depósitos	231	5.718	231	5.718
Baixas por perda de causa	(18.382)	(6.016)	(18.382)	(6.058)
Atualização monetária	131	1.614	177	1.634
No fim do exercício	48.900	66.920	49.384	67.358

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
No início do exercício	25.604	24.769	477.254	470.052
Adições de novas provisões	1.817	3.772	4.566	3.002
Baixa por reversão de Provisão	(1.106)	-	(1.106)	-
Baixa por pagamento	(4.021)	(2.963)	(4.033)	(2.951)
Atualização monetária	2.507	-	9.103	7.152
No fim do exercício	24.801	25.605	485.784	477.254

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

(a) Processos tributários

PIS e COFINS

A Controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de compensar os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS nos termos da referida Lei. A Controlada PEFISA está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado como provisão para contingências fiscais é de R$ 451.068 (2020 – R$ 441.956).

(b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado correspondia a R$ 42.681 (2020 – R$ 60.202).

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, no montante de R$ 822.872 (2020 – R$ 781.085), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição abaixo por esfera e descrição das principais ações:

	2021	2020
Tributários	752.433	723.137
Trabalhistas	26.537	18.952
Cível	43.902	38.996
	822.872	781.085

(i) Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 279.429 (2020 – R$ 274.501).

Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(ii) Auto de infração de ICMS

Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionados à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 344.771 (2020 – R$ 339.595). Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(d) Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos judiciais e cauções – consolidado, os valores relativos aos casos em que a Administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. A Companhia apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais – efetuados para discussão cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 48.900 (2020 – R$ 66.920) na Controladora, e R$ 49.384 (2020 – R$ 67.358) no Consolidado.

20. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	1.522	1.213	10.481	9.318
Repasses na intermediação de produtos financeiros e serviços (i)	2.339	1.648	114.126	1.648
Aluguéis a pagar (ii)	33.572	32.104	33.572	32.104
Receita diferida (iii)	140.122	146.061	140.122	146.061
Ação judicial (iv)	59.967	46.051	59.967	46.051
Repasse de recursos (Nota 9)	71.220	66.340	-	-
Empréstimo de mútuo / AFAC (Nota 9)	-	1.572	-	-
Outros	32.459	44.218	59.018	95.093
	341.201	339.207	417.286	330.275
Passivo circulante	183.179	206.606	258.889	198.880
Passivo não circulante	158.022	132.601	158.397	131.395

(i) A Companhia intermedia em suas lojas a venda de produtos financeiros e serviços, tais como venda de seguros, garantias e serviços de telecomunicações, o qual é repassado o valor da venda para os parceiros comerciais, em contrapartida a Companhia recebe uma comissão pela intermediação dos serviços.

(ii) Refere-se ao valor dos contratos de arrendamento, cuja contraprestação é variável e, portanto, não estão no escopo do CPC 06 (R3), cuja despesa foi reconhecida de acordo com a sua competência, mas o valor será efetivamente pago no início do mês subsequente.

(iii) Referem-se aos contratos de dez anos firmados com determinadas instituições financeiras, com exclusividade para a venda de serviços financeiros, garantias, e seguros a clientes da Companhia. O valor de R$ 140.122 (2020 – R$ 146.061) na controladora e consolidado, estão segregados entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R$ 42.066 (2020 – R$ 82.291) na controladora e consolidado e no passivo não circulante no valor de R$ 98.056 (2020 – R$ 63.770) na controladora e consolidado.

(iv) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio. Segundo os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco era considerado como possível, razão pela qual, não foi realizado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, o risco passou a ser classificado como provável. A sentença de perda do valor provisionado acima já é líquida e certa , mas ainda é objeto de recurso pelas partes por um possível aumento no valor em discussão. A Administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor do risco, em 31 de dezembro de 2011, em R$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado corresponde a R$ 59.967 (2020 – R$ 46.051).

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2021, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 85.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R$ 670.000 (2020 – R$ 585.000).

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 72.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R$ 585.000 (2019 – R$ 513.000).

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2021, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 27.250.

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$ 14.354.

Em 26 de novembro de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária, foi deliberada a distribuição de dividendos complementares, no valor de R$ 117.300, retirada da reserva de lucros a realizar.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	256.639	147.794
Lucro líquido – base para cálculo da reserva legal	256.639	147.794
Reserva legal – 5%	12.832	7.390
Lucro retido – não disponível ao acionista (i)	-	(137.366)
Lucro retido – disponível ao acionista (ii)	26.718	170.356
Lucro retido – não disponível ao acionista (iii)	(96.741)	-
Lucro retido – não disponível ao acionista (iv)	-	(54.306)
Lucro líquido ajustado – base para cálculo dos dividendos	173.784	119.088
Percentual de dividendos	25%	25%
Dividendos mínimos	43.446	29.772
Dividendos complementares ao mínimo	24.101	22.478
Dividendos propostos	67.547	52.250
Dividendos antecipados (iv)	(67.547)	-
Dividendos a distribuir	-	52.250

(i) Com a operação imobiliária, a Companhia registrou ganho de capital no montante de R$ 137.366. Os dividendos referentes a esta operação já foram distribuídos.

(ii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor. Em 2021, houve a realização de R$ 26.718 (2020 – R$ 170.356).

(iii) A Companhia obteve êxito em ação judicial, referente à exclusão de SELIC e outros encargos de mora da base do IRPJ e CSLL sobre indébitos tributários, o montante foi excluído da base de cálculo dos dividendos, o montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

(iv) A Companhia distribuiu dividendos no montante de R$ 67.547 em função da reestruturação imobiliária. Os dividendos distribuídos é referente à mais-valia na operação da venda dos imóveis.

(d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

22. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais, com o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas do Grupo. A Pernambucanas é uma empresa brasileira, dedicada à venda de mercadorias ao setor varejista exclusivamente no mercado interno, tendo também se estruturado para atender à necessidade financeira de seus clientes por meio de sua financeira PEFISA. A Companhia construiu um modelo de negócio integrado e geograficamente estruturado no território brasileiro, atendendo atualmente todas as regiões do país. Seus principais segmentos de negócio podem ser entendidos por:

(i) **Varejo:** Comércio de artigos de moda, lar e eletroeletrônicos, com foco em consumidores das classes C e D, por meio de lojas físicas e *e-commerce*.

(ii) **Produtos e serviços financeiros:** Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, emissão e administração de cartões de crédito e contas de pagamento, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas para as sociedades de crédito.

(iii) **Outros:** Outras atividades no ramo hoteleiro e de incorporação que não atingem parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado.

(a) Resultados

2021

	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	3.179.422	805.818	79.384	4.064.624	(36.116)	4.028.508
Custos das vendas	(1.992.512)	(63.767)	(37.478)	(2.093.757)	-	(2.093.757)
Lucro bruto	1.186.910	742.051	41.906	1.970.867	(36.116)	1.934.751
Vendas	(909.755)	(10.406)	(1.899)	(922.060)	25.324	(896.736)
Gerais e administrativas	(292.091)	(215.377)	(29.944)	(537.412)	36.583	(500.829)
Incobráveis baixados	-	(403.061)	-	(403.061)	-	(403.061)
Depreciação e amortização	(242.423)	(21.870)	(2.161)	(266.454)	-	(266.454)
Participação nos lucros de controladas	51.365	-	-	51.365	(51.365)	-
Outros resultados operacionais	475.621	(67.686)	51.490	459.425	(26.502)	432.923
Resultado gerado pelos segmentos	269.627	23.651	59.392	352.670	(52.076)	300.594
Receitas financeiras	97.233	-	(943)	96.290	185	96.475
Despesas financeiras	(276.193)	(7)	(901)	(277.101)	-	(277.101)
Imposto de renda e contribuição social	166.059	(11.060)	(18.241)	136.758	-	136.758
Lucro líquido do exercício	256.726	12.584	39.307	308.617	(51.891)	256.726
Participação dos não controladores						87
						256.813

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

2020

	Varejo (*)	Produtos financeiros (*)	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	2.818.840	893.044	83.208	3.795.092	(107.297)	3.687.795
Custos das vendas	(1.796.099)	(38.881)	(30.910)	(1.865.890)	-	(1.865.890)
Lucro bruto	1.022.741	854.163	52.298	1.929.202	(107.297)	1.821.905
Vendas	(747.663)	(6.606)	(3.378)	(757.647)	38.380	(719.267)
Gerais e administrativas	(367.625)	(211.243)	(27.222)	(606.090)	11.699	(594.391)
Incobráveis baixados	-	(505.840)	(552)	(506.392)	145.453	(360.939)
Depreciação e amortização	(195.990)	(19.129)	(2.394)	(217.513)	-	(217.513)
Participação nos lucros de controladas	54.839	-	-	54.839	(54.839)	-
Outros resultados operacionais	523.466	(125.208)	7.055	405.313	(6.827)	398.486
Resultado gerado pelos segmentos	289.768	(13.863)	25.807	301.712	26.569	328.281
Receitas financeiras	50.493	-	649	51.142	-	51.142
Despesas financeiras	(139.343)	(15)	(3.186)	(142.544)	-	(142.544)
Imposto de renda e contribuição social	(53.124)	4.874	(4.631)	(52.881)	(36.204)	(89.085)
Lucro líquido do exercício	147.794	(9.004)	18.639	157.429	(9.635)	147.794
Participação dos não controladores						(15)
						147.779

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(b) Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido

2021

Ativo	Varejo	Produtos financeiros	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	1.690.477	2.648.329	370.874	(342.001)	4.367.679
Ativo não circulante	3.838.869	540.869	253.966	(1.121.650)	3.512.054
Total do ativo	5.529.346	3.189.198	624.840	(1.463.651)	7.879.733
Passivo					
Passivo circulante	2.228.026	1.665.839	32.658	(300.498)	3.626.025
Passivo não circulante	1.613.785	937.624	56.728	(41.590)	2.566.547
Total do passivo	3.841.811	2.603.463	89.386	(342.088)	6.192.572
Patrimônio líquido	1.687.535	585.735	535.454	(1.121.563)	1.687.161
Total do passivo e patrimônio líquido	5.529.346	3.189.198	624.840	(1.463.651)	7.879.733

2020

Ativo	Varejo	Produtos financeiros	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	2.453.499	2.984.421	151.052	(654.392)	4.934.580
Ativo não circulante	2.999.203	547.326	321.813	(1.011.101)	2.857.241
Total do ativo	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821
Passivo					
Passivo circulante	2.505.469	1.662.924	22.283	(518.291)	3.672.385
Passivo não circulante	1.475.359	1.230.039	81.111	(138.580)	2.647.929
Total do passivo	3.980.828	2.892.963	103.394	(656.871)	6.320.314
Patrimônio líquido	1.471.874	638.784	369.471	(1.008.622)	1.471.507
Total do passivo e patrimônio líquido	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de Reais)

23. Receita

A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias	4.278.226	3.855.384	4.332.518	3.870.099
Ajuste a valor presente das vendas	(17.545)	(8.511)	(17.545)	(8.511)
Serviços financeiros	-	-	1.013.976	1.025.891
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	-	39.255
Serviços prestados	43.782	44.757	43.782	44.944
Receita bruta de vendas e dos serviços	4.304.463	3.891.630	5.372.731	4.971.678
Descontos concedidos	(281.561)	(123.271)	(281.928)	(128.289)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(843.480)	(949.519)	(1.062.295)	(1.155.594)
Receita líquida de vendas e dos serviços	3.179.422	2.818.840	4.028.508	3.687.795

24. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Despesa com pessoal	(706.175)	(603.785)	(756.116)	(650.254)
Depreciação e amortização	(91.407)	(220.971)	(115.438)	(243.800)
Amortização (arrendamento)	(152.443)	-	(152.443)	-
Despesas de transporte	(11.470)	(16.653)	(19.685)	(27.320)
Despesas com publicidade e comunicação	(28.298)	(42.967)	(36.625)	(52.690)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(372.100)	(189.685)	(411.923)	(252.947)
Impostos e taxas	(16.465)	-	(17.711)	-
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	-	(403.061)	(360.939)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	-	-	(34.692)	-
Outras despesas (inferiores a R$ 3 milhões por rubrica)	(65.911)	(237.216)	(119.386)	(304.160)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(3.436.781)	(3.107.377)	(4.160.837)	(3.758.000)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Classificados por função como:				
Custo das mercadorias vendidas	(1.992.512)	(1.796.099)	(2.093.757)	(1.865.890)
Despesa com vendas	(1.152.178)	(961.582)	(1.139.159)	(934.191)
Despesas gerais e administrativas	(292.091)	(349.696)	(524.860)	(596.980)
Incobráveis baixados – líquido das recuperações	-	-	(403.061)	(360.939)
Total	(3.436.781)	(3.107.377)	(4.160.837)	(3.758.000)

25. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aluguéis recebidos	4.118	2.069	5.518	6.069
Ganho (perda) na alienação de bens (iii)	213.658	218.260	249.972	217.523
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	-	2.985	-	2.995
Ganho em créditos bancários não identificados	-	855	-	855
Resíduos de vale-presente e vale-troca	-	1.420	-	1.420
Bonificação por expansão de lojas	17.629	36.826	17.629	18.368
Venda de energia elétrica	2.035	2.093	2.035	2.093
Participação de resultados – Profit (i)	68.850	124.119	-	-
Resultado de venda na participação societária (ii)	68.886	137.048	68.886	137.048
Ajuste a valor justo (AVJ Imóveis)	-	-	11.526	1.508
Recuperação de créditos fiscais	71.615	-	71.615	-
Resíduos de vale-presente e vale-troca	2.556	-	2.556	-
Bonificação por expansão de lojas *intercompany*	25.975	-	-	-
Outras receitas	3.419	610	6.306	13.426
Total dos resultados operacionais, líquidas	478.741	526.285	436.043	401.305
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
Total de outras despesas	(3.120)	(2.819)	(3.120)	(2.819)
	475.621	523.466	432.923	398.486

(i) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.

(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTSA Propriedades, composta por 66 imóveis, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento (Nota 12).

(iii) Refere-se à venda de imóveis em função da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, em 2021 e 2020 houve venda significativa de seus imóveis, impactando o aumento em outros resultados operacionais.

26. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	6.762	11.662	11.409	12.598
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	-	124	-	-
Descontos obtidos	10.498	10.181	10.500	10.181
Ajuste a valor presente – contas a receber	15.031	8.711	15.031	8.711
Atualização monetária depósitos judiciais	(958)	816	(932)	835
Atualização monetária do PIS / COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS	48.091	12.899	48.091	12.899
Atualização monetária INSS a restituir	3.913	330	3.913	330
Outras receitas financeiras	13.622	5.770	13.680	5.588
Atualização monetária para partes relacionadas (Nota 8)	274	-	502	-
Total	97.233	50.493	102.194	51.142
Despesas financeiras				
Empréstimos com partes relacionadas	-	(306)	-	-
Empréstimos bancários	(56.335)	(64.101)	(61.948)	(65.687)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(14.737)	(14.279)	(14.787)	(14.279)
Ajuste a valor presente – fornecedores	(57.889)	(29.719)	(57.889)	(29.719)
Juros arrendamento mercantil (Nota 15)	(138.950)	(24.708)	(138.950)	(24.708)
Despesas bancárias	(2.483)	(2.480)	(2.750)	(2.583)
Variação monetária passiva com partes relacionadas (Nota 8)	(89)	-	(111)	-
Descontos concedidos	-	-	(193)	-
Outras despesas financeiras	(5.710)	(3.750)	(6.192)	(5.568)
Total	(276.193)	(139.343)	(282.820)	(142.544)
Resultado financeiro líquido	(178.960)	(88.850)	(180.626)	(91.402)

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados aos instrumentos financeiros, e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil não é materialmente diferente do valor justo.

		Controladora 2021			Consolidado 2021		
Ativos financeiros	**Valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	-	381.218	381.218	1.259.143	-	1.259.143
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	591.298	591.298	-	2.235.757	2.235.757
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	10.165	-	10.165	10.165	-	10.165
Outros créditos	Nível 2	-	21.134	21.134	-	140.764	140.764
		10.165	993.650	1.003.815	1.269.308	2.376.521	3.645.829
Passivos financeiros	**Valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	988.138	988.138	-	1.766.652	1.766.652
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	676.278	676.278	-	1.675.912	1.675.912
Demais contas a pagar	Nível 2	-	201.079	201.079	-	277.164	277.164
		-	1.865.495	1.865.495	-	3.719.728	3.719.728

		Controladora 2020 Reapresentado			Consolidado 2020 Reapresentado		
Ativos financeiros	**Valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 2	-	754.845	754.845	-	1.559.802	1.559.802
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	761.991	761.991	-	2.394.475	2.394.475
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	25.664	-	25.664	25.664	-	25.664
Outros créditos	Nível 2	-	45.623	45.623	-	152.983	152.983
		25.664	1.562.459	1.588.123	25.664	4.107.260	4.132.924
Passivos financeiros	**Valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	1.089.017	1.089.017	-	2.010.372	2.010.372
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	933.064	933.064	-	1.860.154	1.860.154
Outros passivos	Nível 2	-	192.606	192.606	-	183.672	183.672
Dividendos a pagar	Nível 2	-	52.250	52.250	-	52.250	52.250
		-	2.266.937	2.266.937	-	4.106.448	4.106.448

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1 -** preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- **Nível 3 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e *inputs* significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
Categoria de instrumentos financeiros	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	381.218	381.218	47.181	47.181	1.259.143	1.259.143	132.777	132.777
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.841.666	1.841.666	2.083.918	2.083.918
Contas a receber - cartão de crédito e débito	362.061	362.061	310.040	310.040	394.091	394.091	310.557	310.557
Contas a receber de partes relacionadas	229.237	229.237	451.951	451.951	-	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo	8.648	8.648	25.664	25.664	8.648	8.648	25.664	25.664
Aplicações financeiras	10.053	10.053	707.664	707.664	10.053	10.053	1.427.026	1.427.026
Outros créditos	21.134	21.134	45.623	45.623	140.764	140.764	152.983	152.983
Total de ativos financeiros	1.012.351	1.012.351	1.588.123	1.588.123	3.654.365	3.654.365	4.132.925	4.132.925

	Controladora				Consolidado			
	2020		2020		2021		2020	
Categoria de instrumentos financeiros	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	988.138	988.138	1.089.017	1.089.017	1.766.652	1.766.652	2.010.372	2.010.372
Empréstimo e financiamentos	676.278	811.815	993.064	984.593	1.675.912	1.875.346	1.860.154	2.072.834
Dividendos a pagar	-	-	52.250	52.250	-	-	52.250	52.250
Demais contas a pagar	201.079	201.079	193.146	193.146	277.164	277.164	184.214	184.214
Total de passivos financeiros	1.865.495	2.001.032	2.327.447	2.319.006	3.719.728	3.919.162	4.106.990	4.319.670

Política de gestão de riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial.

(a) Risco de mercado

(i) Exposição a riscos cambiais

O risco cambial da Companhia está relacionado a (i) empréstimos em moeda estrangeira e (ii) na importação de produtos para revenda. Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados *hedge* e para as operações comerciais de importação também temos a política de contratar *hedge* para o volume das importações previstas para o ano, não havendo outras operações que a Companhia fique exposta ao risco de variação cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 existia o risco da variação cambial mais taxa de juros que variavam de 2,40% a 2,60% a.a..

Passivos	**Fator de risco**	**2021**	**2020**
		R$	**R$**
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	-	97.535
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	29.876	40.058
Derivativos NDFs	USD	10.165	17.230
		40.041	154.823

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação) **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada com base no cenário provável considerando as projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas-base para as operações com moeda funcional Real (antes dos impostos), como segue:

			2021	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Cenário ano**	**25%**	**50%**
	USD	5,5805	6,9756	8,3708
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	29.876	7.469	14.938
Derivativos NDFs	Alta do USD	10.165	2.541	5.083
		40.041	10.010	20.021

			2020	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Saldo**	**25%**	**50%**
	USD	5,1967	6,4959	7,7951
Empréstimos em moeda estrangeira (Nota 18)	Alta do USD	97.535	6.336	7.603
Fornecedores estrangeiros (Nota 17)	Alta do USD	40.059	2.602	3.123
Derivativos *swaps*	Alta do USD	632	41	49
Derivativos NDFs	Alta do USD	121.268	7.857	9.453
		259.494	16.856	20.228

(ii) ***Riscos de flutuação nas taxas de juros***

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

			2021	
			Controladora	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Cenário ano**	**25%**	**50%**
	Taxa CDI	**9,15%**	**11,43%**	**13,72%**
Aplicação financeira (Nota 4)	323.118	29.565	36.932	44.332
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(676.278)	(61.879)	(77.299)	(92.785)
Impacto no resultado		(32.314)	(40.367)	(48.453)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(21.327)	(26.642)	(31.979)

			2021	
			Consolidado	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Cenário ano**	**25%**	**50%**
	Taxa CDI	**9,15%**	**11,43%**	**13,72%**
Aplicação financeira (Nota 4)	1.167.233	106.802	133.415	160.144
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(1.675.812)	(153.346)	(191.557)	(229.935)
Impacto no resultado		(46.544)	(58.142)	(69.791)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(30.719)	(38.374)	(46.062)

			2020	
			Controladora	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Cenário ano**	**25%**	**50%**
	Taxa CDI	**4,50%**	**5,62%**	**6,75%**
Aplicação financeira (Nota 4)	707.664	31.845	39.771	47.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(933.064)	(41.988)	(52.438)	(62.982)
Impacto no resultado		(10.143)	(12.667)	(15.215)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(6.694)	(8.361)	(10.042)

			2021	
			Consolidado	
			Impacto – Cenários	
Instrumento	**Fator de risco**	**Cenário ano**	**25%**	**50%**
	Taxa CDI	**4,50%**	**5,62%**	**6,75%**
Aplicação financeira (Nota 4)	1.427.025	64.216	80.199	96.324
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(1.860.154)	(83.707)	(104.541)	(125.560)
Impacto no resultado		(19.491)	(24.342)	(29.236)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(12.864)	(16.066)	(19.296)

(b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco), veja análise da provisão para perda esperada na Nota 6.

A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a crediário próprio, administradoras de cartões de crédito, bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. Desta forma, a qualidade do crédito dos ativos financeiros e passivos financeiros podem ser avaliados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a receber de clientes				
Tipo 1	-	-	985.669	778.732
Tipo 2	-	-	657.112	837.689
Tipo 3	-	-	139.070	388.138
Tipo 4	-	-	499.422	452.008
Total	-	-	2.281.273	2.456.567

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:

(1) Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).

(2) Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).

(3) Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).

(4) Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings*:

	Consolidado	
Disponibilidades e aplicações financeiras	**2021**	**2020**
S:brAAA	468.625	823.987
S:brAA+	45	15.239
S:BB-	14.710	11.404
M:ba2	-	16
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	761.275	650.873
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	24.541	13.370
	1.269.196	1.514.889

	Consolidado	
Arrendamento, empréstimos e financiamentos	**2021**	**2020**
M: Aaa.br	8.153	10.064
M: ba2	-	30.096
S: BB-	181.040	193.082
S: brAA+	17.064	28.382
S: brAAA	647.598	793.284
XP Investimentos CCTVM S.A.	592.586	539.532
Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	-	2.473
Ourinvest DTVM S.A.	20.499	28.633
Letras de câmbio	125.693	59.406
Itaú Corretora de Valores	-	60.911
BTG Pactual	82.576	51.638
Poupex	-	31.251
CRI Piratini	-	29.518
Arrendamentos	1.519.952	1.153.531
Outros (substancialmente *leasing*)	703	1.884
	3.195.864	3.013.685

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Mody's; F:Fitch; e S:Standard & Poor's.

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada entidade do Grupo individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, é mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Controladora
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	988.138	988.138	988.138	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	676.278	811.715	552.752	246.020	12.943	-
Arrendamentos a pagar	1.519.951	1.519.951	301.770	484.484	285.956	447.741
Demais contas a pagar (*)	201.079	201.079	141.113	59.966	-	-
	3.385.446	3.520.883	1.983.773	790.470	298.899	447.741
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	1.089.017	1.089.017	1.088.484	533	-	-
Empréstimos e financiamentos	993.064	984.593	547.558	365.191	71.844	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	210.812	281.535	260.424	400.760
Demais contas a pagar (*)	193.146	193.146	124.315	68.831	-	-
	3.428.758	3.420.287	1.971.169	716.090	332.268	400.760

						Consolidado
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	1.766.652	1.766.652	1.766.539	113	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.675.912	1.875.346	1.127.219	637.841	110.286	-
Arrendamentos a pagar	1.519.952	1.519.952	301.770	492.358	285.956	439.868
Outros passivos (*)	277.164	277.164	216.823	60.341	-	-
	5.239.680	5.439.114	3.412.351	1.190.653	396.242	439.868
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	2.010.372	2.010.372	2.009.725	647	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.860.154	2.072.834	773.646	1.218.638	80.550	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	231.142	281.535	260.424	380.430
Outros passivos (*)	184.214	184.214	116.589	67.625	-	-
	5.208.271	5.420.951	3.131.102	1.568.445	340.974	380.430

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R$ 140.122 (2020 – R$ 146.061) na Controladora, e R$ 140.122 (2020 – R$ 146.061) no Consolidado.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada.

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Total dos empréstimos (Nota 18)	676.278	933.064	1.675.912	1.860.154
Passivo arrendamento	1.519.951	1.153.531	1.519.952	1.153.531
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	381.218	754.845	1.259.143	1.559.802
Dívida líquida	1.815.011	1.331.750	1.936.721	1.453.883
Total do patrimônio líquido	1.687.535	1.471.874	1.688.253	1.471.507
Índice de alavancagem financeira	1,08	0,90	1,15	0,99

28. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dilutivo, e encontram-se divulgados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Numerador básico / diluído	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	256.726	147.794
Quantidade de ações – mil	150.000	150.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$	1,7115	0,9853

29. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens do imobilizado e propriedades para investimento sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

		Montante da cobertura			
		Controladora		Consolidado	
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes	390.488	371.715	403.288	386.515
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	25.100	25.160	25.100	25.160

31. Eventos subsequentes

A Companhia detém empréstimo bancário no montante de R$ 100.269 em 31 de dezembro de 2021 (2020 – R$ 100.825), que de acordo com os termos do contrato, será pago em 2025. Contudo o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) que estabelece que a Companhia deverá publicar suas demonstrações financeiras em até 90 dias da data do encerramento do exercício. A Companhia não cumpriu este prazo, entretanto a Administração obteve um *waiver* do banco para esta cláusula até 06 de maio de 2022.

MARTIN MITTELDORF
Diretor-Presidente

RICHARD RAINER
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Superintendente

MARCELLO MIRANDA
Diretor de Serviços Financeiros

JAMES NUNES DE SOUSA
Contador CRC 1SP194966/O-9

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(...continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas estimadas em crédito

Veja a Nota 06 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado na nota explicativa 06, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada direta Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). Esses créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (saldos individuais com valores não significativos) e o alto volume de transações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco de crédito e atraso de pagamento das operações, recálculo da perda esperada, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 06, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o CPC 06 (R2) / (IFRS 16)

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R$ 1.397.183 mil na Controladora e no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R$ 1.519.952 mil na Controladora e no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do teste de voucher de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do CPC 06 / (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do CPC 06 / (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

www.pernambucanas.com.br